

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Fernanda Teixeira Reis

POLÍTICA MANDONISTA NO ESTADO DA BAHIA: O FENÔMENO POLÍTICO DO CARLISMO E AS SUCESSIVAS ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO DA ELITE POLÍTICA BAIANA

Dissertação de mestrado apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais e especialista em estudos comparados sobre as Américas.

Orientador: Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Brasília, 01 de dezembro de 2010

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Fernanda Teixeira Reis

POLÍTICA MANDONISTA NO ESTADO DA BAHIA: O FENÔMENO POLÍTICO DO CARLISMO E AS SUCESSIVAS ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO DA ELITE POLÍTICA BAIANA

Dissertação de mestrado apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais e especialista em estudos comparados sobre as Américas.

Aprovada em 19/12/2010

BANCA EXAMINADORA:

Professor Henrique Carlos de Oliveira de Castro
(Orientador)

Professor Benício Viero Schmidt

Professor Paulo César Nascimento

Brasília, 20 de Dezembro de 2009

À Helena Bahiana, Glaphyra Bahiana e Maria Cândida Bahiana, aquelas que carregam a fantasia dos “bairanos com h” até no nome.

AGRADECIMENTOS:

A parte mais difícil e temida do trabalho. Difícil, pois foram tantos presentes que se faz quase impossível listá-los aqui. E temida, pois provavelmente esquecerei muitos.

Ao prof. Henrique Castro pela oportunidade, leitura crítica e confiança no desenvolvimento deste trabalho.

Ao prof. Benício Schmidt pelo prazer de compartilhar tantas experiências e informações. A transmissão de conhecimentos tão requintados de forma tão fácil é um dom de poucos.

Ao prof. Paulo Nascimento, pela disponibilidade e grande simplicidade no ensino.

Aos grandes mestres fundamentais na construção da minha trajetória acadêmica e profissional.

Minha mãe, incansavelmente disponível. Aquela que por mais que tente desobrigar-se, está sempre presente, participativa e zelosa.

Meu pai, que sorte nós temos. Também a transformar nossas vidas em sua vida.

Meus irmãos, a prova que no final, está tudo bem. Afinal, o computador resolveu parar de funcionar e Beta abriu mão por dois meses do seu para eu terminar esta dissertação.

Minha querida família Bahiana, ultimamente anda nos restando os verões, mas não tem estação mais gostosa.

Meus amigos... Tanta gente preciosa cruzou meu caminho e me acompanha na vida. Com a certeza de que deixarei de citar muita gente, muito obrigada pela paciência nesta fase. Andressa, Kaya, Rick, Liu, Ju, Pedro, Aragão, Marcelo, Molina, Carol, Beth, Dan, Bruna, Mamano, Tiagão, Cora, Mi, Carlinha, Gabi, Jane, Aldo, Carlos, Pimenta, Leda, Rodolfo, Cris, Zema, Sandra, Arthur, Luciana, Carmela. Como vocês conseguiram me aturar? Pobres cobaias de dúvidas, surtos de ansiedade e leituras obrigatórias. Aqui agradeço em especial Maria Inez Walter pelas leituras tão construtivas.

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
LISTA DE SIGLAS	9
LISTAS DE FIGURAS	12
LISTA DE TABELAS	13
INTRODUÇÃO: OS CARLISMOS E A BAHIA	14
CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DO PODER PESSOAL	21
<i>1.2 A Revolução de 30: Juracy Magalhães e os novos rumos na cena política baiana</i>	28
<i>1.3 A Segunda República e o novo jogo político baiano</i>	33
<i>1.4 Atuação de ACM na Assembléia Legislativa</i>	39
<i>1.5 ACM no cenário nacional: atuação no Congresso Nacional e o fim da Segunda República</i>	42
CAPÍTULO 2: MUDANÇA DO QUADRO POLÍTICO NACIONAL E REGIONAL	47
<i>2.1 O regime militar e a autocracia institucional</i>	47
2.2 O Golpe Militar e a política baiana: ACM, o prefeito do século	51

2.3 Primeiro governo estadual de ACM: o carlismo cresce regionalmente	56
2.4 Segundo governo estadual de ACM: da Bahia ao Brasil	62
2.5 Conclusão: ACM, Bahia, Brasil	67
CAPÍTULO 3: REDEMOCRATIZAÇÃO	69
3.1 A redemocratização brasileira e a dividida política baiana	69
3.2 CF 88, federalismo estadual e o retorno de ACM ao governo baiano	82
3.3 Conclusão: O ápice nacional e regional do carlismo	89
CAPÍTULO 4: A QUEDA DO IMPÉRIO CARLISTA	93
4.1 CONTINUIDADE LOCAL, REVIRAVOLTA NACIONAL	93
4.2 PT, que PT?	97
BIBLIOGRAFIA	103
ANEXO 1 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS	108
ANEXO 2 – TABELAS DE PARTIDOS, CANDIDATOS E ELEIÇÕES	109

RESUMO

O presente trabalho analisa o fenômeno político do carlismo no estado da Bahia. Emblematicamente relacionada ao político baiano Antônio Carlos Magalhães (ACM) e ao grupo inserido na representação estadual do Partido da Frente Liberal (PFL), atual partido Democratas (DEM), a prática carlista é concebida a partir do processo de modernização autoritária inaugurado no primeiro governo estadual de ACM, quando se dá a ruptura com a antiga elite oligárquica baiana através da subtração de bases municipais de quadros já existentes, cooptando-os através do comando centralizado na pessoa do governador. Porém, nos últimos dez anos, o carlismo como grupo político ligado à figura de ACM e ao partido pefelista baiano sofre grande desgaste. Novos atores surgem, outros se fortalecem, alianças vão sendo construídas e o panorama político do estado baiano vai se remodelando. No atual momento da política baiana, uma importante questão é: esse novo cenário apresenta inovações substantivas no padrão de comportamento político ou simplesmente denota uma "repaginação" de velhas práticas regidas agora por um novo maestro oligarca? Conclui-se que apesar das lideranças petistas concentradas nas cidades maiores e com melhor qualidade de vida atuem numa lógica de fidelidade e concisão partidária, na maioria dos municípios baianos a forma arcaica de fazer política cooptando as bancadas e bases locais é reproduzida pelo novo governo petista, no entanto não mais através do comando centralizado na figura do governador, e sim estimulado pelo executivo federal.

Palavras chave: Elites Políticas, Política Estadual, Carlismo, Neopetismo.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the political phenomenon named “carlismo” in the state of Bahia. Emblematically, this phenomenon is associated to the politician Antônio Carlos Magalhães (ACM) and the state political group represented by the “Partido da Frente Liberal” (PFL), nowadays “partido Democratas” (DEM). The “carlismo” practical began with the authority and modern process initiates in the ACM first local government. ACM central government has brooked with the older oligarchies elites in Bahia by the individuality cooptanting of existent local elites. On the other hand, in the last ten years, the “carlismo” has suffered big erosion. New actors emerged, others become stronger, new parties alliances were built and the state political panorama has changed. At the present time, an important question is: this new political panorama represents substantive innovations in the local political comportment or just shows a repagination of olds political practical conducted by a new oligarchy master? The conclusion is, although the PT leadership in the biggest and best quality life cities in Bahia acts by the logic of loyalty and fidelity by this political party, in the most municipal district the older way of politics is reproduced.

Keys Words: Political Elites, Local Government Studies, Carlismo, Neopetismo

LISTA DE ABREVIACÕES

ACM – Antônio Carlos Magalhães

AI-1 – Ato Institucional Número 1

AI-2 – Ato Institucional Número 2

AI-3 – Ato Institucional Número 3

AI-4 – Ato Institucional Número 4

AI-5 – Ato Institucional Número 5

ALBA - Assembleia Constituinte da Bahia

APD - Ação Democrática Parlamentar

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BANFEB - Banco de Fomento da Bahia

CEASA - Central de Abastecimento de Salvador

CF 88 - Constituição Federal de 1988

CIA - Centro Industrial de Aratu

CODEVASP - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

COELBA - Companhia Estatal de Energia Elétrica

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DASP – Departamento de Administração Pública

DEM - Partido Democratas

FHC - Fernando Henrique Cardoso

II PND - Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

J. J. Seabra - José Joaquim Seabra

JK – Juscelino Kubitschek

LASP – Liga de Ação Política e Social

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MEC - Ministério da Educação

MS - Ministério da Saúde

PDS - Partido Democrático Social

PFL – Partido Frente Liberal

PFL - Partido Frete Liberal

PL – Partido Liberal

PLANDEB - Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia

PMDB - Partido Movimento Democrático Brasileiro

PMDB - Partido Movimento Democrático Brasileiro

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PP - o Partido Popular

PRODASEN - Secretaria Especial de Informática do Senado Federal

PRM - Partido Republicano Mineiro

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSD - Partido Social Democrático

PSP - Partido Social Progressista

PT - Partido dos Trabalhadores

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Democrático Trabalhista

PTB - Partido Trabalhador Brasileiro

PTB - Partido Trabalhista do Brasil

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UDN – União Democrática Nacional

UNE - União Nacional dos Estudantes

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – ALBA, 10º Legislatura (1983 a 1987), Bahia	71
Figura 2 – Câmara dos Deputados, 47º Legislatura (1983 a 1987), Bahia	74
Figura 3 – Prefeitos eleitos, 1983, Bahia	76
Figura 4 – ALBA, 11º Legislatura (1987 a 1991), Bahia	80
Figura 5 – Câmara dos Deputados, 48º Legislatura (1987 a 1991), Bahia	81
Figura 6 – Prefeitos eleitos, 1983, Bahia	82
Figura 7 – ALBA, 12º Legislatura (1992 a 1994), Bahia	86
Figura 8 – Câmara dos Deputados, 49º Legislatura (1991 a 1994), Bahia	87
Figura 9 – ALBA, 13º Legislatura (1995 a 1999), Bahia	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Composição da Alba, 10º Legislatura (1983 a 1987), Bahia	73
Tabela 2 - Câmara dos Deputados, 47º Legislatura (1983 a 1987), Bahia	75
Tabela 3 - Prefeituras por Partido, Bahia, 1996	91
Tabela 4 - Eleição Proporcional por Partido, Bahia, 1998	94
Tabela 5 - Eleição Proporcional por Partido, Bahia, 2002	96
Tabela 6 - Eleição Proporcional por Partido, Bahia, 2006	99
Tabela 7 - Eleição Proporcional por Partido, Bahia, 2010	100
Tabela 8 - Lideranças Petista, Bahia, 2010	101

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa o fenômeno político do carlismo no estado da Bahia. A preocupação em definir e classificar este fenômeno atravessa boa parte da dissertação. Esta tentativa tenderá a reproduzir as disputas entre os próprios atores dentro do Estado e acaba transformando o fenômeno em indivíduos reais: indivíduos que pensam, agem, fazem escolhas. O carlismo não está isolado do universo social e se reproduz, sobretudo, nas ações daqueles que o constituem. É, pois, uma conduta resultante de sucessivas estratégias de adaptação da elite baiana a diferentes períodos institucionais e conjunturais da política nacional e regional.

Emblematicamente relacionada ao político baiano Antônio Carlos Magalhães (ACM) e ao grupo inserido na representação estadual do Partido da Frente Liberal (PFL), atual partido Democratas (DEM), a prática carlista é concebida a partir do processo de modernização autoritária inaugurado no primeiro governo estadual de Antônio Carlos, quando se dá a ruptura com a antiga elite oligárquica baiana. Porém, tal política não foi uma mera substituição de oligarquias no poder, e sim a construção de um ideário político baseado na modernização conservadora com a participação das camadas médias urbanas. Uma regularidade encontrada no fenômeno político carlista é, segundo Dantas Neto: “a presença de um pacto sólido e duradouro das elites baianas e destas com as forças governantes nacionalmente, a cada época, pacto que seria o principal responsável pela longevidade do arranjo de poder carlista” (2006: 251).

Na tentativa de estudar o fenômeno carlista em seu todo, a dissertação está dividida em quatro partes, as quais deram origem a quatro capítulos. O primeiro capítulo resgata o panorama político baiano a partir da Revolução de 30, quando o então tenente Juracy Magalhães é indicado ao governo do estado e com sua indicação se iniciam as primeiras ideias de modernização do Estado. O segundo capítulo retrata o rompimento com a então elite política que ascendeu a partir da Revolução Getulista: o Golpe Militar de 1964 muda as relações federativas impondo novos atores políticos ao estado. ACM cresce politicamente apoiado nacionalmente pelo Governo Militar e regionalmente através de um conjunto de práticas políticas que concretizaram a efetivação do sonho de

uma Bahia moderna. O terceiro capítulo objetiva compreender quais atores políticos emergiram ou ganharam notabilidade com o processo de descentralização política, administrativa e financeira iniciada com o fim do Governo Militar brasileiro e promulgação da Constituição Federal de 1988. Por fim, o quarto capítulo busca analisar o atual cenário político baiano: qual a lógica política entre os atores políticos estaduais, e como estes influenciam e são influenciados pelo jogo político nacional, após a crise do meta-partido carlista e ascensão de corrente política divergentes a este grupo?

Os Carlismos e a Bahia

Sabe o que isso me lembra? Quando aqui só tinha o Paes Mendonça e a gente tinha que se virar com ele. Depois que ele sumiu, foi “um pega pra capar”¹, mas agora estamos novamente com o Bompreço (Conversa entre estudantes do curso de ciências sociais da UFBA sobre o atual cenário político baiano, num tradicional bar ligado aos intelectuais baianos no bairro da Federação, em maio de 2009. Nela, eles comparam a rede de supermercados Paes Mendonça a ACM e a rede Bompreço a Jacques Wagner. Na época do Paes Mendonça, ele era a única rede de supermercado do Estado. Em seguida o Bompreço e outras redes, como o Extra e o Atacadão, o compraram, embora o Bompreço ainda mantenha boa parte do monopólio deste setor, principalmente na capital Salvador).

Houve uma época em que as iniciais ACM remetiam à Associação Cristã de Moços. Porém, esta relação é impensável nos últimos trinta anos na Bahia. No estado, ACM são as iniciais do político baiano Antônio Carlos Magalhães. Personagem político histórico, raramente seu nome não emerge em debates que envolvam a política baiana. Figura popular, ACM estava sempre presente em eventos públicos e datas festivas. Ia pessoalmente inaugurar obras em bairros mais pobres, onde distribuía abraços e saudações. Transitava bem entre as distintas linhas religiosas no estado: era figura constante em eventos católicos ou nos ligados ao candomblé.

No entanto, nos últimos dez anos, o carlismo como grupo político ligado à figura de ACM e ao partido pefelista baiano sofre grande desgaste. Em março de 1998, morre o então deputado federal Luís Eduardo Magalhães. Filho de ACM, Luís Eduardo seria o

¹ Expressão que se refere a quando a um clima de tensão, uma briga.

possível sucessor de seu pai na política estadual e nacional, porém sua morte prematura desorienta a lógica política do grupo carlista, que perde seu nome forte no panorama político nacional. Dois anos após esta perda pessoal, em 2000, o Partido dos Trabalhadores (PT) ascende eleitoralmente ao Governo Federal, passando o grupo carlista de centro governista para oposição, perdendo, assim, o seu papel chave no jogo político nacional. Em 2001, na tentativa de garantir poder de mando no Senado Federal, segue a primeira exposição da postura anti-república do então senador Antônio Carlos Magalhães: ACM afasta-se do Senado Federal após o escândalo da violação do painel eletrônico do Senado Federal. Reeleito em 2002, envolve-se em mais um escândalo no ano seguinte: utilizou-se da estrutura da Secretaria de Segurança Pública da Bahia para fazer escutas telefônicas ilegais de seus inimigos políticos. Morte do único sucessor, mudança do jogo político nacional, agora encabeçado pela oposição, e repesaria midiática refletiram-se no campo partidário e eleitoral. Nas eleições de 2002, o carlismo vê crescer a oposição partidária dentro do estado da Bahia, principalmente na figura do PT e do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partidos estes pertencentes ao centro governista nacional. Em 2006, a coligação PT/ PMDB vence as eleições para o executivo estadual e preenche 14 das 39 vagas da Câmara dos Deputados, contra nove do partido Democratas (DEM, o novo PFL). As eleições de 2008 recrudescem tal situação: o partido Democratas alcança somente 44 prefeituras baianas, enquanto o PT consegue 103 prefeituras e o PMDB 114 prefeituras, incluindo a capital soteropolitana.

Novos atores surgem, outros se fortalecem, alianças vão sendo construídas e o panorama político do estado baiano vai se remodelando. No atual momento da política baiana, uma questão fundamental que me deparei foi: esse novo cenário apresenta inovações substantivas no padrão de comportamento político ou simplesmente denota uma "repaginação" de velhas práticas regidas agora por um novo maestro oligarca? Para respondê-la, busquei compreender as sucessivas estratégias de adaptação desta elite política a diferentes períodos institucionais e conjunturais da política nacional e regional. A hipótese é que não há uma ruptura na prática política perpetrada pelo carlismo.

Para a confirmação da hipótese, outras perguntas se fizeram necessárias:

- Quais as principais características que modelam a dinâmica política baiana, em especial após a ascensão de Antônio Carlos Magalhães como líder político do estado?
- Como mudanças institucionais na estrutura de governo nacional, como, por exemplo, a promulgação da Constituição Federal de 1988, interferiram nas estratégias e nos padrões de reprodução de elite política na Bahia?

Para ajudar na operacionalização da pesquisa, segui duas linhas de análise. A primeira focou nas mudanças estruturais ocorridas nos distintos períodos da política brasileira. As instituições da sociedade política têm importante papel nos processos políticos e sociais. Theda Sckopol, no seu texto *Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research (1985)*, enfatiza a importância dos estudos das estruturas institucionais do Estado no contexto sócio-econômico e sócio-cultural: as instituições do Estado são parte de um sistema de competição e envolvimento mútuo, em que suas estruturas e atividades influenciam na formação de grupos e nas tomadas de decisão, ideias e demandas de diversos setores. Estas instituições influenciam na tomada de decisão não somente através de orientações oficiais, como através de suas organizações, alterando a cultura política, encorajando alguns tipos de formação de grupos e ações políticas coletivas, tornando, assim, possível a ascensão de certas questões políticas ao invés de outras. Ou seja, estruturas e ações do Estado influenciam a demanda e a mobilização dos indivíduos. Além do mais, as constantes mudanças nas estruturas federativas brasileira refletem nos demais entes federativos, remodelando conflitos, alianças e contradições na lógica política regional. Assim, é importante analisar o fenômeno carlista não só no plano regional, mas dentro do jogo político federalista nacional.

Já na segunda linha de análise, realizei um estudo da trajetória política dos principais atores políticos da política baiana, tendo como fio norteador a construção da carreira política de ACM. Por trajetória política entende-se tanto experiências relativas à ocupação de posições institucionais, públicas ou não, como também o estabelecimento de relações com atores políticos e sociais. Acredita-se que atores sociais são estimulados e

constrangidos pelas redes sociais que constroem ao longo de sua vida. Dessa forma, ainda que estes atores tenham sua vivência centrada na esfera política, suas identidades também são marcadas por outras experiências. Em sua atuação, o político irá ativar seu acesso a partir de diferentes mundos, com valores e estilos de vida muitas vezes distintos, aos quais já pertenceu a depender dos contextos e situações. Dessa forma, junto com o legado histórico institucional, conjunturas particulares das trajetórias dos atores inseridos nesta estrutura institucional condicionam a formação de identidade, interesses e estratégias (Kuschnir e Velho, 2003).

A coleta dos dados qualitativos foi realizada em três momentos: levantamento de informações históricas acerca da política regional e nacional tendo como foco o fenômeno político do carlismo; entrevistas semi-estruturadas; e observações em campo. A primeira parte contou com o acesso a fontes secundárias. Nesta etapa objetivei investigar o panorama político baiano a partir da Segunda República, quando o grupo político ligado a Juracy Magalhães ascende ao governo estadual e inicia a formação de um pensamento modernizador no estado. Assim, além do levantamento bibliográfico, consultei arquivos públicos na capital baiana e no Congresso Nacional, além de revistas e jornais de circulação regional e nacional, em especial os jornais baianos *A Tarde*, *Jornal da Bahia* e *Tribuna da Bahia*. Estes dados possibilitaram montar um panorama geral da política local e nacional, no qual o grupo político carlista atuou. Para aprofundar o tema, a segunda parte da pesquisa contou com uma pesquisa qualitativa presencial. A análise de campo contou com duas técnicas de coleta de dados: observação e aplicação de entrevistas semi-estruturadas com atores pré-selecionados, tendo como base um roteiro previamente definido. A ida a campo proporcionou a possibilidade de explorar e esclarecer os significados e conceitos empregados pelos informantes, aumentando a fidedignidade e a profundidade das respostas alcançadas. Foram realizadas treze entrevistas com: atores políticos, regionais e nacionais; atores sociais, entre eles técnicos do governo estadual e personalidades da cena social baiana; estudiosos da política regional e nacional. Baseando-se em convenções das ciências sociais, comumente adotadas pelo ramo da antropologia, todos os nomes e sobrenomes, lugares e funções públicas desta dissertação serão deliberadamente modificados para preservar o anonimato

dos verdadeiros protagonistas. Essa opção foi feita para afastar a lógica da denúncia e da acusação: o foco do estudo é revelar certos processos e mecanismos da maneira de fazer política no estado da Bahia.

Não obstante, alguns jargões que utilizei precisam ser explanados. Ainda que acredite que o estudo das relações políticas entre o poder regional e o poder nacional não deve ser regido unicamente através de discussões conceituais, e sim também através de pesquisas de campo, é importante definir conceitos e teorias a fim de evitar mal entendidos ou imprecisões. Assim, conceitos como oligarquias, mandonismo e clientelismo devem ser apresentados e delimitados.

Para oligarquias, segui a definição de Eul-Soo Pang:

Sistema de domínio político por uma ou mais pessoas, representando um clã ou grupo consanguíneo ou não mantido por metas econômicas em comum, interesses políticos e crenças ideológicas e religiosas, ou pelo desejo coletivo de glorificação de um líder carismático, tudo para promover e defender o bem comum de um determinado grupo social (1978: 07).

Entende-se por mandonismo o conceito de José Murilo de Carvalho, o qual:

Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, o chamado 'coronel', como indivíduo é aquele que, em função de algum recurso estratégico, exerce sobre a população domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política (1997: 2).

Práticas mandonistas estão marcadas por fortes relações de trocas de natureza clientelista. Diferente do mandonismo, as divergências conceituais em relação ao conceito de clientelismo são grandes. Na literatura das ciências sociais “muitos não concordam em restringi-lo à idéia de atributo de um sistema; outros querem aplicá-lo apenas à política local; outros ainda o vêem como um sistema global” (Carvalho, 1997: 4). Neste trabalho entende-se por clientelismo o conceito enfatizado por Eli Diniz (1982). Para a autora, o clientelismo é compreendido como um sistema de troca política assimétrica, que não abrange somente alguns grupos específicos de interesse, como também aborda um número maior de pessoas presentes em toda a estrutura política, o que permite que trocas sejam aprimoradas e perpetuadas por um longo período de tempo

(Diniz, 1982). Ou seja, o clientelismo está baseado em um sistema de exploração e dominação instrumentalmente utilizado por um determinado grupo dominante com a finalidade de manutenção do poder.

Feitos esses esclarecimentos, o capítulo seguinte versará sobre o ambiente político nacional e regional que proporciona o surgimento do movimento carlista. O marco temporal é a Revolução de 30 e a indicação do tenente Juracy Magalhães como interventor do estado.

CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DO PODER PESSOAL

A principal função deste capítulo é retratar o ambiente político nacional e regional que proporcionou o surgimento do movimento carlista. O marco temporal é a indicação do tenente Juracy Magalhães à interventor do estado da Bahia pelo então presidente Getúlio Vargas. Assim como era feito no período imperial, o governo provisório varguista nomeou todos os interventores do Norte e do Nordeste, sem nenhuma vinculação direta com seus respectivos eleitorados. Grande parte destes interventores estava ligada à Revolução de 30, sendo que muitos eram militares identificados com a facção tenentista da Aliança Liberal de Vargas (Levine, 1997: 135).

1.1 Ora centro, ora periferia

Desde sua formação, o Estado Nacional brasileiro vê constantemente ascender problemas nas relações entre o poder nacional e o poder local. Mudanças de governo focalizaram ora uma maior centralização política em torno da União, ora maior descentralização enfatizando os estados e seus municípios. Essa dualidade advém do processo colonizador brasileiro, o qual possuía duas grandes formas de comando: uma mais centralizada em torno de organizações ligadas à metrópole portuguesa e outra mais descentralizada, em torno de estruturas locais de poder². Ao se analisar o plano mais amplo, a colonização foi centralizadora, sustentada por um governo-geral criado como mecanismo de transpor o fracasso das capitânias hereditárias. Porém, em função da grande extensão territorial brasileira, predominava nas grandes propriedades rurais o poder pessoal de um chefe oligarca através de um governo descentralizado (Carvalho, 1980).

A primeira linha de análise se foca no aparato administrativo de controle que a metrópole portuguesa mantinha em algumas regiões do Estado brasileiro, em especial nas zonas extrativistas e nos centros urbanos. Através de instituições de controle econômico e

² Dentre os trabalhos sobre a formação do Estado Nacional brasileiro, encontram-se: Carvalho (1980); Duarte (1939); Faoro (1958); Oliveira Vianna (1949); e Schwartzman (1988).

político ligadas à sede do Império, como por exemplo, a Igreja Católica e o Conselho Ultramarinho, a Metrópole buscava garantir uma mínima uniformização do processo colonizador. A principal instituição política à época que tentava evitar o fracasso da administração privada das capitânicas era o governo-central. Há, pois, uma tentativa de se formalizar e regularizar normas e processos sociais, o que resulta no “Paradigma Ibérico” exposto por Raymundo Faoro. A tese, em seu livro *Os Donos do Poder* (1958), enfoca a natureza patrimonial do Estado brasileiro, em que as relações contratuais entre governante e governados sempre estiveram ausentes, o que se refletia em um forte centralismo em torno das instituições do governo. Para este autor, o poder central sempre foi soberano, nunca tendo sido contestado. O estamento era uma minoria dominante dissociada da nação. É deste estamento que nasce a elite política nacional, “a elite que governa e separa governo e povo, Estado e nação” (Faoro, 1958: 17). Esta dissociação entre Estado e nação, resulta num constante descumprimento de normas e procedimentos: “o soberano e o súdito não se sentem vinculados à noção de relações contratuais, que ditam limites ao príncipe e, no outro lado, asseguram o direito de resistência, se ultrapassadas as fronteiras de comando” (Faoro, 1998: 18).

Por outro lado, este poder central não alcançava todo o território brasileiro. Tal situação contribuía para um modelo administrativo mais descentralizado, baseado em estruturas locais de governo. É neste espaço que predomina o que Sérgio Buarque de Holanda (1936), em seu livro *Raízes do Brasil*, classificou como personalismo. Para este autor, na sociedade brasileira, há uma sobreposição entre público e privado. Conforme destaca, “nas nações ibéricas, à falta dessa racionalização da vida, que tão cedo experimentaram algumas terras protestantes, o princípio unificador foi sempre representado pelos governos” (Buarque de Holanda, 1932: 22). Nesses espaços territoriais predominava o governo dos “donos das terras” (e não mais dos estamentos burocráticos). Era nos engenhos de açúcar e nos grandes latifúndios, isolados e distantes do poder central português, que se reproduzia o fenômeno das parentelas e dos exércitos privados em torno do chefe local. Neste sentido, a centralização política não foi capaz de aglutinar todos os grupos privados das diversas regiões do território nacional. A cultura personalista favoreceu uma valorização da relação mais pessoal entre patrão e

empregado, governante e governado, em detrimento do estabelecimento e do cumprimento de regras impessoais, o que enfraquece as instituições burocráticas.

Em inícios do Século XVIII, as reformas pombalinas não só estimularam a criação de novas instituições públicas na colônia Brasil, principalmente em decorrência do ciclo do ouro e da necessidade de cobrança de tributos sobre sua extração, como também o surgimento de uma elite imperial, através dos filhos de oligarcas que iam à Europa estudar e retornavam ocupando alguma função pública. A vinda da Família Real em 1808, bem como de boa parte da burocracia portuguesa presente não só em Portugal, mas também em outras colônias, fortalecem a possibilidade de um governo central. O reflexo desta maior centralização se expressa na garantia de uma maior unidade nacional depois da independência brasileira, em contraposição à balconização³ da América Hispânica. Neste período imperial, a manutenção da escravidão foi essencial para o predomínio de um Estado central em contraposição a demandas federalistas, pois criava um forte consenso entre as elites locais, fazendo uma ponte entre as elites burocráticas e os grandes latifundiários. Assim, a política brasileira imperial refletia um centralismo excessivamente regulador, e geralmente pouco efetivo, com o patrimonialismo local (Buarque de Holanda, 1964).

A Constituição de 1891 rompe com a tradição do governo unitário. Instaura-se na Primeira República, também denominada de República Velha, a estrutura federativa de Estado. No entanto, esta forma de Estado, advém de um descontentamento das oligarquias provinciais com o centralismo político e administrativo monárquico, e não com idéia norte-americana de federalismo como associação de estados com objetivo de comum defesa. Ou seja, não é a federação como uma maior autonomia financeira e política de seus estados membros, o que se refletia nas oligarquias regionais, principalmente dos estados agro-exportadores (Torres: 1961). Dessa forma, a política nacional continuava sob um viés de um modelo centralizado, com uma pequena elite de mérito, que não chegava aos recônditos do país. Localmente, prevalecia um sistema de governo estadualista e oligárquico, tornando ainda mais importantes as práticas baseadas

³ Segundo Norberto Bobbio: “balcanização é uma expressão política que significa a divisão de uma entidade continental ou regional em unidades politicamente separadas ou hostis entre si” (1991: 105).

na patronagem, pela via do coronelismo, já que era necessário agregar mais eleitores ao processo político, ainda que as eleições fossem intensamente marcadas pelas fraudes. Segundo Victor Nunes Leal, em *Coronelismo, enxada e voto* (1986), o coronelismo é um sistema político composto por uma complexa rede de relações que se estende desde o chefe oligarca local até o Presidente da República.

Na Primeira República, diferente do Império, enquanto o presidente de Província era indicado pelo Ministério sem poder próprio, o governador republicano era eleito pelas máquinas dos partidos únicos estaduais. Neste período, os grandes oligarcas locais estavam em progressiva decadência econômica, principalmente aqueles ligados ao ciclo do ouro e do açúcar. Para manter seu poder, eles necessitavam do apoio do Estado, o que representa um enfraquecimento do poder dos coronéis e crescente poder dos chefes estaduais. O presidente, por sua vez, garantia a supremacia das oligarquias estaduais através de um mecanismo conhecido como degola: o presidente, no processo de diplomação dos deputados, poderia fazer a impugnação de candidatos opositoristas eleitos ao Congresso nacional, ou seja, não lhe conceder a vitória (Leal, 1986: 144). José Murilo de Carvalho (1997) concretiza bem esta idéia, ao destacar o coronelismo como:

Um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado (1997: 04).

O jovem federalismo brasileiro cria um novo ator político com amplos poderes: o governador de estado. É a partir da Primeira República (1889 – 1930) que “as máquinas políticas estaduais serão peças fundamentais no tabuleiro político do país. E nesse tabuleiro, a obtenção do cargo de governador podia realmente consistir num verdadeiro cheque-mate nos adversários” (Abrúcio, 1998: 35). É neste arcabouço político que emerge a “política dos governadores”.

A implantação da “política dos governadores” advém da ascensão do presidente Campos Sales (1898-1902) ao executivo federal. Tendo como base as oligarquias rurais,

tal política ressalta o predomínio de grandes estados produtores, em especial os centrados na cafeicultura, então produto altamente valorizado no mercado nacional e, em menos escala, no cacau, na borracha e na pecuária. No primeiro viés encontram-se São Paulo, Minas Gerais, e em menor escala, o Rio de Janeiro. No segundo, o Rio Grande do Sul, a Bahia, o Pará e o Amazonas. No plano nacional, a constituição do poder se estabelecia através de um acordo entre os dois principais estados agro-exportadores da Federação: Minas Gerais e São Paulo. Porém, estados também exportadores como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia influenciavam neste jogo político nacional na medida em que houvesse divergências entre os parceiros deste pacto (Reis: 1982).

Em outubro de 1930, a Revolução de 30 desestabiliza, em um primeiro momento, a “política dos governadores”, lançando as bases iniciais para a Constituição de 1934 e o início da Segunda República (1930 – 1945). Na Primeira República, havia um forte desequilíbrio federativo em que predominavam as forças políticas paulista e mineira. Porém, a crise econômica internacional de finais dos anos 1920, quando o café sofre constantes e intensas desvalorizações, e as peripécias eleitorais das eleições de 1930, quando Washington Luís descumpra o pacto de indicar um candidato mineiro e apoia o tenente paulista Júlio Prestes à sua sucessão, possibilita o apoio a um candidato gaúcho pelos democratas paulistas e por grande parte do Partido Republicano Mineiro (PRM). Getúlio Vargas era este candidato e a aliança formada em torno dele denominava-se “Aliança Liberal”. Essa aliança refletia principalmente “as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média urbana” (Fausto, 2009: 319). Júlio Prestes se elegera presidente, porém o assassinato do candidato a vice pela Aliança Liberal, João Pessoa, em julho de 1930, foi o estopim para uma revolução que estourou em Minas, no Rio Grande do Sul e no Nordeste. Em 24 de outubro daquele ano, os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro e o almirante Isaías Noronha depuseram Júlio Prestes, instaurando uma junta provisória de governo. Em 3 de novembro de 1930, a posse de Getúlio Vargas marca o fim da Primeira República e o início da Segunda República, o que representa o fim da hegemonia burguesa do café (Fausto, 1970: 149).

A Segunda República representa o fortalecimento da União dentro do pacto federativo, em especial da Presidência da República em termos econômicos e políticos. A constituição do Estado desenvolvimentista iniciado no governo de Getúlio Vargas teve como arena decisória a burocracia federal. A Constituição Federal de 1937 atribui grande autonomia administrativa e financeira à União, sendo que a Presidência torna-se o principal centro reprodutor desta política desenvolvimentista. Porém, a Segunda República foi um período em que o regionalismo ainda influenciava a política nacional. O fortalecimento do poder central equilibrou mais o jogo político federal: “as relações entre a união e as Unidades da Federação tornaram-se menos desequilibradas se comparadas ao quadro da Primeira República” (Abrúcio, 2002: 50). Lembremos que até o Estado Novo, o jogo federativo concentrava-se na mão de poucos estados, primordialmente no eixo Minas Gerais – São Paulo, e em menor instância em estados também agroexportadores como Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul. Dessa forma, não só se equilibravam as relações entre União e estados, como também entre os próprios estados.

A Constituição Federal de 1937 também instaurou o critério desproporcional para a representação dos estados na Câmara Federal. Assim como acontece atualmente, o mecanismo desproporcional sub-representa os estados mais populosos, como São Paulo, e sobre-representa os de menor número populacional, a exemplo de Sergipe (Nicolau, 1997). Como destaca Abrúcio (2002: 50): “uma nova política dos governadores surgiu e as bancadas estaduais na Câmara Federal possuíam poder suficiente para barganhar por mais recursos do Tesouro Nacional para suas clientelas”. É nestas bancadas estaduais que se inicia a solidificação do bloco nordestino no Congresso Nacional, especialmente a partir do mecanismo de representação (des)proporcional. Os partidos políticos eram estruturas regionais, diretamente ligados aos seus redutos eleitorais, o que se refletia na natureza estadual dos deputados. Assim, o grupo do Nordeste, por exemplo, obtendo poder de veto, acompanhava questões que interferissem em suas oligarquias, como a questão fundiária (Soares, 1973). Além do mais, eram os executivos estaduais que organizavam a tarefa eleitoral dos deputados federais (Abrúcio, 2002). O governador de estado cooptava os chefes locais. Além de serem figuras fortes no pleito proporcional, já

que as eleições à Câmara dos Deputados ocorriam concomitantes com o pleito direto ao executivo estadual, o governador geria a distribuição de cargos públicos locais e o pleito a deputado estadual, tendo em vista o fraco papel dos partidos. Por sua vez, os deputados federais retribuíaam o apoio nas suas ações no Congresso Federal (Cintra, 1974). Assim sendo, o executivo estadual foi, na Segunda República, o principal titular na arquitetura de carreiras de deputados federais e estaduais, dada a fragilidade dos partidos e das instituições políticas dentro dos estados, o que também reforça o papel personalista do governador.

Além do crescimento da influência no jogo político no Parlamento, não havia mais possibilidade de um único estado, ainda que o mais populoso, elegeisse sozinho o presidente da república. Há um grande crescimento da população votante brasileira entre 1930 (5,6% da população), 1946 (16,19%) e 1962 (25% da população) (Lima Júnior, 1990: 11). E, visto que este eleitorado estava disperso no território brasileiro, o pleito nacional dependia cada vez mais dos apoios estaduais. Já na burocracia federal direta, os governadores dos estados exerciam pressão através dos deputados federais no preenchimento de importantes cargos, em especial no papel de controle dos ministérios.

Porém, os resquícios da política do café com leite ainda eram fortes. Ainda que não representassem a totalidade na representação dos ministérios, os atores paulistas e mineiros chefiavam as pastas mais importantes em relação ao controle das fontes de recursos: por exemplo, o Ministério da Fazenda, o Ministério das Obras Públicas e o Banco do Brasil (Ames, 1986). Os demais ministérios, conhecidos como ministérios de clientela, eram ocupados pelos critérios regionais (Abrúcio, 2002). O exemplo da Bahia reflete esta influência. O Ministério da Saúde e Educação foi tradicionalmente ocupado por atores políticos baianos até seu desmembramento em Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Saúde (MS)⁴ (Abranches, 1988).

⁴ Ocuparam os cargos de Ministro da Educação e Saúde: Clemente Mariani (1946 – 1950); Pedro Calmon (1950 – 1951); Ernesto Simões Filho (1951 – 1953); Antônio Balbino (1953 – 1954); Edgar Santos (1954 – 1954). Estes dois últimos já como Ministros da Educação.

1.2 A Revolução de 30: Juracy Magalhães e os novos rumos na cena política baiana

Em abril de 1931, Getúlio Vargas indica o tenente cearense Juracy Magalhães ao executivo estadual baiano. A indicação de Juracy, nome com o qual era popularmente conhecido, gera um rompimento nos quadros da elite política estadual e uma nova polarização em torno do executivo nacional. Esse novo cenário político rompe com o ciclo oligárquico dominado pelo recôncavo baiano, principalmente representado na figura de José Joaquim Seabra, figura política que ascende ao governo baiano através do movimento “salvacionista” de Hermes da Fonseca, em 1912 (Pang, 1979).

A elite dirigente do estado no período da Primeira República refletia sua periferização econômica e política. Tais quadros, como destacou Kátia Mattoso (1992), ainda possuíam fortes ligações com os quadros dirigentes do Império. Durante a República Velha, a Bahia encontrava-se sob um governo tradicional, oligárquico e centrado nas elites da capital Salvador e de seu recôncavo, representado primordialmente na figura de Seabra. A primeira fissura sofrida por essa elite é a eleição de Góes Calmon em 1925 e suas escassas, porém reais, tentativas de avanços modernizantes com pitadas liberais e democratizantes (Pang: 1979). Porém, a grande ruptura desta elite estadual se dá com a indicação de Juracy Magalhães como interventor do estado, em 1931. Cearense e tenente da Revolução de 30, rompe com um ciclo oligárquico dominado pelo recôncavo baiano e pela capital Salvador. Para tal, aproxima-se de grupos contrários aos chefes oligárquicos recém-derrubados, em especial aos coronéis do sertão: nomeia para prefeitos aqueles contrários à situação política anterior, o que gera uma forte aliança com esses coronéis.

Seus principais opositoristas, além de J. J. Seabra num primeiro momento, são o influente jornalista, dono do maior jornal de circulação no estado, em especial na capital, Simões Filho e a grande figura da resistência a ditadura varguista e por ela exilado, apoiador da eleição de Góes Calmon para deposição de Seabra e ascensão de uma via liberal democratizante no estado, o Ministro do Exterior do presidente Washington Luís, Octávio Mangabeira. Dessa forma, seabristas, calmonistas, jovens políticos, como Antônio Balbino, professores da Faculdade de Direito e Medicina, como Nestor Duarte e

Josapha Marinho, advogados, médicos e jornalistas fundam o partido autonomista LASP – Liga de Ação Política e Social. A concentração autonomista agrupa-se numa só legenda, e em especial na figura política de Octávio Mangabeira, com a proposta de estancar o crescimento político de Juracy Magalhães. Com o jargão político “A Bahia para os bahianos”, o autonomismo reunia diversas correntes de pensamento e práxis, concentrada primordialmente na antiga elite soteropolitana e do recôncavo molestada pela ascensão de Juracy dentro do Estado.

Porém, como já destacado, o Estado varguista não se desenvolveu monoliticamente, muito menos rompeu com as fortes elites oligárquicas da República Velha. O governo provisório realizou eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, em 1933, e seu resultado mostrou a força que as elites regionais ainda possuíam no plano político local. Conforme apresenta Aspásia Camargo (1992), a Constituinte de 1934 possibilitou a participação destas antigas elites regionais no Congresso Nacional, diminuindo a influência dos tenentes e do Governo Central na administração dos estados mais fortes, possibilitando certa autonomia estadual. A menor influência dos tenentes e do governo central no plano político estadual, alerta Juracy para a necessidade da criação de um partido local com a principal função de projetá-lo localmente através da democracia. Dessa forma, Juracy e mais 346 representantes das principais regiões baianas fundam o Partido Social Democrático (PSD) da Bahia, único dos PSDs estaduais a apoiar unanimemente Getúlio Vargas. Diferente dos estados do centro-sul, o atraso na consolidação da antiga elite resulta em falha na corrida eleitoral por parte desta elite: no caso do estado baiano, muitos coronéis, e seus currais eleitorais, fora do eixo capital-recôncavo já tinham se comprometido com Juracy e os integralistas⁵. Juracy tece uma rede política no Estado, o que se reflete na Assembléia Constituinte de 1934 e na Assembléia Legislativa da Bahia (ALBA) de 1935. Tendo em vista a hegemonia dos integralistas e do PSD baiano, Juracy é então eleito indiretamente pela ALBA para governador, desbancando a forte figura política de Octávio Mangabeira e dos autonomistas.

⁵ Também conhecido com juracistas.

Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas passa a ser presidente constitucional através do golpe que dera origem ao Estado Novo (1937 – 1945), dissolvendo o Congresso e outorgando uma nova Constituição, que lhe deu grande controle sobre o executivo estadual. O governo de Getúlio Vargas fortaleceu o papel do Estado central, aumentando sua intervenção na zona econômica e social, tendo como base um projeto de modernização nacional-desenvolvimentista. Nacional-desenvolvimentista, pois o Estado-nacional é o principal centro irradiador do desenvolvimento econômico, principalmente no que tange à regulamentação do mercado de trabalho e à relação entre setor público e grupos econômicos privados, o que em contrapartida o fortaleceria (Bresser-Pereira, 2008). A idéia central é a visão de que através de um Estado forte resultaria uma nação forte: o Estado forte suplantaria o personalismo presente nas relações entre o Estado e as classes oligárquicas (Bresciani: 1998). Para tal, a política varguista tinha como ideário político a modernização social, política e econômica do Estado brasileiro sustentado por três elementos: o desenvolvimento econômico, a industrialização e a urbanização.

O Estado Novo acaba formalmente com o a instauração do federalismo na Primeira República, quando se inicia uma grande reforma administrativa, tendo como objetivo a implantação de uma administração pública burocrática centrada no Executivo Federal, mais especificadamente na Presidência da República. Esta reforma político-institucional possui duas vias: a formação de bons quadros administrativos e a consolidação de uma estrutura institucional profissional e meritocrática, tendo destaque a criação do Dasp – Departamento de Administração Pública – e a multiplicação de agências com a finalidade de atuar na área econômica (Abrúcio, 2009). A partir daí há um fortalecimento do Executivo Federal e, por consequência, a criação de uma estrutura institucional que possibilitasse a interferência na ordem política, em especial, nas unidades estaduais.

O Executivo Federal nomeava para os executivos estaduais atores nativos, porém com fraca biografia política e sem grandes raízes partidárias. Ainda que estes indivíduos possuíssem ligação com grupos ideológicos locais, esta seria realizada fora das máquinas partidárias locais (Campello de Souza, 1976: 14). Assim, embora pertencessem às elites locais, os governantes estaduais respondiam ao Presidente da República, Getúlio Vargas.

Tal ação retirava das elites estaduais a sua grande conquista da Primeira República: “o poder de eleger seu próprio governante” (Abrúcio, 2002: 45). Além do mais, diferente do ocasionado em 1930, as interventorias eram rotativas, com a finalidade de evitar perpetuações políticas (como o caso de Juracy Magalhães na Bahia) e aproximar os grupos regionais do poder central.

Já a intervenção burocrática federal na arena regional se faz pela criação dos “Daspinhos”, órgãos regionais subordinados ao DASP e ao Ministério da Justiça, local onde os presidentes eram nomeados pelo executivo nacional. Os “Daspinhos” não só controlavam administrativamente os estados, como também supervisionavam as atividades dos interventores, de seu corpo administrativo, e integravam novos atores regionais ao modelo de modernização autoritária varguista (Campello de Souza, 1976).

Na Bahia, Juracy Magalhães, apesar de ter sido aliado de Getúlio Vargas, torna-se opositorista varguista e renuncia em 1937, antes do fim do seu mandato, por não se solidarizar ao Golpe do Estado Novo. Dessa forma, ele provoca um realinhamento no jogo político baiano. A frente autonomista, a partir do episódio do Estado Novo, passa a ser chamada de “Concentração Autonomista”, já que se ampliou com a adesão dos juracistas e até do Partido Comunista. O Estado passa então por um período de intervenção. No mesmo dia do Golpe, o então comandante da 6ª Região Militar no Estado, o coronel Antônio Fernandes Dantas, é nomeado e empossado interventor federal interino da Bahia. A interventoria do coronel Dantas instaurou uma intensa e dura repressão: livros foram queimados, jornais e rádios foram submetidos à censura, o líder da Concentração Autonomista na Assembléia Legislativa, o jurista Nestor Duarte, foi preso (Tavares, 2001).

Em janeiro de 1938, Getúlio Vargas realoca os interventores nos estados: eles deveriam ser também civis. Assim, o engenheiro agrônomo e funcionário do Ministério da Agricultura, natural de Santo Antônio de Jesus, Landulfo Alves, é indicado ao governo do estado. Porém, apesar de Landulfo ser um técnico alheado da política tradicional baiana, figuras de renome como J. J. Seabra e Antônio Balbino, que haviam apoiado a nomeação de Vargas e a então política do Estado Novo, tornam-se figuras-chaves neste

governo. O governo de Landolfo Alves incentiva setores bovinos, aviários e agrícolas, em especial a plantação de algodão para suprir as indústrias do recôncavo, o que também reflete a continuidade do *status quo* da elite agrária baiana. Seu secretariado era composto, em sua maioria, por técnicos desvencilhados da antiga política. Foi forte incentivador do fortalecimento da área educacional, fundamental para a propaganda midiática do Estado Novo. Porém, a nomeação de tecnocratas a funções políticas desagradou a elite política baiana. Assim, em finais de 1942, uma ação organizada entre militares e personalidades baianas ligadas ao governo varguista promove a deposição de Landolfo Alves e a ascensão do coronel Pinto Aleixo, comandante da 6ª Região Militar, como forma de não incentivar a criação de novas forças políticas locais. O interventor Pinto Aleixo seguiu metodicamente a cartilha federal do Estado Novo, sem, no entanto, isolar os atores políticos baianos.

Em resumo, o modelo varguista-desenvolvimentista-autoritário teve como um dos principais pilares o controle político das oligarquias regionais, através de um forte papel do executivo nacional, inclusive em matéria legislativa, permitindo-lhe governar por decretos-leis, o que suprimia a autonomia política estadual. Vargas não só extinguiu o processo eleitoral nos estados, como também afastou a sua elite política da máquina burocrática local através da criação de ilhas burocráticas regionais, os “Daspinhos”. Porém, o fortalecimento da União não retirou totalmente a força das elites estaduais: “elas poderiam estar forçosamente adormecidas, mas, entre os atores políticos civis daquele momento, elas ainda eram quem melhor poderia organizar uma resistência contra o Governo Federal” (Abrúcio, 2007: 47).

1.3 A Segunda República e o novo jogo político baiano

Ainda que muitas correntes da historiografia tradicional atribuam como principais razões para o fim do Estado Novo as pressões externas para a conformação de uma democracia no Brasil, este trabalho focará o papel da articulação entre os opositores ao então regime varguista, em especial os grupos oligarcas regionais, para a deposição de Vargas e início do Período Democrático (1945 – 1964). O texto produzido pela elite

política mineira em 1943, intitulado o “Manifesto dos Mineiros”, foi o símbolo do início da oposição aberta ao Estado Novo. É também em 1943 que se reinstauram os partidos políticos, tendo destaque a formação da UDN – União Democrática Nacional. Nos estados, as oposições internas ao governo federal se aglutinavam na UDN. Como destacado por Maria Lúcia Lippi (1972: 22), “a UDN constituiu uma verdadeira frente onde se encontravam os que não aceitaram a Revolução de 30; os que a fizeram e se sentiram traídos, os que a fizeram e se desentenderam com o presidente; os que assinaram o “Manifesto dos Mineiros”; todos aqueles que por questões políticas e/ou pessoais não aceitavam a organização ditatorial montada sob a Constituição de 37”. Por sua vez o PSD, ainda segundo interpretações de Lippi (1972), desenvolveu-se regionalmente seguindo a atividade da máquina getulista sob a chefia dos próprios interventores, ou por atores políticos influentes diretamente ligados à interventoria. Por fim, o PTB (Partido Trabalhista do Brasil) absorveu as clientelas sindicais urbanas ou aquelas cobertas por instituições previdenciárias.

Em 1945, Getúlio Vargas decreta a Lei Constitucional nº 9, conhecida com Ato Adicional, que determina o prazo de 90 dias para se fixar uma data para a realização de eleições diretas. Exatamente três meses depois deste Ato, era decretado o Código Eleitoral de 1945, também conhecido com “Lei Agamenon”, uma referência ao Ministro da Justiça Agamenon Magalhães. Este novo código fixava em dezembro daquele ano eleições diretas para o executivo e o legislativo nacional, e maio do ano seguinte, 1946, para os pleitos estaduais. A Lei Agamenon era uma jogada da elite política estado-novista para uma continuidade através do controle do processo eleitoral. Um dos principais pontos dessa lei foi a obrigatoriedade de afiliação nacional dos partidos políticos. Visto que o partido do governo obtinha articulação nacional através de suas interventorias, as demais agremiações tinham dificuldade em se estruturar como partidos nacionais. A UDN, por exemplo, só conseguiu configurar um partido oposicionista tardiamente: “só em fins de outubro vieram a organizarem-se definitivamente diretórios como os de Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e estado do Rio de Janeiro” (Campello de Souza, 1976: 115). Além do mais, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) podia negar registro de partidos se julgasse o programa como não democrático ou contrariasse os

direitos fundamentais dos homens. Com esta medida, de 31 partidos que tinham registros provisórios, 15 tiveram este registro cancelado. Dessa forma, a trama institucional criada com a Lei Agamenon amortece a queda do Estado Novo. Conforme observado por Campello de Souza: “a deposição deu-se num clima de ‘cumplicidade com os opositores’ no sentido de que, para muitos destes, e talvez especialmente para os militares, Getúlio não era visto com um inimigo radical, mas sim, como um opositor transitório com o qual poder-se-ia ‘compor’ uma aliança” (1976: 108).

No estado da Bahia, com o fim do Estado Novo e a promulgação da Constituição Federal de 1946, e assim a restauração das eleições diretas para o governo estadual, volta à cena a antiga rixa política entre juracistas e autonomistas, com a anistia de políticos, entre eles Mangabeira, e o restabelecimento de partidos políticos no estado, em especial a UDN. Esse Partido reunia no estado primordialmente os juracistas, os autonomistas e os socialistas democráticos. Apesar de estes representantes divergirem em relações a métodos e objetivos, o que dava identidade à UDN era o embate com o presidente Vargas e suas manobras de centralização política, em detrimento da autonomia estadual. Faziam parte da UDN, dentre outros, Juracy Magalhães, Otávio Mangabeira, Nestor Duarte, os quais foram eleitos para a Assembléia Constituinte Nacional de 1946. Vale a pena ressaltar que o embate entre a UDN baiana e o varguismo girava em torno do confronto federalista. No plano da gestão política, foi a partir da idéia de modernização, urbanização e industrialização emergente no Estado Novo que o movimento autonomista fincou suas bases.

Promulgada a Constituição Federal de 1947, Juracy Magalhães, bem como o PSB baiano, abre mão da sua candidatura para apoiar o udenista Octávio Mangabeira, o que representa, se não um fim, um enfraquecimento no embate entre juracistas e autonomistas (então abrigados nos partidos PSB e UDN, respectivamente). De família não ligada à política, Mangabeira ascende na política baiana na primeira década do século passado, através do apoio de J. J. Seabra, migrando posteriormente para o ruismo (movimento político ligado à figura do jurista Rui Barbosa) e depois para o calmonismo (ligado à figura de Góes Calmon), quando se revela autonomista ao resistir à política intervencionista de Vargas, sofrendo prisões e exílio. Mangabeira é eleito através da

coligação UDN-PSD, enfrentando o candidato do PTB, apoiado por Getúlio Vargas, Antônio Garcia de Medeiros Neto. Nessa época se elege à Assembléia estadual pelo PSD, Antônio Balbino de Carvalho Filho, futuro *affaire* político da corrente política juracista.

Mangabeira assume um governo atrasado, pobre e altamente dependente da exportação agrícola, especialmente do cacau. Luiz Henrique Dias Tavares destaca em seu livro *História da Bahia* (2001) que havia no Estado uma idéia de um “enigma baiano” que justificava seu atraso econômico. Tanto que o próprio Otávio Mangabeira encomendou um estudo sobre este “enigma” ao economista Inácio Tosta Filho. É com base em tal estudo que Mangabeira traça um plano de desenvolvimento no Estado. Assim, Otávio Mangabeira, principalmente auxiliado por Anísio Teixeira (seu Secretário da Educação), José Silveira (Secretário de Saúde) e Edgar Santos (reitor da então Universidade da Bahia), empreende a primeira tentativa institucionalizada de modernização da capital soteropolitana, com ênfase no campo educacional e cultural. Como observa Tavares (2001: 462): “é de todo necessário destacar que o governo de Mangabeira foi o primeiro a realizar uma política de apoio e incentivo à cultura na Bahia”. O governo de Mangabeira se caracterizou pela moderação política e fortes iniciativas modernizantes, fundando o Plano de Ação Econômica com a tentativa de industrializar o estado através dos recursos financeiros proporcionados pela ebulição do cacau no sul do Estado e pela descoberta de petróleo no litoral do Recôncavo. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1997: 183) retrata que a urbanização, o crescimento demográfico (processos internos da sociedade brasileira) e a industrialização (processo externo ao país, mas que acentuava os outros dois) são fundamentais para o crescimento de uma maior impessoalidade do Estado iniciada com o Estado Novo varguista. Em cidades mais populosas e desenvolvidas, ao antigo relacionamento do tipo primário pessoal e afetivo, pouco a pouco se associou e cresceu o relacionamento do tipo secundário, impessoal, indiferente, não ligando mais indivíduos, e sim categorias de indivíduos. Porém, na Bahia, incluindo a capital Salvador, as cidades ainda eram pouco urbanizadas e a industrialização do Estado não tinha mais que pequenas empresas, pouco mecanizadas (Mattoso, 1992). Dessa forma, ainda que o governo de Mangabeira não concretize uma administração modernizante, é a partir de seu governo que se começa a

construir a idéia da necessidade de um Estado menos agrário, indo de encontro à idéia de estado-desenvolvimentista emergido com Getúlio Vargas.

No final do mandato de Mangabeira, os desgastes na coligação que o elegera se intensifica: a maioria dos udenistas acreditava ser Juracy seu natural sucessor; o PSD baiano já tinha candidato próprio (Lauro de Freitas); os udenistas autonomistas queriam a indicação do banqueiro, político e Ministro da Educação do presidente Dutra, Clemente Mariani. A partir de então, juracistas e autonomistas só concordavam quanto o apoio ao brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República. Mangabeira se declara neutro, o que isenta seus liderados em relação a um futuro apoio. A disputa gira em torno do coronel e então Deputado Federal Juracy Magalhães, pela Aliança Democrática (UDN-PR-PTN-PSP-PSB) e o engenheiro e político Lauro Farani Pereira de Freitas, pela Coligação Democrática Baiana (PSD-PTB-PRP-PST). Em visita a Salvador, Vargas proclama Lauro de Freitas como seu candidato, no entanto, em meio a campanhas pelo interior, Freitas morre em um acidente aéreo, estabelecendo um desequilíbrio nas eleições estaduais. O ex-autonomista e ex-prefeito nomeado de Vitória da Conquista, Luís Regis Pacheco Pereira assume a candidatura de Lauro de Freitas. Regis Pacheco vence Juracy, tornando-se governador da Bahia. A derrota de Juracy reflete o enfraquecimento do grupo juracista, bem como da antiga elite política estadual ligada a ele, em contrapartida ressalta a forte influência da figura latente de Getúlio Vargas e seu ideário desenvolvimentista.

No plano nacional, o candidato dos militares e da oposição liberal, general Dutra, não só torna as eleições mais livres e incorpora crescentemente a população no universo eleitoral, como também torna o federalismo novamente como preceito político constitucional. A Constituição Federal de 1946 inovou não só em retomar as eleições para o executivo e o legislativo das unidades subnacionais, como também em aumentar a autonomia política e financeira dos municípios (Abrucio, 2007: 49). A legislação trabalhista, consolidada em 1943, foi também fundamental na política populista estabelecida na Segunda República, ao transferir ao Estado o prestígio que havia sido conferido à Vargas (Weffort, 1980: 73). Getúlio Vargas tinha sido eleito senador pelo Rio Grande do Sul, pelo PTB. Ainda possuía forte apoio dos chefes políticos da máquina

oligárquica montada pelo PSD nos estados e passa a ter o governador de São Paulo, Ademar de Barros, e o Partido Social Progressista (PSP) como importante base eleitoral. Dutra, por sua vez, tenta uma manobra política dentro do próprio PSD, ao lançar o político mineiro Cristiano Machado como candidato. Porém, grande parte dos chefes políticos pessedebistas abandonaram esta candidatura, passando a apoiar a candidatura varguista (Fausto, 2002: 403). A UDN novamente apresenta o brigadeiro Eduardo Gomes como seu candidato. Numa campanha baseada na defesa da industrialização nacional e na ampliação de direitos trabalhistas, Vargas retorna como Presidente da República.

O segundo governo de Getúlio Vargas (1951 – 1954) enfatiza ainda mais seu projeto nacional-desenvolvimentista, tendo como base um estilo de governo populista, o qual se conduzia através, tanto de um autoritarismo carismático de líderes de massas, quanto de um autoritarismo institucional. Ainda que tenha terminado a ditadura do Estado Novo, Getúlio Vargas era o grande chefe do populismo. Conforme ressalta Francisco Weffort (1980), a nova etapa democrática iniciada em 1945 conta com um novo ator político: as massas urbanas alfabetizadas. O Presidente da República passa “a atuar como árbitro dentro de uma situação de compromisso que, inicialmente formada pelos interesses dominantes, deverá contar agora com um novo parceiro – essas massas populares urbanas – e a representação das massas neste jogo estará controlada pelo próprio chefe de Estado” (*Idem*: 69 e 70).

Porém, também a partir de 1945, os grupos oligárquicos regionais ganham maior peso como atores políticos em âmbito nacional, pois passam a ter representação privilegiada no Congresso. Assim, embora as massas populares urbanas tenham papel importante no então jogo político, sua participação estava sempre tutelada por representantes de alguns dos grupos locais dominantes. Tais grupos locais estavam, ou agrupados dentro de dois partidos criados por Vargas no período ditatorial, ou ligados à burocracia pública que ascendera a partir da ditadura do Estado Novo, em especial com a criação dos “Dasp” e dos “Daspinhos”.

O governo de Regis Pacheco na Bahia foi altamente dependente do governo nacional. Não possui autonomia regional uma vez que, tanto o executivo estadual quanto

o nacional, eram prioritariamente comandados por chefes udenistas. Além do mais, a Bahia era um estado que não possuía uma forte camada urbana nem mesmo em sua capital – é a partir deste governo que se inicia uma volumosa e descoordenada migração à cidade de Salvador. Dessa forma, ainda que sem representação no executivo estadual, juracistas e autonomistas eram atores fundamentais no jogo político baiano, o que é refletido na sucessão de Pacheco. Essa sucessão divide o PSB baiano em duas correntes: uma, dentre eles o então governador, apoiava o autonomista e reitor da Universidade do Brasil, Pedro Calmon. A outra, o preterido por Getúlio Vargas e apoiado pela ala juracista da UDN, Antônio Balbino. Vargas havia projetado Balbino no cenário nacional ao indicá-lo seu ministro da Educação e Saúde e disponibilizou a legenda do PTB à sua candidatura (Silva, 2000). Assim, tendo o apoio da parte dissidente do PSD, do PTB varguista e da UDN juracista, Balbino vence o pleito. O governo de Balbino se caracteriza pelo Planejamento Econômico do Estado de expansão do interior baiano e, com o apoio do prefeito soteropolitano Hélio Machado, por uma maior autonomia política e administrativa da capital (Dantas Neto, 1996). Há, pois, não só uma ruptura de enorme dependência da capital em relação ao Estado, como também uma tentativa de consolidar quadros institucionais e profissionais na administração pública baiana (Souza 2003: 44). Essas novas condições surgem no contexto da estabilização da Petrobrás na Bahia. Tal ação representa uma dura luta entre a gestão pública e a elite política, em especial a concentrada na capital e seu recôncavo.

No final do mandato, quebra-se o compromisso de apoiar Juracy, apoiando José Pedreira de Freitas, que não era político. Juracy então se declara candidato pela UDN, recebe o apoio do novo Partido Libertador (PL), nova sigla dos autonomistas, e ganha as eleições, elegendo também Octávio Mangabeira ao Senado. Ao final do seu governo, Juracy condena o veto dos ministros militares a Jango. Após este ato, a UDN e o partido autonomista abandonam a candidatura do político e professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, Josapha Marinho, consagrando Antônio Lomanto Junior governador. Lomanto é eleito para governar no período de 1963 a 1967 sendo, assim, o último governador eleito por voto direto antes do Golpe Militar de 1964. Após o golpe, apesar de seu mandato ter sido ameaçado, foi mantido após negociações com os militares,

nos quais o apoio da Igreja Católica foi de grande importância (Tavares, 2001). Na área da gestão pública, Lomanto reestrutura o secretariado e a burocracia pública baiana. Mangabeira, Fernando Santana e o novato Waldir Pires, dentre outros, perdem seus direitos políticos.

1.4 Atuação de ACM na Assembléia Legislativa

Antônio Carlos conhece a política através de seu pai, Magalhães Neto. Não que ele tenha sido um político de renome, não. Ninguém mal o conhecia. Mas era boa praça, o típico cidadão respeitável. Tinha bons amigos. Entre eles, o próprio Juracy e Juscelino. E, ACM atento como era, foi se aproximando da cena política, principalmente quando estava com o pai no Rio. Desde esses tempos já tinha sede pelo poder. Já tinha muita ambição. (Depoimento de senhora que participava do movimento juracista, maio de 2009).

A trajetória política de Antônio Carlos Magalhães começa a ser traçada com a ascensão de Juracy Magalhães ao governo estadual, e com isso a possibilidade de uma ruptura com a antiga elite política baiana, principalmente representada pela figura de J. J. Seabra. Apesar de possuírem o mesmo sobrenome, ACM não possui relações de parentesco com o então político udenista cearense. Soteropolitano, ACM conhece Juracy através do seu pai, o poeta e político Francisco Peixoto de Magalhães Neto (Magalhães, 1995). Magalhães Neto não foi um político de grande projeção, porém é peça chave para compreender a trajetória política do nosso personagem principal. Poeta, “fazia versos, epigramas para deputados” (Magalhães, 1995: 41). Professor catedrático da conhecida Faculdade de Medicina da Bahia, foi deputado estadual na década de 1920, cargo que exerceu até o fechamento dos legislativos estaduais em 1930, quando apoia politicamente o interventor varguista, Juracy Magalhães. Em 1933, elege-se ao Congresso Nacional através do PSD juracista, sendo um dos constituintes da Constituição Federal de 1934, reeleito às duas plenárias seguintes. É no Congresso Nacional o momento em que se aproxima de atores políticos nacionais, destacando sua amizade com o também deputado federal pelo PSD, Juscelino Kubitschek: “Rui (Santos) contou que eu era filho de Magalhães Neto. Juscelino fez uma festa. Chegou a recitar um epigrama de meu pai, me deixando muito alegre” (Magalhães, 1995: 41).

Antônio Carlos nasce em Salvador em 1927, quando seu pai era deputado estadual. Ainda que tenha cursado a Faculdade de Medicina da Bahia, já afirmava aspirar à carreira política: “Eu tinha então 18 anos, e assistia a todas as sessões da Constituinte no período de junho a 15 de julho, aproveitando as férias escolares na Bahia” (Magalhães, 1995: 41). ACM assume a direção do grêmio acadêmico quando estudante secundarista do Colégio da Bahia (atual Colégio Central, o colégio secundarista de maior prestígio no estado à época). Cursou medicina em Salvador, sendo que o último semestre é concluído no Rio de Janeiro, pois não conseguia obter aprovação na disciplina de Anatomia, segundo o próprio ator, por viés político assumido na política universitária:

O professor brigou comigo, porque defendi o Dr. Rui Santos, que foi candidato à cátedra e perdeu. O professor Rafael Mendes queria me reprovar, por isso me transferi para o Rio de Janeiro, para a Faculdade Nacional... Na faculdade exerci todos os cargos na política acadêmica que vinha exercendo desde o ginásio. (Magalhães, 1995: 53).

Ainda estudante universitário, ACM trabalhou como repórter esportivo nos Diários Associados, onde Rui Santos era seu chefe e Odorico Tavares, o diretor estadual. Em 1950, três anos antes de se diplomar médico, foi nomeado redator de debates da Assembléia Legislativa da Bahia, onde mantivera intensas relações com a UDN juracista:

Mesmo sem ser deputado, eu comandava a bancada da UDN. Tinha mais prestígio do que muitos deputados. Saía com eles para almoçar, para jantar, combinava tudo com eles antes das sessões, dizia, ‘façam isso, façam aquilo’ (Magalhães, 1995: 55).

ACM elege-se deputado estadual pela UDN no pleito de 1954, aos 27 anos de idade, apadrinhado por Juracy Magalhães, na mesma campanha em que Antônio Balbino fora eleito governador (Tavares, 2001: 496). No seu discurso, reflete-se muito dos apelos modernizantes e desenvolvimentistas urbanos e o moralismo populista udenista, encontrados em Juracy e em Balbino, reflexos do binômio desenvolvimentismo/populismo que fluía da conjuntura nacional desde 1945 (Dantas Neto, 2006: 105).

O pleito de 1954, como já apresentado, foi marcado por confrontos entre juracistas e autonomistas, tendo como foco central o apoio, ou não, ao governo nacional de Getúlio Vargas. De um lado os autonomistas, tendo como principal figura Octávio

Mangabeira, apoiando o pessedista Jorge Calmon; do outro lado a UDN juracista, lançando Antônio Balbino com o apoio de Vargas. A vitória eleitoral de Balbino reflete a linha desenvolvimentista e populista empregada por Vargas. O orgulho do tradicionalismo baiano começa a entrar em colapso (Azevedo, 1996). Conforme observa Dantas Neto:

O pleito de 1954 marcou uma inflexão na política da Bahia. Os argumentos da tradição autonomista e liberal em favor de uma conciliação à *baHiana* foram vencidos pela prioridade da idéia desenvolvimentista e pela urgência da questão social. No quadriênio por se iniciar, governo e oposição viraram a página de querelas filhas da Primeira República. Em 1955, a onda econômica e administrativa da Revolução de 30 chegaria à Bahia, requisitando de suas elites novo tipo de conciliação, para além dos costumeiros limites paroquiais (2006: 107).

É nesse contexto de mudança que ACM ascende eleitoralmente na Bahia, nas eleições à ALBA. Contando com o apoio do então governador Antônio Balbino e do chefe político da UDN Juracy Magalhães, ACM passa pelo funil das eleições suplementares de 1955 e alcança o posto de deputado estadual baiano até 1958 (Cordeiro, 1997). Na Assembléia, faz parte da Comissão de Finanças e Orçamentos, da qual se torna presidente e líder da bancada udenista, além de vice-líder do governo (Almeida, 1999).

No entanto, pouco há na literatura sobre a passagem de ACM pela Assembléia Legislativa. Em sua biografia pessoal, ACM pouquíssimo enfoca este período da sua carreira. O verbete do Dicionário histórico-biográfico brasileiro (2001: 3432), apenas ressalta seu empenho em ampliar o número de municípios no estado, visando maior participação na partilha do imposto de renda estabelecido pela então Constituição Federal de 1946. Neste sentido, ACM apresenta diversos projetos e apoia outros, enfocando o crescimento numérico de municípios no estado e termina seu período legislativo com a Bahia contando com 30 municípios novos.

Dessa forma, ainda que pouco enfatizado, compreender a passagem de Antônio Carlos pela Assembléia Legislativa é vital, não só para perceber seu amadurecimento como ator em contato com instituições sociais do mundo político, como também para a

formação de um repertório e a construção de uma rede de relações pessoais verticais e horizontais, a qual acionará ao longo de sua trajetória política

1.5 ACM no cenário nacional: atuação no Congresso Nacional e o fim da Segunda República

Em fins da década de 1950, Juscelino Kubitschek seguia o projeto modernizante inserido por Getúlio Vargas, dando especial atenção à administração indireta (a exemplo da Petrobrás e do BNDE). A modernização administrativa empreendida na Segunda República seguia um viés duplo, conforme o modelo burocrático legal instaurado por Getúlio Vargas na década de 1930. Por um lado, modernizava a gestão pública através de princípios da estrutura burocrática weberiana prevalecente no plano internacional, destinada a produzir políticas públicas em larga escala. Por outro lado, era um modelo centralizado e autoritário, que não altera a estrutura de poder profundamente, dando continuidade aos interesses agrários e com uma parcela do Estado voltado à patronagem, pois assim mantinha-se parte do apoio da elite política e econômica ao governo central. Ou seja, criaram-se administrações paralelas blindadas ao jogo político local, ao mesmo tempo em que se mantinha o jogo clientelista, favorecendo o pacto com as antigas oligarquias regionais (Nunes, 1997). Como observa Abrúcio, “onde foi possível insular áreas governamentais e recrutar funcionários com o espírito daspiano, mantinha-se o quadro meritocrático. Porém era impossível blindar a administração pública local, mesmo a administração indireta, da patronagem” (2010: 41).

Ainda que Juscelino Kubitschek tenha tentado realizar uma ampla reforma do serviço público, ele sofre forte resistência do Congresso Nacional, local onde predominavam atores políticos fortemente ligados à tradição regional. Tendo em vista tal resistência, JK segue a lógica da modernização conservadora: conjuga a gramática do insulamento burocrático com a do clientelismo. Ao mesmo tempo em que criou organizações paralelas e insuladas para desenvolver seu Plano de Metas, dá continuidade à patronagem no plano regional para manutenção de sua base de apoio político. Assim, “o presidente mitigava os entraves da burocracia tradicional sem confrontá-la diretamente,

conseguia atrair pessoal qualificado para os projetos e mantinha os espaços para o clientelismo” (Abrúcio, 2010: 41).

Na Bahia, em abril de 1959, Juracy Magalhães toma posse como governador pela UDN, com o apoio da ala autonomista, neste momento primordialmente representada pelo Partido Libertador (PL), contra os apoios institucionais do PSB e do PTB, voltados ao candidato derrotado de Antônio Balbino, Rômulo Almeida. A vitória de Juracy representava duas tendências até então opostas: a continuidade da modernização baseada em idéias desenvolvimentistas e a industrialização iniciada com Vargas no plano nacional e enfatizada por Balbino no plano local; e a preservação de interesses tradicionais locais, em especial à elite soteropolitana e do recôncavo baiano (Guimarães, 1987). Seguindo o exemplo do plano de desenvolvimento de JK, o Plano de Metas, Juracy inaugura em seu governo o PLANDEB, Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia. O então opositor nas urnas e representante estadual na SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), Rômulo Almeida, torna-se Secretário de Planejamento e principal articulador do PLANDEB, o que representa um direcionamento do governo juracista em torno das tentativas balbinistas de modernização econômica do estado (Tavares, 2001). Ainda que o PLANDEB tenha sofrido bloqueios e estagnado na Assembléia Legislativa, conquistas como o Banco de Fomento da Bahia (BANFEB) e a Companhia Estatal de Energia Elétrica (Coelba) solidificam a gestão pública no Estado. Além do mais, a possibilidade de a Bahia sediar nacionalmente a Petrobrás tem forte impacto, tanto em sua dinâmica econômica, quanto política. O arranjo político do governo estadual reflete o caráter modernizante e conservador deste governo juracista: acolhia desde intelectuais, como o então reitor da Universidade da Bahia Edgar Santos, e empresários, como o banqueiro Clemente Mariani, que visavam um planejamento desenvolvimentista regional, até o antigo patronato rural visando à operação de empresas em suas terras (Brandão, 2001).

É no embate político entre o udenismo de Juracy e o pessebismo/petebismos apoiado pelo então governador Antônio Balbino que Antônio Carlos Magalhães ascende ao cenário nacional. ACM utiliza-se de uma cômoda posição na arena política baiana: possui um bom relacionamento com o então governador Antônio Balbino, já que era

vice-líder do governo na ALBA, ao mesmo tempo em que figurava como líder da UDN, angariando também o suporte de Juracy. Isso se refletiu no seu resultado eleitoral ao Congresso Federal nas eleições de 1958: foi o décimo-primeiro entre todos os deputados federais eleitos e o quarto pela UDN (IPEA, 2010).

O pai de Antônio Carlos, como já destacado, foi Deputado Federal constituinte e tornara-se durante sua estadia no Rio de Janeiro amigo de JK e outras personalidades. A amizade entre seu pai, Magalhães Neto, e Kubitschek, então presidente, refletiu-se na sua candidatura à Deputado Federal:

Em 1957, o Juscelino foi inaugurar a iluminação do Estádio Fonte Nova, em Salvador, e, ao subir a escada, viu o meu pai sentado na arquibancada. Ele, presidente da república, foi até meu pai e deu-lhe um grande abraço. Isso teve grande repercussão na Bahia. Eu era deputado estadual. Depois fui eleito deputado federal (Magalhães, 1995: 43).

De olho na aproximação pessoal entre o recém-empossado deputado federal udenista, Antônio Carlos Magalhães, e o então presidente da república, JK, Juracy Magalhães o incumbia de negociar demandas estaduais junto ao presidente. A aproximação entre ACM e JK era constante:

Voltando ao Juscelino, ele realmente ficou muito meu amigo, mas muito mesmo. Ele me distinguiu muito. Visitava-o à noite, ficávamos naquela tertúlia. Quando Juscelino foi a Brasília receber Lopes Mateus⁶, presidente do México, levou-me em sua companhia. Ele sempre me convidava. Na recepção de Eisenhower⁷ também. (Magalhães, 1995: 44).

ACM é reeleito deputado federal em 1962 dando continuidade a seu mandato udenista. O resultado do pleito reflete sua forte influência dentro da UDN em razão de seu prestígio no cenário nacional, porém distância no cenário regional: ainda que tenha sido o udenista mais votado, fica em nono lugar geral, dois a mais do que na primeira eleição. É durante seu segundo mandato que começa a fazer parte do repertório golpista que viria a ocorrer nos próximos dois anos. Dantas Neto (2006) realiza uma análise baseado nos discursos de ACM na Câmara dos Deputados. Segundo o autor, Antônio

⁶ Adolfo Lopes Mateus realizou visita oficial ao Brasil em 1960

⁷ Dwight D. Eisenhower, então presidente dos Estados Unidos que fez visita oficial ao Brasil, em 1960.

Carlos possui três argumentos principais neste período que antecede o golpe. O primeiro é o da moralidade político-administrativa: “denúncias de corrupção e incúria administrativa, conectando o antigo moralismo udenista à pregação do golpe” (p. 212). Seguido da paz social, ou seja, contra a subversão da ordem. Por fim, o argumento da prosperidade econômica: “contra a inflação e a estagnação do crescimento” (p. 212).

Em 1961, ACM adere ao acordo parlamentarista justificando a necessidade de solucionar a crise e com sua posição pela legalidade. Ainda que regionalmente sua figura estivesse relacionada a Juracy Magalhães, nacionalmente ACM traçava seus próprios rumos. Em sua atuação no Congresso, era destacado como um dos parlamentares mais assíduos nas votações de matérias ligadas à bancada da Ação Democrática Parlamentar (ADP), porém sem assumir posturas radicais, como o distanciamento das pregações comunistas, assumindo uma postural mais liberal e legalista (Dreifuss, 1981). É, pois, principalmente a partir de seu segundo mandato nacional, que ACM ascende como ator cada vez mais influente dentro da UDN nacional e, com isso, diminui sua dependência da política regional, em especial de Juracy Magalhães.

Na Bahia, o pleito eleitoral de 1962 estava polarizado entre Antônio Lomanto Júnior, candidato de base municipalista que congregava o apoio udenista de Juracy, o petebismo nacional de Jango, e grande parte da tradição autonomista; contra Waldir Pires, o candidato do PSB de Balbino. Numa primeira análise, o pleito estadual de 1962 representava o embate entre um candidato interiorano, o então prefeito de Jequié e ex-deputado estadual, Lomanto Jr; *versus* o representante da capital soteropolitana e de seu recôncavo, o professor da Faculdade de Direito da Bahia e então deputado federal, Waldir Pires.

No entanto, esse embate possui duas fortes peculiaridades que estão além da simples interpretação do pleito entre sertanejos e soteropolitanos. A primeira é a reprodução da rixa entre o udenismo juracista, apoiado por grande parte dos autonomistas, e o pessebismo balbinista. Em seguida, o fraco papel dos Partidos Políticos brasileiros no Período da Segunda República. Ainda que no pleito nacional o PTB de Jango fosse forte opositor da UDN de Carlos Lacerda, a aliança regional entre a UDN

baiana de Juracy e o PTB nacional de Jango expõe não só o distanciamento entre o partido nacional e sua representação estadual, como também a continuidade da antiga elite política regional sob a bandeira de um partido nacional. Lomanto sai vitorioso com 51,6% dos votos, contra os 45,9% de Waldir (Dantas Neto, 2006: 505). Essa vitória representa não só uma vitória do juracismo e de grande parte do autonomismo, mas, principalmente, a aproximação entre a UDN baiana e o petebismo nacional.

Assim, constituía-se, ao fim do Período Democrático brasileiro, uma política baiana de bases populistas, seguidamente apoiadas pelo plano nacional, que rompera com a antiga rivalidade entre recôncavo e interior. A principal bandeira era uma modernização conservadora que se inicia nacionalmente nos anos 1930 e se intensifica na Bahia com o segundo governo estadual de Juracy. Os impulsos modernizantes exógenos foram captados e aplicados no Estado, primordialmente na capital Salvador e seu entorno. Essas são as bases iniciais para o surgimento do fenômeno político baiano conhecido como carlismo. A política carlista que emergirá com a ascensão da ditadura militar após o Golpe de 1964 concretiza os intensos desejos modernizantes da elite política e econômica baiana. O capítulo seguinte versará sobre o governo autocrático nacional e regional.

CAPÍTULO 2: MUDANÇA DO QUADRO POLÍTICO NACIONAL E REGIONAL

Neste capítulo descrevo as mudanças do quadro político nacional e regional com a instauração do Período Militar. Em linhas gerais, no plano nacional, o Golpe de 1964 representa a passagem de um modelo em que o Estado nacional havia se fortalecido, porém ainda havia uma grande diversidade de núcleos regionais influentes, para um modelo autoritário e unionista, em que o Estado central era ator muitas vezes singular no jogo federalista. A ascensão do Governo Militar representa o enfraquecimento dos estados e seus governadores, e, por conseguinte, fortalecimento da União e da Presidência da República.

No plano regional, o Governo Militar reconfigura as regras do jogo político. A partir disso, Antônio Carlos Magalhães ascende não mais como um ator político importante na Bahia, mas como o principal condutor político estadual. Seguindo a cartilha dos militares em que a socialização política e inclusão social são deixadas de lado por uma ênfase em uma estrutura administrativa e gerencial tecnocrática, tendo com lema a inserção do estado no plano desenvolvimentista nacional.

2.1 O regime militar e a autocracia institucional

As formas armadas haviam se consolidado como importante instituição política brasileira da Segunda República. Na década de 30, ela foi fundamental à ascensão da política varguista. Já no período 45-64 se estabilizou como instituição moderadora do sistema político, visto que os estados fortes – SP, MG e RS – ainda possuíam milícias estaduais, o que ameaçava o Poder Central (Stepan, 1975).

Por sua vez, os problemas com a administração paralela acentuaram-se com a saída de Juscelino Kubitschek da presidência, em 1961. A criação de instituições paralelas com a finalidade de tratar de questões setoriais peculiares reflete-se na grande quantidade de órgãos ligados ao Poder Executivo, o que acaba diluindo o poder do governo central (Lafer, 2002). O Plano de Metas implementado por JK enfatizou a

criação de instituições insuladas com a finalidade de transpor os entraves burocráticos sem confrontar as relações clientelistas, o que cria ilhas de excelência governamental. Porém, ainda que Juscelino buscasse o legado daspiiano de excelência burocrática, muitas instituições trabalhavam em favor de sua própria clientela, o que reflete a forte fragmentação do poder central em inícios dos anos 1960. Como destaca Fernando Abrúcio (2009:42): “o modelo de administração paralela de JK mostrou ser eficaz para a implantação de projetos desenvolvimentistas, porém acaba por gerar fragmentação das estruturas governamentais em instituições setoriais especializadas que conflitavam com os respectivos ministérios”.

O governo de João Goulart, por sua vez, tentou implementar suas “reformas de base”, a Reforma Amaral Peixoto. De cunho nacionalista e redistributivo, visava modificações nos padrões de propriedade e renda no Brasil. Em torno destas reformas, a classe política e diversos grupos sociais se polarizaram, o que cria um intenso impasse social e institucional, especialmente refletido na estagnação do Congresso Nacional (Santos, 1986). Em todo processo histórico há sempre uma grande heterogeneidade de acontecimentos, e no caso do Golpe de 64 no Brasil, muitos eram os atores e grupos sociais envolvidos.

De um lado a burguesia brasileira com feições populistas, tendo o anti-comunismo como novo fundamento ideológico emergido com o final da Segunda Guerra, quando se dá a declaração da guerra fria e a forte pressão norte-americana contra a instauração de um regime de esquerda na América Latina (Gorender, 1997: 111). O que implica um grupo que suscita oposição ao então governo Jango. Como observa Nelson Werneck Sodré: “toda e qualquer reforma que se pretenda fazer no sentido do avanço e processo será travada porque batizada de comunista” (1997: 103). Além do mais, o desaquecimento da economia internacional reflete-se na economia agroexportadora brasileira, gerando desestabilidade econômica e forte inflação (Stepan, 1975). A esquerda, por sua vez, estava desorganizada e com múltiplos centros ideológicos. O PCB não defendia a implantação imediata do socialismo, e sim a aplicação de reforma agrária e a distribuição de renda. Outro centro ideológico era os setores subalternos das Forças

Armadas, com lideranças próprias e sem a direção de oficiais de facção democrática e a favor das reformas de bases de Jango.

O resultado foi que as velhas elites políticas que controlavam o país desde a época colonial instrumentaram e mobilizaram setores superiores das Forças Armadas. Entre estes apoiadores civis encontravam-se os governadores Carlos Lacerda (Guanabara), Ademar de Barros (São Paulo) e Magalhães Pintos (Minas Gerais). Os três deram suporte militar através de suas milícias estaduais. O resultado desta conjuntura foi, em abril de 1964, um golpe contra as reformas sociais de Jango, como também contra a rudimentar democracia política emergida em 1945 (Toledo: 2004).

Logo após ao golpe, em 9 de abril de 1964, a junta militar baixa o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que instaura a primeira ditadura militar brasileira. Entre seus onze artigos, o AI-1 dava poderes ao então Governo Militar de suspender direitos políticos e convocar eleições indiretas para presidente. O AI-1 desorganiza o cenário do momento do Golpe, em especial os líderes civis do Golpe – Carlos Lacerda, Adhemar de Barros e Magalhães Pinto. Carlos Lacerda, inclusive, em outubro de 1964, foi escolhido na convenção da UDN candidato para as eleições presidenciais de 1965. Porém, em julho de 1964, a Emenda Constitucional nº 9 prorroga o mandato do então presidente militar, Castelo Branco, para março de 1967. A elite política apoiadora do golpe não cogitava a possibilidade de uma Ditadura Militar (Gorender, 1997). As eleições para governador, em outubro de 1965, apartam ainda mais a possibilidade de uma sustentação baseada em apoios civis. Dos dez governos estaduais, a oposição vence em quatro, em especial nos estratégicos estados de Minas Geras (Negrão de Lima) e Guanabara (Israel Pinheiro).

Como condição de assumir os governos estaduais, o Governo Federal estabelece o direito de indicar os secretários de segurança. Assim, ficam as polícias militares sob o controle do Exército (Moreira Alves, 1989). Além disso, poucos dias depois destas eleições para governador, instituem-se dois outros Atos Institucionais: o AI-2 e o AI-3. O AI-2 extinguiu os partidos e tornou indireta a eleição para Presidente e Vice-Presidente da República. Quatro meses depois, em fevereiro de 1966, a instauração do AI-3 torna

indireta também a eleição para governador de estado. A partir destes dois atos institucionais, não havia mais dúvidas, o Brasil estava sob um regime autoritário.

No Governo Militar, a concentração de poder em torno do Executivo Federal e da Presidência da República atinge seu ápice. No conceito dos militares que ascenderam ao poder, a estabilidade e o controle da inflação eram reformas políticas que se faziam necessárias para que assim, futuramente, houvesse possibilidade de retorno de um governo civil (Stepan, 1975). As medidas eram tomadas em nome da importância da ordem no combate à ameaça comunista e pela resolução da crise econômica. E para esta estabilidade econômica, seria essencial acabar com as formas de clientelismo e patrimonialismo locais. A partir dessa diretriz, a maior centralização das decisões políticas, econômicas e administrativas do regime militar segue o padrão varguista de desenvolvimento nacional-desenvolvimentista. A Presidência da República era encarregada, não só de controlar as eleições governamentais, como também as receitas tributárias e suas transferências aos demais entes estatais, centralizando no Executivo Federal a atuação administrativa nos três níveis governamentais, tendo como base um forte ideal tecnocrata. Como bem destaca Fernando Abrúcio (2004: 43): “o principal instrumento de dominação simbólica, além de um patriotismo difuso e do discurso anti-comunista, advinha de uma ideologia antipolítica e tecnoburocrática, a partir da qual o regime se definia com instrumento ‘modernizador’ do país”. Porém, ainda que o governo militar tenha sido exercido de forma autoritária, em maior ou menor escala ao longo do tempo, ele barganha apoio da elite política e social regional como forma de se legitimar.

A administração pública também ganha destaque. Observando princípios weberianos de mérito, este governo cria instituições e carreiras públicas, a exemplo do Banco Central e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O processo de elaboração de políticas públicas expandiu-se e se institucionalizou, em especial no campo da educação, previdência e saúde. Também houve expansão e maior institucionalização dos mecanismos de planejamento do Governo, a exemplo dos famosos planos nacionais de desenvolvimento (PND).

O Brasil passava por um modelo de *welfare state* disforme: ainda que o governo militar tivesse alavancado e materializado o estado de bem-estar social, com expansão e institucionalização de políticas, como as sanitárias e educacionais, essas ações possuíam cunho autoritário e tecnoburocrático (Draibe, 1994). Grande parte da expansão do aparato governamental no período pós-64 foi efetuado com a promulgação do Decreto-Lei nº 200/1967. Tendo a concepção de administração paralela focada no executivo nacional varguista como procedência, a promulgação deste Decreto-Lei visava uma intensa reforma na administração pública brasileira, que passaria a ser mais desconcentrada, quando a administração indireta teria maior autonomia administrativa, formando-se os conhecidos “anéis burocráticos” (Cardoso, 1975). O decreto também possuía forte intento centralizador: era uma tentativa de maior controle e uniformização dos entes estaduais e municipais pela União.

2.2 O Golpe Militar e a política baiana: ACM, o prefeito do século

Eu não fui conspirador. O que fiz mais foram discurso na Câmara (ACM, 1995: 102).

No estado da Bahia, havia um paradoxo político em torno do governo estadual: o governador, Lomanto Júnior, elegera-se tendo como base a coligação entre o udenista local de Juracy e o petebismo nacional de Jango. Lomanto em um primeiro momento alinhou-se ao discurso nacional janguista, com o objetivo de conseguir suporte financeiro federal para confrontar o desafio de modernizar um Estado com fraca capacidade fiscal, sem, no entanto, desvincular-se das diretrizes políticas da UDN local (Dantas Neto, 2006). Desta forma, regionalmente a dissonância entre o governo local e nacional é intensa. Observa-se que o governador petebista na Bahia elegera-se com coligação local com a UDN, o que se reflete nos ministérios nacionais. Três baianos são escalados para ministros por Jango: Antônio Balbino, no Ministério da Indústria e Comércio; Hermes Lima, no Ministério do Exterior; e João Mangabeira, no Ministério da Justiça. Os três eram concorrentes da coligação vitoriosa na Bahia: Balbino, do Partido Social Democrata (PSD) e Mangabeira e Hermes Lima, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). O apoio da UDN regional esfacela-se quando o partido baiano, em 1964, apoia publicamente a

candidatura de Carlos Lacerda à Presidência da República, enquanto o governador Lomanto Júnior aproximava-se do discurso das reformas sociais do PTB nacional, alinhando-se ao governador reformista do pernambucano Miguel Arraes.

A partir deste apoio, o PTB nacional exige o rompimento do governo lomantista com a UDN baiana. Ainda que Lomanto Júnior não tenha cumprido tal desígnio de imediato, uma semana antes do golpe, o governador assina documento apoiando Jango e suas reformas, o que faz supor que, com a entrada dos militares, seu mandato seria cassado. Porém, o governador petebista, dias antes do golpe, deu uma volta indo à imprensa manifestar seu apoio às Forças Armadas (Dantas Neto, 2006). Uma clara manobra política para garantir sua própria permanência no cargo de governador.

O Ato Institucional 2 extinguiu os partidos políticos. Pouco mais de um mês depois, o Ato Institucional 4 responsabiliza o Congresso Nacional pela criação de organizações que funcionariam como partidos. São criados o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). A elite política brasileira se vê obrigada a agregar-se em torno de uma das duas legendas. Assim, o governo baiano passa por intensa mudança no seu quadro político, pois quase todos os secretários empossados eram udenistas. Ainda que o então governador Lomanto Júnior não houvesse sido destituído do cargo, seu escalão de governo fora todo substituído, com exceção do chefe da Casa Civil e do Secretário de Segurança Pública. Ascendia no Estado um quadro político com baixo vínculo partidário e político e com alto perfil técnico. Estas reformas de base permitiram a sustentação política do governo. Destarte, o quadro político baiano no primeiro ano da ditadura se configura com um governador de apelo popular, uma elite política unida em torno de uma frente arenista influente frente à cúpula militar e uma gestão pública baseadas em quadros técnicos (Souza, 2003).

O Golpe Militar reconfigura o jogo político brasileiro ao suprimir o eixo PTB-UDN-PSB. Os que não tiveram seu mandato cassado tiveram que aliar-se ao eixo ARENA ou MDB. No estado da Bahia, o golpe muda o jogo de alianças e pactos, permitindo ascensão de uma nova elite política. O desenvolvimento modernizante, com amarras no crescimento econômico, processo de urbanização e industrialização acelerada

e importância de uma administração pública planejada e tecnocrática, ideias preconizadas pelo Governo Militar em plano nacional, é intensificado no estado.

Aliadas às reformas na administração pública estava a reforma financeira. A concentração dos tributos na União e a forma de rateio por critérios populacionais e de renda *per capita* favorece as regiões mais pobres, em especial o Nordeste. Com o argumento de “modernizar” o sistema econômico brasileiro, além destes financeiros, novos convênios eram firmados nestas regiões. O Governo Militar fortalece órgãos da administração indireta que devem promover o legado do desenvolvimento da região tendo como base princípios meritocráticos, como é o caso da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASP). Isso era feito através de consultorias que promoviam a lógica da “superioridade técnica” do modelo administrativo promovido pelo executivo federal.

O principal mecanismo de influência do executivo local sobre as unidades subnacionais eram os convênios firmados entre os entes federativos: através de transferências de recursos entre o Fundo Nacional e os Fundos Estaduais e Municipais se firmava uma parceria em que estados e municípios se comprometiam a seguir as diretrizes nacionais em troca do recursos a serem repassados (Abrucio, 2001).

A outorga do AI-2 na Bahia provoca um realinhamento nas forças políticas: o PSB e a UDN se realinham em torno da ARENA. Dessa forma, alas adversárias, como os juracistas, os balbinistas e boa parte dos autonomistas, estavam ajustados compulsoriamente em torno do partido de apoio ao regime militar, o que explica o longo consenso baiano em torno deste regime. Além do mais, a conformação do sistema bipartidário no período militar reflete ainda a forte influência de Juracy Magalhães no plano nacional, bem como a crescente influência de ACM. Segundo o Dicionário Bibliográfico Brasileiro, Antônio Carlos Magalhães e Juracy Magalhães foram alguns dos políticos nacionais mais importantes na concepção do partido arenista (CPDOC, 2009). A passagem de Antonio Carlos pelo Congresso, em especial sua atuação na bancada Ação Democrática Parlamentar (ADP) momentos antes da consolidação do

golpe, E a tutela de Juracy e em especial a política de afabilidade frente a Balbino davam-lhe incrível autonomia regional. Após o Golpe de 64, o deputado federal Antônio Carlos Magalhães não só apoia a “Revolução de 64”, como também se predispõe a apresentar projeto que prorrogasse o mandato do General Castelo Branco, a fim de se “preservar a ordem e a ameaça comunista”.

No plana estadual, os prefeitos das quatro maiores cidades baianas são depostos e cassados: Virgildásio Sena, em Salvador; Francisco Pinto, em Feira de Santana; Pedral Sampaio, em Vitória da Conquista; e Herval Soledade, em Ilhéus (Tavares, 2001). Enquanto isso, Juracy Magalhães é designado embaixador brasileiro nos EUA, ato que o afasta da política local. Além do mais, o suicídio do filho e provável herdeiro político do juracismo, Juracy Magalhães Júnior, facilitou a elevação de ACM dentro do quadro político regional udenista. Luís Vianna Filho ascende ao governo estadual tendo Jutahy Magalhães, também filho de Juracy, como vice. À Prefeitura soteropolitana, ACM é indiretamente eleito com um discurso dúbio, no qual o desenvolvimento modernizante deveria estar aliado à democracia e à reforma social dentro de uma ordem política autocrática.

A gestão de Antônio Carlos equilibra antigas práticas udenistas com novas práticas do então governo autocrático. Por um lado, pregava o empenho moralista do combate ao clientelismo, patronagem e empreguismo, via um corpo político composto por técnicos e funcionários concursados. Por outro lado, emergiu com o Golpe Militar a prática de um federalismo que visava fortalecer os laços entre os municípios e a União, com a tutela do ente estadual, através de transferências correntes em que os municípios deveriam seguir plano de desenvolvimento estipulado pelo Executivo Federal. Altos eram os incentivos internacionais de ordem financeira para este fortalecimento do executivo municipal. As formas de repasses se baseavam empréstimo-programa, que diferentes dos empréstimos-projetos praticados por agências internacionais nos dias atuais, flexibilizavam sua aplicação ao não engessar os planos de aplicação do repasse. São com esses repasses financeiros que possibilita a gestão municipal de ACM aplicar um intenso plano de obras públicas num período de tempo tão curto. Unido a esse crescimento de repasse federativo, em 1968, a Lei Municipal da Reforma Urbana regula a

ocupação de boa parte do solo da capital, desocupando áreas irregulares centrais, evitando o crescimento destas áreas irregulares e valorizando estes espaços. Com isso, o recolhimento do Imposto Predial e Território Urbano (IPTU) começa a ser umas das principais fontes de recurso municipal soteropolitana. A valorização territorial, especialmente com a possibilidade autocrática de expulsão de ocupações ilegais de áreas mais centrais através da lei de reforma urbana, promove a expansão capitalista da cidade, com destaque ao setor da construção civil em Salvador. Neste cenário se inicia a associação de ACM com a nova elite econômica baiana: os empresários do ramo da construção. Porém, ainda que a distribuição das terras consideradas devolutas tenha sido realizada entre o prefeito ACM e a elite econômica soteropolitana, o acréscimo de impostos sobre estas terras cria incômodo entre esta elite, o que leva ACM em comunhão com o então governador Luís Vianna Filho, a apelarem ao endividamento público.

No cenário político, o carismático prefeito ACM sufoca a atuação da Câmara Municipal soteropolitana através de declarações de caráter moralista que exaltava a opinião pública contra atuações individuais de seus componentes. Dirigia acusações públicas de clientelismo, corrupção, nepotismo contra os vereadores, ainda que de base arenista. Ou seja, alcançaria o objetivo de uma Salvador moderna, passando por cima daqueles políticos “corruptos e atrasados”, a quem ele responsabilizava pela retardada situação econômica do estado. Enfatiza-se aqui o perfil truculento de Antônio Carlos, que o acompanhará por sua trajetória política. Esse comportamento é o Wanderley Guilherme dos Santos (1998) denomina como “autoritarismo instrumental”, ou seja, o sistema político autoritário é justificado por causas conjunturais que não possibilitam o alcance de uma sociedade democrática liberal. Seguindo idéias liberais de Oliveira Vianna e seus homens de mil, o “autoritarismo instrumental” acredita que o estado é o agente de desenvolvimento, e para tal, justifica-se a presença de restrições de ordens políticas, civis e sociais para que este desenvolvimento seja atingido.

Assim, a gestão municipal de ACM fora construída sobre o discurso do fim do clientelismo e combate de irregularidades administrativas, através de uma gestão administrativa planejada e racional, com quadro pessoal baseado em critério técnico-meritocráticos somados às transferências federais e maior capacitação de impostos. Isso

refletia no grande montante de obras públicas, em especial a abertura das vias urbanas com construção de avenidas que cortavam os vales sotropolitanos, pavimentação e limpeza das áreas centrais, com destaque à orla, combate a ocupações destas áreas. Antônio Carlos termina seu mandato com chave de ouro: a Câmara Municipal outorga-lhe o prêmio de “Prefeito do Século”. A prática administrativa e política utilizada por ACM foi tão popular, que seu sucessor indicado, Clériston Andrade, a reproduz. Esta prática, porém, pouco mudou na elite política local. A arte do seu governo municipal estava em se equilibrar entre o apoio da elite regional e nacional. Regionalmente galgava o apoio de figuras políticas como Juracy Magalhães, Balbino e Luís Vianna Filho e figuras econômicas como o banqueiro Clemente Mariani e do empreiteiro Norberto Odebrecht. No plano nacional estava entre equilibrar o apoio ao grupo “legalista” de Castelo Branco ao mesmo tempo em que se aproximava dos militares “linhas dura”.

2.3 Primeiro governo estadual de ACM: o carlismo cresce regionalmente

No plano nacional, o ator não se apresentava tão confiante, afinal, fora um dos apoiadores de Castelo Branco, oposição interna do novo presidente Emílio Médici. O perfil de Castelo Branco adjetivava um conjunto de militares com maior apelo às normas legais e forma mais branda de repressão: os legalistas ou moderados. Havia uma clara rixa dentro da cúpula militar entre estes moderados e os ligados à linha dura, que tinha como principal representante o general Costa e Silva. Como destaca Carlos Fico:

Castelo Branco, como se sabe, foi escolhido para a Presidência da República contra a vontade do general Costa e Silva, que nas primeiras horas do golpe, automegara-se ‘comandante-em-chefe do Exército Nacional’ e líder do ‘Comando Supremo da Revolução (2004: 33).

Ainda que o Castelo Branco, e com isso sua corrente ideológica, ascendera como primeiro general-presidente, a linha dura estava representada principalmente no Ministério da Guerra, onde Costa e Silva era ministro. Isso influencia na complacência do executivo nacional em relação ao caráter repressor do Estado de Segurança Nacional implantado pelos militares, o qual proibiu atividades políticas, dissolveu os partidos e decreta eleições indiretas, cassou mandados de parlamentares federais e estaduais,

promoveu prisões e torturas de atores políticos e sociais. O resultado da política “moderada” castelista foi a sua sucessão pela General Costa e Silva e início da trajetória de mando do setor conhecido com linha dura: “Castelo foi complacente com as arbitrariedades da linha dura, não teve forças para enfrentá-la e permitiu, assim, que o grupo de pressão fosse conquistando, paulatinamente, mais espaço e poder” (Fico, 2004: 23).

Não defendo aqui a visão de um “golpe dentro do golpe” ou uma visão dicotômica simplificada entre linha dura versus moderados. Houve uma evolução repressiva dentro do Governo Militar que teve seu ápice no Ato Institucional 5 (AI-5). Além do mais, a posição, declarada ou não, frente à tortura é apenas uma das variáveis deste governo pós-64. Ainda que a violência fosse observada, embora em diferentes graus, dentro de todo o período militar, outras variáveis como trajetória dentro da academia militar e planos de desenvolvimento econômico pouco distanciam estas linhas. Dessa forma, seguindo a ordem cronológica, em 15 de março de 1967, o único candidato da ARENA, o marechal Artur da Costa e Silva é eleito indiretamente o segundo presidente militar da república brasileira. A continuidade de uma eleição indireta à Presidência pelo Congresso Nacional indica a continuidade da intervenção militar. Em 1968 a União Nacional dos Estudantes (UNE) promove no Rio de Janeiro a Passeata dos Cem mil contra o governo militar instaurado. Em São Paulo e Minas greves operárias são deflagradas. Grupos contrários ao então regime iniciam-se a organizar-se em ambiente urbano. O presidente autoritário Costa e Silva fecha o Congresso Nacional e outorga o AI-5, dessa vez, sem prazo de vigência. A doutrina autoritária repressiva de Costa e Silva é continuada pelo general Emílio Garrastazu Médici.

É nesta subdivisão dentro do Regime Militar que a força do político baiano Antonio Carlos Magalhães se consolida. Ainda que estampasse o título de “prefeito do século” e obtivesse apoio do então governador, Luís Vianna Filho, não há como certificar-se como o ator se sairia em um pleito majoritário de abrangência estadual enfrentando o já governador baiano, Lomanto Júnior. O certo era que após a administração da capital, ACM emergia como um novo líder dentro da ARENA, não mais dependente do apoio de Juracy Magalhães. Se o ator já possui certa superfície de

manobra dentro do governo autoritário nacional pelo seu apoio dentro do Congresso ao Golpe de 1964, a administração da capital soteropolitana dentro dos ritos administrativos e burocráticos estipulados pelo governo central, e pela política repressiva aplicada dentro desta cidade baiana, aumentavam suas chances de vitórias. O pleito indireto ao cargo de executivo estadual muito favorecia ACM, já que era o nome forte dentro da ARENA. Lomanto Júnior possuía ainda mais dificuldade de transito junto ao grupo militar, já que fora governador eleito em 1963 através do autonomismo baiano ligado ao PSB e ideologicamente contrário às primeiras ações tomados pelos militares em 1964. Já ACM tem em sua trajetória o apoio ao Golpe, ainda que ideologicamente ligado a linha “castelista”. Dessa forma, o principal adversário de ACM, Lomanto Júnior, opta por pleitear, e vencer, o cargo de deputado federal. Tal ação direciona as duas correntes mais fortes em voga na Bahia, o juracismo e o vianismo, a apoiarem a candidatura de Antônio Carlos ao governo estadual. Em 15 de março 1971, ACM é o novo governador eleito indiretamente da Bahia.

Em seu primeiro governo, o ator segue a política modernizante pregada pela administração federal e já empregada na capital soteropolitana durante seu mandato municipal, tendo como base uma forma de fazer política de padrões tecnocráticos e contração autoritária, com fraca oposição. Se o governo militar nacional permitia o governador baiano tomar medidas repressivas, regionalmente o esvaziamento de grupos de oposição permitia a consolidação de um fenômeno político em torno de Antonio Carlos. O lomantismo havia se isolado politicamente com a ida de seu chefe ao Congresso Nacional. O juracismo não contou com o seu ator principal para dar-lhe continuidade, já que Juracy Magalhães encontrava-se ocupando o cargo de Ministro das Relações Exteriores. A partir daí que emerge uma nova linha política chefiada por um chefe político na Bahia: o carlimo. Como afirma Dantas Neto: “J. J. Seabra, Juracy e ACM formam a tríade dos mais poderosos chefes políticos da Bahia do século XX” (2006: 484). Começava a se concretizar o sonho de uma Bahia economicamente moderna, governada por um ator carismático e de apelo popular através de um jogo político autoritário e repressivo, maquiado pelo resgate das tradições culturais e religiosas regionais.

Antônio Carlos Magalhães pretendeu não só dar continuidade aos esforços modernizantes em relação à máquina da administração pública, como também replicando o que realizará na prefeitura da capital baiana: um intenso projeto de obras públicas, em especial na capital Salvador. É na primeira gestão estadual carlista que se construiu a Avenida Paralela e o Centro Administrativo da Bahia (CAB), este último um complexo de prédios onde se localiza grande parte da administração estadual e que expandiu a urbanização da fronteira norte soteropolitana, o que valorizou mais um território da capital; a CEASA (Central de Abastecimento) a beira de mais uma nova avenida, a Avenida ACM; o Porto de Aratu; a Estrada do Feijão, que promovia o escoamento da produção da fronteira oeste do estado, em especial do feijão, através da ligação rodoviária desta com o Porto de Aratu (Almeida, 1999). Além do mais, todos estes incentivos na construção civil ampliava o mercado de trabalho, e, assim, deslocava parte da população interiorana para a capital, além de expandir o crescimento da nova elite econômica. Entre 1965 e 1975, a população soteropolitana pula de 847 mil habitantes para 1.361 mil habitantes (ONU, 2005). Apoiado pelo governo Médici, que favorece o estado da Bahia com o repasse fiscal federativo de quase 42% para a região nordeste, ACM empreende o marco do seu processo modernizante: o Centro Industrial de Aratu (CIA) ou Pólo Industrial de Aratu (Oliveira, 1987: 54). Esse é símbolo máximo da transformação da Bahia meramente agrária, para um estado industrializado. Aliado aos repasses federais, o governo estadual investia em infraestrutura e promovia reduções fiscais para atrair o capital privado. Uma nova Bahia emergia. Expandida e dividida. Novos eram os atores econômicos, e forte era o controle do governador sobre eles. Emergia Salvador e sua região metropolitana, enquanto antigas demais cidades do recôncavo iam aliando-se ao plano histórico-cultural (Santo Amaro, São Feliz e Cachoeira, por exemplo).

No que tange as instituições políticas estaduais, para ocupar posições de chefia e engrenar a administração pública, ACM recruta técnicos de sua administração municipal, alguns ocupantes de posições militares e escassos atores com ligações políticas anteriores. Como destaca Dantas Neto: “a prática de Antônio Carlos de reconhecer o mérito dos seus quadros técnicos e de buscar sempre recrutá-los fora dos ambientes políticos” (2006: 425). Entre os secretários, destacam-se: Mário Kertész para a secretaria

de Planejamento, Ciência e Tecnologia; Luiz Sande para a secretaria da Fazenda; e José de Freitas Mascarenhas para a de Minas e Energia. Nota-se aqui a construção de uma forma de fazer política centrada primordialmente na figura política de ACM. Antônio Carlos enfraquece forças políticas baianas através de duas ações. A primeira ação baseou-se na nomeação de atores até então não envolvidos no jogo político regional, o que dava ao governador maior controle sobre suas trajetórias políticas. A segunda ação versava sobre a tentativa de subtrair as bases dos seus antigos parceiros através do comando centralizado no governador versando sobre a estratégia política municipal. ACM servia-se de quadros já existentes localmente, cooptando-os usualmente da corrente lomantista, através da centralização política no governo estadual. O controle dos prefeitos e vereadores, bem como de seus cabos eleitorais, refletia no controle do então governador não só sobre a arena política estadual, como também sua influência no Congresso Nacional, e a partir de então, sobre o campo nacional.

Outro foco do primeiro ACM recaía sobre sua imagem de político leal, que atuava segundo atributos morais e corretos. Tamanha importância era dada à sua imagem pública, que a seção responsável pela publicidade do governo estava alocada no próprio gabinete do governador (Tavares, 2001). Favorecido pela legitimidade do governo militar, ACM assegurava a disciplina do partido arenista, como também o controle de seus desafetos, através de métodos autoritários sobre os quadros parlamentares. O governo estadual controlava a máquina política municipal: indicava cargos, repassava recursos para obras. Além do mais, ponto muito importante era o controle exercido sobre a imprensa estadual, podendo, assim, prestigiar ou desprestigiar atores e grupos políticos, tendo como pano de fundo o discurso de combate à corrupção e clientelismo que, segundo o ator, estavam inseridos no jogo político regional.

ACM usou a mesma lógica de combate para enfraquecer as correntes políticas sobreviventes no estado: o lomantismo, o vianismo e o juracismo. Em relação ao lomantismo, ainda que seu chefe, Lomanto Júnior, tivesse relativo apelo popular, afinal foi o deputado federal mais votado no estado, essa influência eleitoral havia sido solapada pelo novo regime político nacional. A força eleitoral pouco influenciava cargos estratégicos, onde a eleição era realizada de forma indireta. Some-se a esta mudança na

estrutura do voto. O vianismo aliou-se ao novo governador Antônio Carlos, não sofrendo grandes retaliações públicas. Inclusive, em 1974, Luís Viana fora indicado por ACM à única vaga baiana ao senado. Caso mais delicado foi a situação entre ACM e Juracy Magalhães. Como já demonstrado, Juracy faz parte da trajetória política do nosso ator: fora padrinho político de Antônio Carlos quando, em 1954, foi eleito deputado estadual e, em 1958, tornou-se presidente e líder da bancada udenista na mesma assembleia estadual, além de vice-líder do governo. Desde que assumiu seu primeiro cargo eletivo no executivo como prefeito de Salvador, ACM inicia uma manobra de desvencilhar-se da sombra de Juracy. Quando governador, a estratégia do confronto não focalizava o líder juracista, mas seu filho, o então deputado estadual e líder arenista na ALBA, Jutahy Magalhães e a bancada que o acompanhava no congresso, em especial o filho do reitor Edgar Santos, Roberto Santos. Em seu livro de memória há um exemplo da forma de agir de ACM :

O Dr. Edgard Santos, por exemplo, era uma pessoa que eu estimava muito, foi uma pessoa que admirava muito (...). Agora o filho, não está a altura do pai. Ele tinha ciúmes de mim, porque o pai era mais ligado a mim do que a ele (Magalhães, 1995: 67).

Depois da Revolução⁸, morreu o filho dele (Juracy Magalhães), o Juracyzinho, e ele decidiu lançar na política o outro, Jutahy, que era vereador em Itaparica, mas só para não trabalhar no IPASE⁹, de onde era funcionário. Esse nunca havia pensado em fazer política. O outro sim, Juracy sofreu muito com o suicídio do seu filho, que era muito talentoso (Magalhães, 1995: 225).

Farpas eram trocadas entre o governador (ACM) e o líder arenista da ALBA (Jutahy) através de notas em jornais de circulação regional. O debate acalorou-se quando interesses relativos ao maior lance modernizante de ACM no estado, a construção do pólo petroquímico de Camaçari, entrou na pauta.

Cabe ressaltar neste jogo político, o controle que o governador obtivera da oposição. Em se tratando da oposição política formal, concretizada ao redor do MDB, sua força eletiva no pleito de 1970 foi fraquíssima: não elegera nenhum senador, somente três das 25 vagas à Câmara dos Deputados, e seis das 46 vagas à Assembleia Legislativa do

⁸ Revolução de 1964, era como Antônio Carlos se referia ao Golpe Militar de 1964.

⁹ Instituto de Pensão e Aposentadoria dos Servidores Estaduais, extinto em 1977.

estado baiano. Além do mais, os padrões de recrutamento carlista interferiam na ala oposicionista baiana: universitários mais ligados a grupos esquerdistas eram posteriormente atraídos pela máquina pública estadual e suas boas perspectivas de ascensão profissional. Já o controle sobre a elite política era engrenada por duas vias: o repasse de recursos federais para setores agroexportadores das cidades interioranas, em especial aos cacauicultores que iniciava seu período de decadência; e os impulsos modernizantes através da implementação do CIA. Uma situação pontual da relação entre ACM e a elite econômica baiana se deu em relação a venda do Banco da Bahia e a figura do ex-ministro da fazenda e ex-presidente do Banco do Brasil, Clemente Mariani. Sem alongar-se neste assunto, a tentativa de venda do Banco da Bahia, que tinha Mariani como presidente, ao banco paulista Bradesco, resultou em intensas represarias à própria figura de Mariani, exposto como “filho ingrato”, assim como os meios de comunicação que apoiaram sua ação. Esse se defendia argumentando que a venda era em prol de futuros investimentos no que viria a ser o Pólo Petroquímico de Camaçari. Era, pois, um duelo entre uma elite baiana agroexportadora e bancária regional contra a ascensão desta a uma burguesia financeira nacional (Dantas Neto, 2006: 445). O governador comprara o lado da antiga elite baiana, o que refletiria na sua derrocada em 1974.

Ao final do seu primeiro mandato de governador da Bahia, ACM chefiava o grupo político mais forte e coeso do estado, em que muitos dos seus componentes operavam sob uma autonomia limitada de atuação. O grupo carlista confundia-se com o governo, criando identidade em torno de ritos meritocráticos e burocráticos da administração pública. Temerários, os políticos mais fortes da Arena se reúnem com a finalidade de interferir junto ao governo militar para evitar a hegemonia do grupo, e em especial de ACM, um líder já influente e de estilo bem agressivo.

2.4 Segundo governo estadual de ACM: da Bahia ao Brasil

A eleição de 1974 seguiu os parâmetros da eleição de 1970: foi indireta, onde o “candidato” era escolhido pelo regime autoritário. A posse do General Ernesto Geisel representava o retorno dos “castelistas” ao poder e esperanças na liberalização do regime

militar. O Governo Geisel inaugurou o que Maria Helena Moreira Alves (2005: 223) chama de terceira etapa da institucionalização do Estado. Para a autora, o governo militar dividira-se em três etapas. A primeira etapa, do governo de Castelo Branco ao de Costa Silva, lançou as bases do Estado de Segurança Nacional. A segunda etapa correspondia ao governo Médici o qual, além de ter desenvolvido o modelo econômico desenvolvimentista aos moldes cepalinos, ampliou a engrenagem da coerção e, assim, o Aparato Repressivo do Estado. Por fim, durante o governo Geisel e Figueiredo, o Estado de Segurança Nacional foca-se na necessidade de se criar instituições flexíveis visando à obtenção de legitimidade política e social. A ascensão de Geisel se dá num contexto em que os anos de milagre econômico entram em colapso, expondo o então exitoso modelo de desenvolvimento econômico da segunda etapa do governo militar. Assim, era preciso buscar novas bases de legitimidade para alcançar o apoio político e social. Era a política de distensão: “um programa de liberação cuidadosamente controladas, definido no contexto do slogan oficial de ‘continuidade sem imobilidade’” (Alves, 2005: 224). Uma ação para dismantelar de forma gradativa o aparato coercivo instaurado pelo AI-5 e flexibilizar o sistema eleitoral. Ou seja, uma dupla manobra de obter apoio social e que este apoio se refletiria no campo eleitoral.

Nesta mudança de estratégia política, os setores políticos regionais eram peças-chaves para obtenção de apoio ao novo governo militar. Geisel instaura governadores civis nos estados para, assim, legitimar essa nova coalizão de poder. Como observa Abrúcio: “os novos governadores escolhidos por Geisel teriam de possuir perfil diferente dos governadores-técnicos da era Médici, pois precisariam ter experiência suficiente para ajudar a conduzir o processo de liberação” (1998: 82). Essa nova tática se reflete nas indicações para governadores. No caso da Bahia, ainda que ACM tivesse boa relação com o grupo, em especial a amizade com o General Goldery, um dos teóricos do então governo militar de quem se aproximara quando da construção do CIA, o governador não consegue fazer sucessor no estado

ACM inicialmente elabora uma lista tríplice contendo três nomes: o prefeito de Salvador, Cleriston Andrade; o seu secretário da Fazenda, Luís Sande; e o também secretário de Minas e Energia, José Mascarenhas. Ainda que as demais lideranças

arenistas, como Jutahy Magalhães, Luís Viana e Lomanto Júnior, possuísem distintas preferências, eles taticamente agregam-se em torno de um nome: Roberto Santos. Reitor da Universidade Federal da Bahia, filho do ex-reitor e ex Ministro da Educação no período varguista, Edgar Santos. Amigo e admirador de seu pai, ACM foi incapaz de vetar seu nome na lista. O tecnocrata José Mascarenhas lhe cedeu a vez. A partir daí, o presidente baiano da ARENA, Petrônio Portela, emprega uma intensa e contínua pressão nos chefes militares federais em torno da aprovação do nome não carlista.

Embora pessoalmente mantivesse contato com a ala moderada, a forma de fazer política carlista seguia práticas conferidas à antiga “linha-dura”: gestores políticos técnicos; esvaziamento da sociedade civil; inexistência de grupo de oposição; uso do aparelho estadual em ações repressivas. Some-se a isso o perigo do fortalecimento de lideranças civis dentro de um governo autoritário militar. Resultado: Roberto Santos é eleito pela coalizão de vetos regionais em oposição ao continuísmo do carlismo.

O ano de 1974 foi um ano tenso para ACM: desde que deixara o cargo de governador, passou oito meses sem nenhuma função pública. Ao assumir o governo estadual, Roberto Santos não permitiu a sua atuação nem em seus quadros administrativos, nem em sua forma de fazer política. Santos tentava isolar Antônio Carlos da vida política baiana, uma tentativa de enfraquecê-lo, bem como ao seu grupo político. Porém, o carlismo já havia se tornado um grupo coeso, em especial na vida parlamentar nos municípios. O governo de Santos não se enquadrava na cultura política baiana. A gestão estadual de Roberto Santos não aglutinava o arenismo anticarlista (um possível “robertismo”). Vivia no duelo entre uma gestão comandada por compromissos éticos e isenta de política, estilo pessoal do professor Roberto Santos, com antigas práticas mandonistas dos líderes arenistas que apoiaram sua candidatura. Ao final do seu governo, a cultura política baiana clamava um líder. Uma figura pessoal em que o combate ao carlismo de Antônio Carlos pudesse configurar-se. Um personagem de carne e osso para preencher o imaginário baiano. Aproveitando sua sobrevivência política, ainda que estivesse há oito meses sem nenhum cargo público, ACM parte para o ataque truculento a gestão e figura política de Roberto Santos, não se permitindo cair no esquecimento popular.

Em 19 de novembro de 1975, o governo castelista de Geisel cumpre a promessa de atribuir-lhe um cargo público nacional: ACM assume a presidência da Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.). Este é o marco temporal para o início do que a socióloga baiana Maria de Azevedo Brandão (2001) chama de carlismo baiano-nacional: quando ACM constrói bases de apoio em meio à elite política e econômica nacional. Durante seu mandato na Eletrobrás, importantes empreendimentos haviam sido realizados no governo Geisel: o acordo nuclear para a construção das usinas nucleares de Angra dos Reis; construção das hidrelétricas de Tucuruí, Itaparica e, em especial, a de Itaipu (a então maior hidrelétrica do mundo, em comum acordo com o governo Paraguai). Dessa forma, ACM obteve não só visibilidade pública, como também contato com empresários do sudeste. A visibilidade se reflete no estado, e primordialmente, no não enfraquecimento do fenômeno político do carlismo, uma vez que ocupando um cargo de certa importância no plano nacional, o ator acenava às bases que não seria necessário debandar-se para a proteção de outra figura política (embora não houvesse nenhuma de peso naquele momento no estado). Já o acesso às redes sociais da região mais desenvolvida do país, refletiria na trajetória do seu segundo governo estadual, em especial quando da construção do Pólo Petroquímico de Camaçari. Reflexo da atuação política no campo nacional, Antônio Carlos retorna em 1978 ao posto de governador do estado baiano.

No plano nacional, a “política de distensão” do governo Geisel recebe um forte golpe nas eleições parlamentares de 1974. Geisel erra exatamente na estratégia de mudanças dos governadores técnicos: ele não consultou a elite política estadual e acabou escolhendo candidatos à revelia da preferência desta elite. Na região centro-sul, o MDB elege mais senadores do que a ARENA, e aproxima-se bastante em relação aos Deputados Federais. O mesmo efeito o MDB obtém nas eleições parlamentares estaduais. A partir deste resultado, com receio do crescimento da oposição civil, em especial no controle dos cargos municipais, o governo Geisel baixa a Lei Falcão (Decreto-Lei nº 6.639), restringindo os candidatos a falarem somente seu nome, número e currículo. Objetivavam restringir as críticas da oposição medebista. Estratégias em nível municipal foram efetuadas em prol de políticos arenistas: os municípios que eram governados por

prefeitos arenistas recebiam maiores aportes estatais. Ainda assim, primordialmente no centro-sul: “das 15 cidades com mais de meio milhão de habitantes, o MDB venceu em 67%” (Silva, 2000: 231). Ainda mais temerário com a expansão da oposição emedebista, o governo central outorga um pacote de reformas judiciárias, conhecidas com “Pacote de Abril”. Dentre outras, destaca-se as reformas eleitorais introduzidas com a Emenda Constitucional nº 8, a qual tornava as eleições indiretas dos governadores permanentes. Ainda que estas mudanças na lógica eleitoral não visassem estados nordestinos, onde caciques e tecnocratas atuavam dentro de uma lógica política mandonista, a continuidade das eleições indiretas regula a lógica de retorno de Antônio Carlos ao executivo baiano. O resultado das eleições de 1978 foi: ACM governador; Luís Viana Neto vice-governador; Jutahy Magalhães e Lomanto Júnior senadores, sendo que Jutahy se elegera como senador biônico. Roberto Santos não participara deste pleito, nem direta, nem indiretamente. Dessa forma, todos os caciques baianos “na ativa” estavam assentados em um cargo eletivo.

O segundo governo estadual de Antônio Carlos ratifica sua forma de fazer política: guiado pelos anseios de uma Bahia moderna, ACM continua seu projeto modernizante iniciado na gestão soteropolitana. A política institucional baseada numa administração pública com padrões burocráticos já havia se consolidado no estado. A partir disso, e acessando a rede construída com empresário do eixo centro-sul a partir de sua atuação na Eletrobrás, dá forte ênfase no jogo mercadológico. O Governo Federal estabelece alianças estratégicas com atores estaduais arenistas a fim de galgar respaldos junto ao Congresso e grupos econômicos regionais. Em contrapartida, a união acrescia progressivamente os repasses dos recursos, primordialmente para estados fora do eixo centro-sul. O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND) desconcentra a industrialização, a partir do estímulo financeiro à região norte/nordeste/centro-oeste. O governo central também flexibiliza a tomada de empréstimo externo dos municípios e estados (Abrucio, 1998). Assim, ACM aproveita-se de uma administração pública estruturada e oportunidade de se utilizar dos recursos federais, e até internacional através de empréstimos, para dar continuidade a sua política modernizante. A inauguração do Polo Petroquímico de Camaçari é o auge da entrada da Bahia num patamar industrial.

Conforme destaca Vianna Filho (1984: 09): “A implantação da petroquímica representou a consolidação da industrialização na Bahia”. A Bahia era o estado brasileiro que mais possui projetos aprovados pela SUDENE, e, assim, era também o que mais recebia repasses financeiros federais no nordeste. O crescimento industrial, principalmente através do CIA e do Pólo Petroquímico de Camaçari se reflete no crescimento da receita tributária do estado (em 1983 o recolhimento do ICS havia superado os 193% em dez anos). Em 1984, havia já um conjunto de 43 empresas químicas em torno do Pólo Petroquímico. A Bahia agrária do cacau dá lugar a Bahia da indústria petroquímica. Mudou-se também a elite econômica baiana? Não! O grupo Mariani, o grupo Odebrecht e o grupo do Banco Econômico (da família Sá) eram os três maiores grupos de investimento do Pólo de Camaçari (Vianna Filho, 1984: 77).

Ao final de seu segundo governo, ACM se tornara um líder com forte apelo popular, que governava com viés autoritário que restringiam os demais atores à sua arena de mando, sem, no entanto, sufocar a elite econômica regional.

2.5 Conclusão: ACM, Bahia, Brasil

A conjuntura política pós Golpe Militar de 1964 propicia a ascensão de Antônio Carlos Magalhães na cena política regional e nacional. Um dos destaques juracista, o então deputado federal udenista assume, através de eleição indireta, a prefeitura soteropolitana. Aliando pautas modernizantes não consolidadas no estado baiano em 1930, com as ressaltadas a partir do Decreto-Lei 200, esta gestão municipal consolida o perfil administrativo de ACM: um governo de traços liberais, responsável por intensas obras de infraestrutura e ascensão de um corpo administrativo de perfil técnico e de trajetória não política. O script autoritário do regime autoritário favoreceu uma política carismática, que pregava o fortalecimento moral do Estado, aliando restrições políticas, civis e sociais para alcançar metas modernizantes, através de uma gestão planejada e racional. Equilibrando-se entre a elite política e econômica regional, ACM termina seu mandato com o título de “prefeito do século”.

Fortalecido regionalmente, ACM ativa a rede construída quando deputado federal pertencente à ala castelista e é eleito indiretamente governador do estado. O ator segue o molde da gestão municipal: discurso moralista; gestão planejada e racional; obras públicas financiadas pelas transferências federais e maior capacitação de impostos municipal; e contenção autoritária, com fraca oposição. Favorecido pelo cargo estadual, ACM replica antiga prática política na região: subtrai as bases municipais de quadros já existentes, cooptando-os através do comando centralizado na sua pessoa enquanto governador. Assim, o carlismo começa a configura-se como instituição em que prefeitos e vereadores, bem como de seus cabos eleitorais, são partícipes. ACM começa a exercer sua influência não só na política regional, mas também nacional, através do controle das bases eleitorais dos futuros candidatos à Câmara Federal. O ator se consolida como força política baiana não mais atrelado a outros líderes, como Juracy Magalhães. Era o líder de uma parcela significativa de arenistas no estado.

Temerários dos avanços do então governador nas suas bases políticas municipais, a elite política baiana arenista aglomera-se em torno de um objetivo: frear o avanço do ator. Juracistas, lomantistas e vianistas sobreviventes articulam com a nova linha militar nacional, o governo “castelista” de Médici, para impedir mais um mandato de ACM. ACM, embora primariamente da linha castelista, aproximara-se sobremaneira dos militares da linha dura. Sua gestão refletia a gestão burocrática, tecnicista e autoritária do governo Costa e Silva. ACM não é eleito novamente governador baiano, passa por um período de ostracismo até ascender ao círculo político do executivo nacional. Roberto Santos, o então governador, erra em não se solidificar como oposição ao nascente carlismo, na tentativa de conquistar o apoio dos grupos políticos municipais. O fenômeno carlista continua como linha mestra no jogo local, em especial na vida parlamentar dos municípios. ACM retornar ao governo estadual nas eleições de 1978. Seu segundo governo se aproveita da estabilidade da política institucional e da estruturação burocrática da administração pública estadual para ascender no nicho do mundo do mercado.

Ao fim do período militar o carlismo era um fenômeno político forte e real e havia se entendido do plano regional ao nacional. Ainda que nacionalmente fortalecido, a oposição emedebista no estado era fraca. ACM entra na década de 80 como o ator

político mais forte da Bahia. Regionalmente, ACM era um líder com forte apelo popular, representante da política modernizante no Estado, que governava com viés autoritário. Nacionalmente, o carlismo tornou-se um grupo coeso no Congresso Nacional, sendo um dos fortes articuladores da ARENA na redemocratização brasileira.

CAPÍTULO 3: REDEMOCRATIZAÇÃO

O objetivo principal deste capítulo é compreender quais atores e instituições políticas nacionais e regionais emergiram ou ganharam notabilidade com o processo de descentralização político, administrativo e financeiro iniciado com o fim do governo militar no Brasil. Ou seja, como a redemocratização brasileira influenciou na distribuição de poder e bens entre distintos grupos sociais na cena política nacional e qual foi o reflexo deste processo na arena baiana. Dessa forma, o estudo centra-se nos resultados do processo da descentralização política e abertura democrática no nível nacional, e o que estas mudanças ocasionaram no plano político subnacional.

3.1 A redemocratização brasileira e a dividida política baiana

A abertura democrática brasileira representa o fim de uma política desenvolvimentista iniciada por Getulio Vargas a partir do Estado Novo em que o foco primordial era o governo centralizado. Iniciada em 1974, quando o general Geisel anunciou o projeto de distensão “gradual e segura”, abrandando a censura e valorizando as eleições legislativas (Kinzo, 2001: 05). O marco do processo de redemocratização brasileiro foi a revogação, em 1978, dos Atos Institucionais, primordialmente o AI-5. O congresso aprovava a anistia de políticos e ativista exilados e o sistema bipartidarista dava lugar a um sistema pluripartidário. Ainda que o governo militar visasse esta abertura, algumas medidas eram tomadas a fim de evitar o crescimento da oposição concentrada no MDB. Entre as medidas tomadas, destacam-se: a reforma partidária; o adiamento das eleições ao executivo municipal e estadual; a reforma no número de representantes estaduais na Câmara dos Deputados, visando uma sobre-representação da região norte/nordeste, território onde a oposição aos militares era fraca.

Em 1979, o presidente Figueiredo sanciona a Lei Orgânicas dos Partidos Políticos, reestabelecendo, entre outras medidas, o pluripartidarismo. A partir disso fundaram-se seis partidos: o Partido Democrático Social (PDS) era o partido oficial do regime militar (antigo ARENA); o Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

era o antigo MDB; o Partido Popular (PP) formado por conservadores do MDB ligados a grupo empresariais do Centro-Sul, o qual foi extinto em 1982 por medo da derrota eleitoral, sendo que a maioria dos seus membros ingressaram no PMDB; o Partido Trabalhador Brasileiro (PTB) ligado ao assalariado urbano; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), criado por Leonel Brizola como partido dissidente do PTB; e o Partido dos Trabalhadores (PT), representante do movimento sindical, de intelectuais esquerdista e da corrente da igreja católica ligada a Teoria da Libertação (Fleisher, 1986). Arquitetado pelo general Golbery, a criação do sistema pluripartidário tinha como principal objetivo atenuar o crescimento da oposição, já que descentralizava a atuação da mesma.

A Emenda Constitucional nº 22 instaura mudanças significativas no pleito de 1982. Em 1979, a Emenda Constitucional nº 14 transfere os pleitos de governador, senador, deputado federal e estadual para 1982. Dessa forma, o pleito de 1982 representa um marco na redemocratização brasileira: o cidadão, depois de quase vinte anos, vota diretamente para os cargos executivo estadual. Porém, tal ação não representou uma mudança efetiva no então quadro político nacional. A mesma emenda constitucional de 1982 tomou dois cuidados para assegurar a manutenção dos atores políticos advindos do antigo regime, ligados ao então PDS. A primeira foi o Pacote de novembro de 1981, o qual obrigava o eleitor a votar em somente um partido no pleito, bem como proibia as coligações. Segundo, foi a mudança na representatividade regional dentro da Câmara dos Deputados: instituiu-se o número mínimo de seis e máximo de sessenta deputado por estado. Dessa forma, estados do eixo Norte/Nordeste/Centro-Oeste eram favorecidos. Como o PDS exercia forte papel político nestas regiões, o governo militar assegurava seu apoio no Congresso Nacional (Sallum Júnior, 1996).

Porém, ainda que política estadual sofresse forte influência do executivo federal, esta influência não é única, já que outros fatores além dos emergidos da Presidência da República estão presentes na arena regional. Nas eleições de 1982, os militares garantiram relativa maioria no legislativo nacional, bem como no executivo estadual. Elegeram-se 235 do PDS, contra 200 do PMDB para as 479 vagas para a Câmara dos Deputados. Dos 23 estados, o PDS ganha o governo em doze estados e o PMDB em

nove. Destaca-se a vitória do PDS em todos os estados nordestinos. Porém, ainda que os militares tivessem garantido maioria no colégio eleitoral que elegeria, em 1985, o substituto do general Figueiredo na presidência, dos nove estados em que a oposição pemedebista elegera-se dois representavam os estados economicamente mais fortes do Brasil: São Paulo e Minas. Se agregarmos o também oposicionista PDT de Brizola, a oposição representava mais de 55% da população (Abrúcio, 1998: 94). A partir deste pleito, há duas forças de poder político dentro da arena política nacional: as Forças Armadas ainda representada na burocracia direta e indireta federal; e os governadores estaduais legitimados eleitoralmente e então controladores das máquinas políticas estaduais.

Some-se ao crescimento da oposição, a crise do Estado varguista-desenvolvimentista, o qual, segundo Abrúcio (1998: 96): “entra em colapso quando houve convergência da crise fiscal do Governo Federal, causada pelo descontrole das contas do setor público, com o esgotamento da capacidade de endividamento externo”. Assim, as instituições vinculadas ao Executivo Federal perdem força e as unidades subnacionais, em especial os estados, que haviam aumentado sua participação nas receitas nacionais se fortalecem. A crise do modelo unitarista do governo militar abre espaço para o crescimento do governador de estado como importante ator no jogo político federal: dentro do sistema federalista, o ente federativo estado se fortalece, ao mesmo tempo em que o poder do executivo federal entra em crise. A oposição legal, aglutinada em torno do PMDB e do PDT, cresce eleitoralmente nas suas bases municipais, em especial na região centro-sul. A partir disso, um processo de desburocratização da administração pública brasileira se fazia necessário, ao mesmo tempo que deveria ser gerido sob uma égide democrática, ou seja, novos atores passam a participar do ciclo de decisão, execução e implementação.

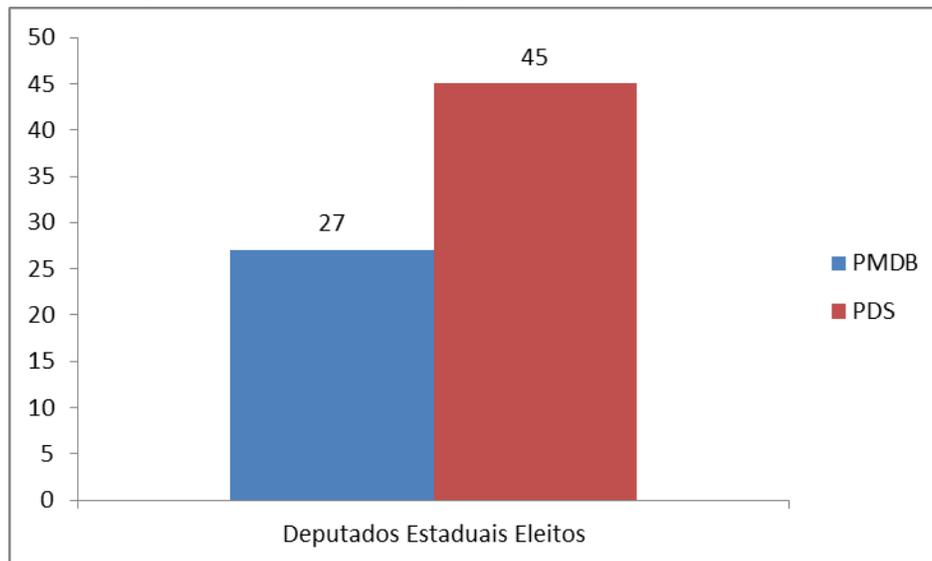
Na Bahia, seguindo a lógica da maioria dos políticos atuantes da ARENA, o bloco carlista segue representado pela legenda do PDS. Não só o PDS era a principal força política na região nordeste, como o carlismo havia se consolidado por mais forte grupo político do estado baiano. O segundo mandato de ACM representara uma administração burocrática, operada sob a proteção e patrocínio do governo autoritário, num contexto de

modernização econômica do estado, criando-se alianças entre esta elite política com alianças com a elite econômica capitalista refletiria na consolidação de uma classe média urbana. Para muitos, o governo de ACM tirara a Bahia da concepção de estado nordestino atrasado e baseado na agropecuária, para estado moderno e industrializado. Porém, apesar da classe média urbana ter crescido e fortalecido, a profissionalização da burocracia estatal obstruiu os canais de participação política, o que favorece a ação quase que monocrática do grupo político carlista.

Em 1978, a nova Lei de Segurança Nacional abre novos debates acerca dos presos políticos, exilados, banidos e punidos pelos Atos de Exceção do Governo Militar. Criam-se os primeiros Comitês Brasileiros de Anistia. Artistas, intelectuais, estudantes e parlamentares pressionam cada vez mais o governo em prol da anistia. Os presos políticos iniciam uma longa greve de fome. Em agosto de 1979, o presidente Figueiredo envia projeto de anistia ao Congresso Nacional, que é aprovado em dez dias (Alves, 1985). Ainda que não fosse “ampla, geral e irrestrita”, já que o segundo artigo da lei de anistia excluía do benefício da anistia “os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal” (Brasil, 1979).

A concessão da anistia é vital ao fortalecimento da oposição baiana. O líder comunista Haroldo Lima e o medebista Chico Pinto são soltos; Waldir Pires recupera seus direitos políticos. Os três atores unem-se a outros opositoristas baianos, entre eles, Nestor Duarte, um dos fundadores do MDB; o deputado estadual emedebista e conquistense Élquison Soares, o petebista Rômulo Almeida e outros atores, em especial professores, médicos, advogados e demais profissionais liberais. Iniciam-se aqui os primeiros passos da oposição carlista no estado da Bahia: o então PMDB conquista relativo sucesso nas eleições proporcionais de 1983 na Bahia, ainda que o grupo carlista agregado no PDS fosse majoritariamente superior. Para a Assembléia Legislativa da Bahia (ALBA), por exemplo, das 72 vagas disponíveis, o PMDB elege 27 deputados estaduais, contra 45 conquistadas pelo PDS carlista, conforme Figura 1, abaixo:

Figura 1 – ALBA, 10º Legislatura (1983 a 1987), Bahia



Fonte: ALBA, 2010

A oposição agrupada em torno do PMDB concentrava-se na capital soteropolitana, ou na região cafeeira de Vitória da Conquista e cacauceira de Itabuna e Ilhéus. Entre seus atores, destacavam-se médicos, advogados, professores, jornalistas e demais profissionais liberais, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Composição da Alba, 10º Legislatura (1983 a 1987)

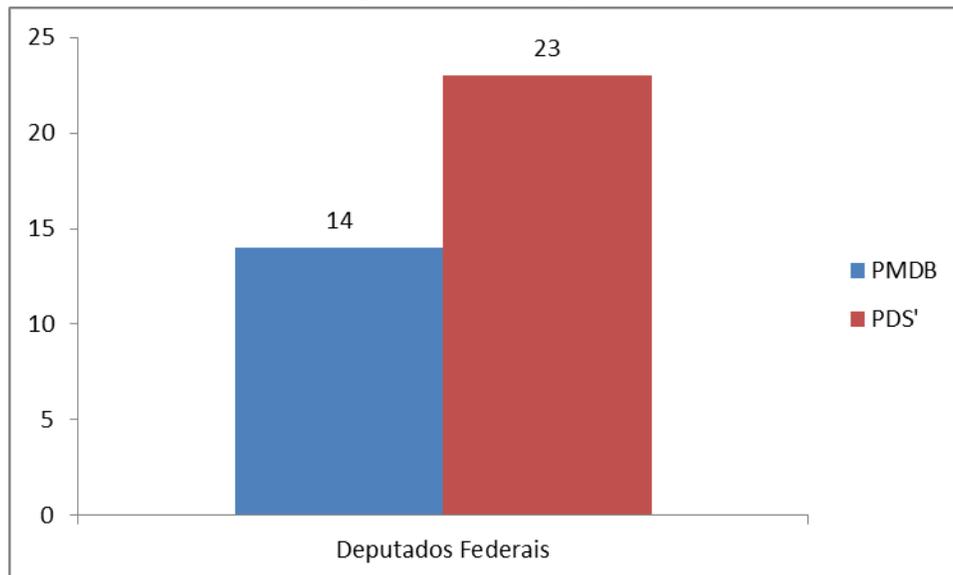
Partido	Principais Regiões	Principais Profissões
PMDB	Salvador, Vitória da Conquista e Ilhéus/Itabuna.	Médico, Professor, Advogado, Jornalista/Radialista.
PDS	Salvador, Feira de Santana, Camaçari, Chapada Diamantina, Jequié, Barreiras e Juazeiro.	Pecuaristas, agricultores, empresários, funcionários públicos, industrial, médicos, advogados, jornalistas.

Fonte: ALBA, 2010

Os atores ligados ao fenômeno carlista obtiveram 63% das cadeiras da ALBA. As bases municipais do PDS não são concentradas, o que reflete o forte comando do então governador nas bases municipais de quadros já existentes, cooptando-os através do comando centralizado na sua pessoa enquanto governador. O viés profissional também é menos homogêneo: além dos profissionais liberais, destacam-se atores ligados à agropecuária, à indústria, funcionários públicos e empresários.

No que tange o legislativo nacional, ainda que líderes pemedebista tenham obtido grande soma de votos, o PDS conquista 62% das vagas para Deputado Federal, restando 14 cadeiras para o PMDB (Figura 2).

Figura 2 – Câmara dos Deputados, 47ª Legislatura (1983 a 1987), Bahia



Fonte: Câmara dos Deputados, 2010

A ocupação da Câmara dos Deputados segue a da ALBA. Os distritos eleitorais do PMDB concentram-se na capital soteropolitana, na zona de Vitória da Conquista e de Itabuna e Ilhéus. São atores políticos, no geral, com trajetória profissional liberal: médicos, advogados, professores, jornalistas, empresários e publicitários. Já no caso do PDS, seu distrito eleitoral é desconcentrado: abrange todas as regiões do estado (Tabela 2). As profissões também estão ligadas à medicina, direito, educação e, diferente do PMDB, agropecuária, em especial na região centro-oeste.

Tabela 2 - Câmara dos Deputados, 47º Legislatura (1983 a 1987), Bahia

Deputado	Partido	Anterior	Região	Principais atuações
FRANÇA TEIXEIRA	PDS	-	Salvador	Radialista e empresário
AFRÍSIO VIEIRA LIMA	PDS	ARENA	Itaquara	Pecuarista
ÂNGELO MAGALHÃES	PDS	ARENA	Salvador	Administrador
ANTÔNIO OSÓRIO	PDS	ARENA	Porto Seguro	Administrador
DJALMA BESSA	PDS	ARENA	Xique-xique	Funcionário Público
ERALDO TINOCO	PDS	-	Salvador	Professor
FÉLIX MENDONÇA	PDS	ARENA	Itabuna	Construtor
FRANCISCO BENJAMIN	PDS	ARENA	Salvador	Funcionário Público
GORGONIO NETO	PDS	-	Sto Antônio de Jesus	Advogado e Comerciante
HELIO CORREIA	PDS	ARENA	Vitória da Conquista	Pecuarista
HORÁCIO MATOS	PDS	ARENA	Lençóis	Funcionário Público
JAIRO AZI	PDS	ARENA	Alagoinhas	Médico
JOÃO ALVES	PDS	ARENA	Salvador	Delegado
JOSÉ LOURENÇO	PDS	ARENA	Salvador	Empresário
JOSÉ PENEDO	PDS	ARENA	Salvador	Advogado
JUTAHY JUNIOR	PDS	-	Salvador	Advogado e empresário
LEUR LOMANTO	PDS	ARENA	Jequié	Pecuarista
NEY FERREIRA	PDS	MDB	Salvador	Militar
PRISCO VIANA	PDS	ARENA	Ilheus	Jornalista
RÔMULO GALVÃO	PDS	ARENA	Salvador	Bancário
RUY BACELAR	PDS	ARENA	Entre Rios	Agropecuária
VASCO NETO	PDS	ARENA	Salvador	Engenheiro Civil
WILSON FALCÃO	PDS	ARENA	Feira de Santana	Fazendeiro
ELQUISSON SOARES	PMDB	MDB	Vitória da Conquista	Advogado
FRANCISCO PINTO	PMDB	MDB	Feira de Santana	Jornalista
GENEBALDO CORREIA	PMDB	ARENA	Santo Amaro	Jornalista e Professor
HAROLDO LIMA	PMDB	PCdoB	Salvador	Engenheiro
JORGE MEDAUAR	PMDB	Arena	Ilheus	Advogado
JORGE VIANNA	PMDB	MDB	Ilheus	Agricultor e médico
RAYMUNDO URBANO	PMDB	MDB	Salvador	Advogado e professor
VIRGILDÁSIO SENNA	PMDB	PTB	Salvador	Engenheiro
CARLOS SANT'ANNA	PMDB	ARENA	Salvador	Médico e Professor
DOMINGOS LEONELLI	PMDB	MDB	Salvador	Publicitário
FERNANDO GOMES	PMDB	MDB	Itabuna	Agropecuária
FERNANDO SANTANA	PMDB	MDB	Salvador	Construtor
MARCELO CORDEIRO	PMDB	MDB	Salvador	Professor
RAUL FERRAZ	PMDB	MDB	Vitória da Conquista	Advogado

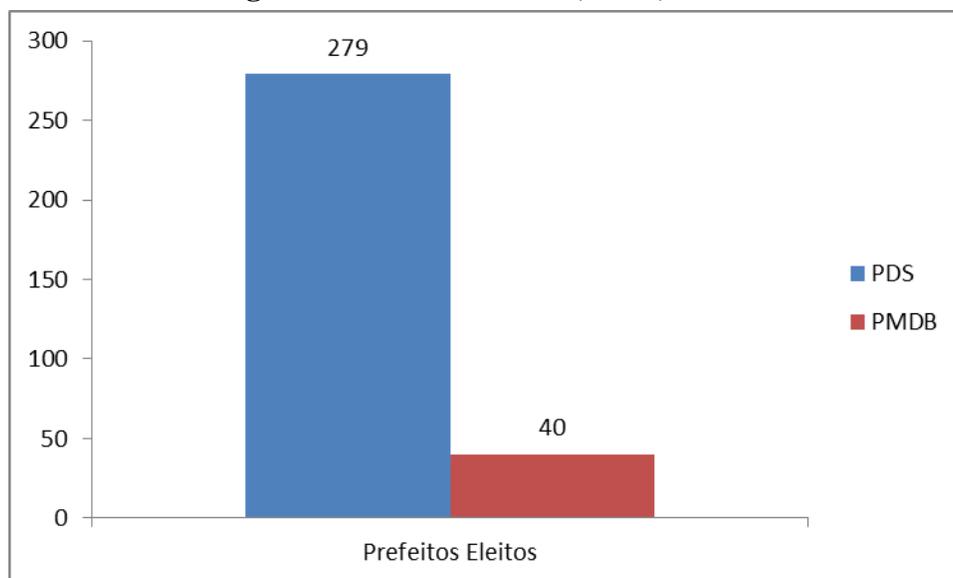
Fonte: Câmara dos Deputados, 2010

Por fim, vale destacar que, com exceção do militar Ney Ferreira advindo do MDB, todos os deputados eleitos pelo PDS ou pertenciam a ARENA ou não exerceram cargo legislativo no período militar. No caso do PMDB, a trajetória política dos seus atores eram diversas: dois vieram da ARENA, um do antigo Partido Comunista, um de rixas do novo PTB. Os demais, nove, pertenciam ao MDB.

Dessa forma, conclui que o partido oposicionista baiano ainda estava defasado regionalmente enquanto frente democrática, em especial em razão da sua fraca visibilidade no estado, se concentrando a centros urbanos, em especial as cidades de Salvador, Vitória da Conquista, Ilhéus e Itabuna. Também era fraco o diálogo desta instituição com a sociedade civil.

O resultado do pleito ao executivo municipal, 1982, também reflete a influência do bloco carlista enquanto principal frente político, agrupado em torno do PDS. Para os municípios com eleição direta, o PDS ganhou em 279 municípios, enquanto o PMDB vence em apenas 40 (Figura 3). Cabe destacar que os municípios de Vitória da Conquista, Alagoinhas, Itabuna, Ilhéus, Lençóis, Porto Seguro e Santo Amaro como um dos primeiros focos de prefeituras fora do bloco carlista.

Figura 3 – Prefeitos eleitos, 1983, Bahia



Fonte: TSE, 2010

A eleição majoritária para as capitais ainda é realizada através do colégio eleitoral¹⁰. A maioria na ALBA garante um prefeito soteropolitano pertencente a este bloco hegemônico de poder: Manoel Castro. Na disputa para o governo estadual, o candidato carlista, o então presidente do Banco do Estado da Bahia (BANEBA), Cleriston Andrade, morre depois que o helicóptero em que se encontrava durante uma campanha cai. ACM, então, indica João Durval Carneiro. Ex-prefeito de Feira de Santana, duas vezes Deputado Federal, e então candidato ao terceiro mandato na Câmara, João Durval é eleito com 60% dos votos (TRE, 2010).

Para a vaga aberta no Senado, o PDS sai vencedor: Luís Vianna Filho reelege-se. Os pessedebistas Lomanto Júnior e Jutahy Magalhães garante a continuidade carlista das outras duas vagas. Na ALBA, exerce seu segundo mandato o futuro líder político nacional carlista: Luís Eduardo Magalhães. Assim como na primeira candidatura, Luís Eduardo foi o candidato mais bem votado à ALBA (TRE, 2009). Em 1983, ele alcança a presidência desta Assembléia. Iniciava-se aqui a divisão da chefia do fenômeno carlista na Bahia entre ACM e Luís Eduardo. Enquanto ACM liderava o bloco estadual do PDS, Luís Eduardo liderava o legislativo baiano.

O avanço da transição democrática brasileira reflete o forte papel de ACM e do grupo político ligado a ele, aglutinado em torno do Partido Democrático Social (PDS). ACM comandava o quadro político do PDS baiano, bem como os funcionários e técnicos da administração pública baiana. A oposição se organiza sobre um viés anticarlista: atores com distintos ideários e matizes políticos, reuniam-se em torno da crítica negativa ao carlismo. Desenhava-se, aqui, o cenário da política maniqueísta baiana.

Em 1985, inicia-se a terceira e última fase de transição democrática (Kinzo, 2009). O PMDB, em 1984, propõe uma emenda constitucional que reestabelecesse a eleição direta à Presidência da República. Sabendo que eram minoria no Congresso e, portanto, nunca alcançariam apoio dentro da casa legislativa, iniciam uma intensa mobilização social. Ascende então o movimento “Diretas Já”, em especial no eixo centro-sul. Porém, a emenda foi derrotada no Congresso. De acordo com Maria Dálva Kinzo:

¹⁰ As eleições para o executivo municipal das capitais só se tornariam diretas em 1986.

A pressão popular não foi eficaz para fazer frente a todas as manobras usadas pelo governo para evitar sua aprovação... ficou evidente que a oposição era numericamente fraca no congresso para ser capaz de desafiar o regime se fosse para continuar jogando dentro das regras estabelecidas. A oposição restava duas saídas: buscar simpatizantes dissidentes dentro do governo; ou romper as regras do jogo através da mobilização da sociedade civil (2009: 06).

Dentro do PMDB e suas dissidências – PT, PDT e PTB – havia somente dois atores principais no jogo oposicionistas: o PMDB e o PT. O PTB e o PDT brizolista mostrou-se fisiologista: o PDT aliara-se ao PDS em troca de cargos políticos e o PDT era irregular, a exemplo do apoio brizolista à prorrogação do mandato de Figueiredo. Assim, a oposição subdividia-se entre o PMDB, partido este composto por maioria moderada; e o PT, partido de trajetória sindicalista, e, assim, mais próximo aos movimentos sociais.

Os líderes da ala moderada pemedebista, frente à derrota da Emenda das Diretas, articulam-se em torno de parlamentares da linha governista (PDS) com a proposta da candidatura do pemedebista, governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. O enfrentamento foi intenso na chapa governista para a escolha do candidato, culminando no nome do deputado federal e ex-governador paulista, Paulo Maluf. Insurge aqui uma articulação não entre partidos oposicionistas, mas sim entre atores similares: arenistas históricos como Antônio Carlos Magalhães, José Sarney, Marcos Maciel e Jorge Bornhausen alinham-se com a oposição pemedebista. Surge a “Aliança Democrática”. Ainda que os dissidentes pedessistas tivessem sua trajetória ligada ao partido que deu sustentação ao governo militar, estes atores eram principalmente atores regionais. As eleições de 1982 devolve a autonomia plena sobre a máquina política estadual não só aos governos do PMDB, como também aos governantes do PDS. Abrúcio enfatiza este retorno de autonomia aos atores estaduais: “os governadores, sem exceção, não tinham mais como fonte de poder a cúpula militar e/ou tecnoburocracia instalada em Brasília. Era o povo, exclusivamente, a fonte de soberania do governador” (1998: 94). A oposição necessitava do voto dos governistas, e os governistas aspiravam um novo sistema federal que enfatizasse os entes estatais e seus atores no jogo político nacional. Além do mais, Tancredo Neves representava esta força política estadual em Minas Gerais. Em troca deste apoio, José Sarney é instaurado vice na chapa de Tancredo.

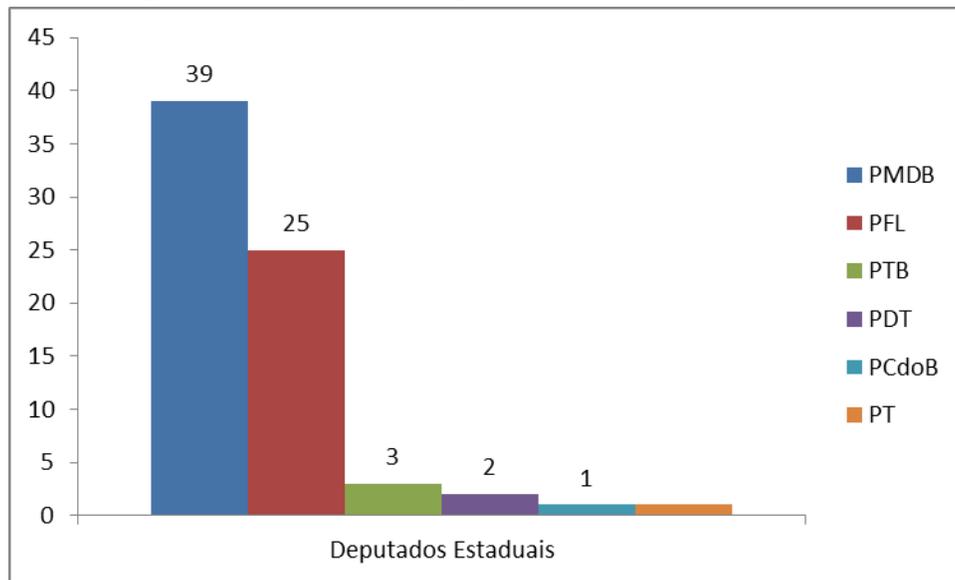
A atuação individualizada de ACM na eleição indireta de Tancredo reflete sua capacidade de bom jogador não fixado em um único tabuleiro. Antônio Carlos não adere de imediato à Aliança Democrática tecida entre o PMDB moderado e alas dissidentes do PDS, agrupados no recém-formado Partido Frete Liberal (PFL). O ator continua apoiando Figueiredo por mais tempo do que o grupo liberal-conservador ligado aos governos estaduais, ainda que fosse contra a candidatura de Maluf (Dantas Neto, 2006: 231). É ACM um dos articuladores entre o apoio dos governistas concentrados em torno do nome do coronel Mário Andreazza, então ministro dos Transportes e do Interior, e o candidato pemedebista, Tancredo Neves. Também é ACM que lidera o bloco governista nordestino no apoio a Tancredo, onde somente o paraibano Wilson Braga apoia a candidatura de Maluf (Dimenstein et alii, 1985). A vitória de Tancredo Neves e José Sarney inaugura a terceira fase de transição à democracia (Kinzo, 2009). ACM é indicado Ministro das Comunicações por Tancredo, quando se filia junto com seu grupo ao PFL. Porém, ainda que os homens tentem tecer sua história, o acaso a manipula. A morte repentina de Tancredo faz de Sarney o primeiro presidente civil pós Ditadura Militar. ACM passa a exercer importante papel mediador no governo de Sarney. Seu fogo político: a bancada carlista no Congresso Nacional era concisa e fiel aos aclames do líder ACM. Além do mais, como ministro o ator exerce um papel chave: distribuiu concessões de canais de televisão e rádio, destacando-se sua amizade com Roberto Marinho e, por seguinte, a família Magalhães torna-se a responsável pela concessão da TV Globo no estado baiano.

No plano regional, foi seguindo a ala moderada pemedebista que se concretiza a oposição carlista dentro do estado. As eleições de 1986 dá novo fôlego à esta oposição. ACM e seu bloco de apoio estavam voltados para os acontecimentos no plano de transição nacional, enquanto os atores anticarlistas ganhavam força eleitoral no estado. O carlismo concentra-se em torno da eleição do professor de direito e então senador pelo PDS, Josapha Marinho na coligação PDS, PFL e PTB. Já a oposição carlista, agrupada em torno da coligação PMDB, PCdoB e PCB, indica o nome do pemedebista Waldir Pires. Pires, que em 1962 havia perdido o pleito estadual para Lomanto Júnior e em 1982 perdera para o pedessista Luís Vianna Filho a vaga ao senado, vence. Nas vagas parlamentares, a oposição também cresce. Na prefeitura de Salvador, sai vitorioso o ex-

carlista Mário Kertz. Chefe de Gabinete de ACM na Eletrobrás. Prefeito carlista indicado em 1979, Kertz rompe com ACM e filia-se ao PMDB.

No que tange as eleições proporcionais, a legislatura constituinte da ALBA conta com maioria pertencente ao bloco anticarlista (PMDB, PCdoB e PCB). O PMDB é o grande vitorioso do pleito ao parlamento estadual baiano, conforme Figura 4 a seguir:

Figura 4 – ALBA, 11º Legislatura (1987 a 1991), Bahia



Fonte: ALBA, 2010

Vale ressaltar que o crescimento da oposição conta com dissidentes do bloco carlista, em especial os que pertenciam às diretorias regionais. O PMDB passa a não ser só um partido que se elegia no eixo Salvador, Vitória da Conquista, Ilhéus e Itabuna. Cresce, portanto, sua zona de atuação e uma tentativa de cooptação das bases regionais sobre o domínio carlista. Dos 39 deputados estaduais pemedebistas eleitos, 13 pertenciam ao PDS, contra 15 originariamente do PMDB (Tabela 2).

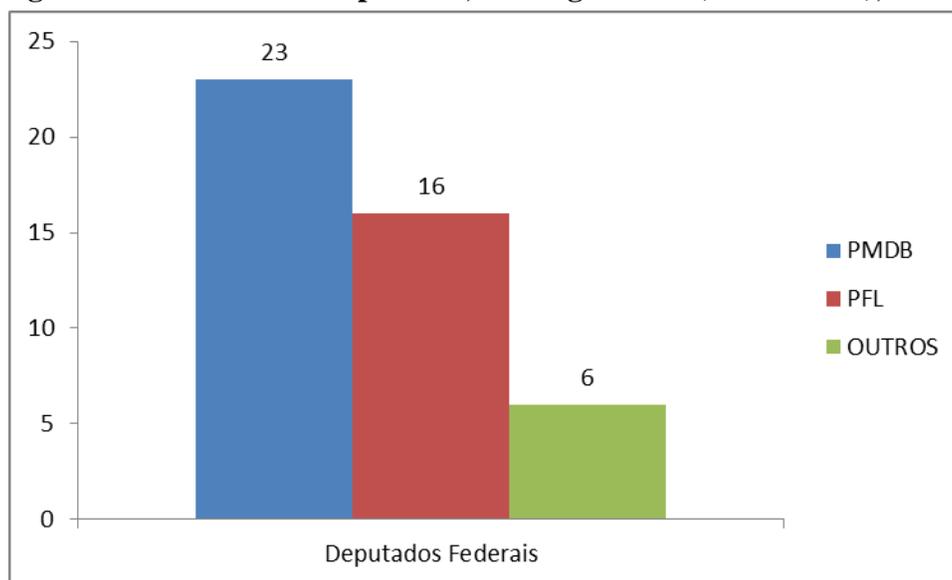
Tabela 3 – Composição da ALBA, 11º Legislatura (1987 a 1991), Bahia

Partido atual	Não foi candidato	PMDB	PDS	PDT	Total
PMDB	6	15	13	5	39
PFL	8	2	15	-	25
PTB	2	-	1	-	3
PDT	2	-	-	-	2
PCdoB	-	1	-	-	1

Fonte: ALBA, 2010

O PMDB também é o partido vitorioso para o legislativo nacional. Dos 44 deputados eleitos para Deputado Federal Constituinte, 23 eram filiados ao PMDB e 16 filiados ao PDS. Dos demais, dois eram constituintes filiados ao PCdoB, e dois ao PDT, PDC ou PTB (Figura 5). Destes deputados, 19 haviam sido reeleitos e 25 estavam no seu primeiro mandato.

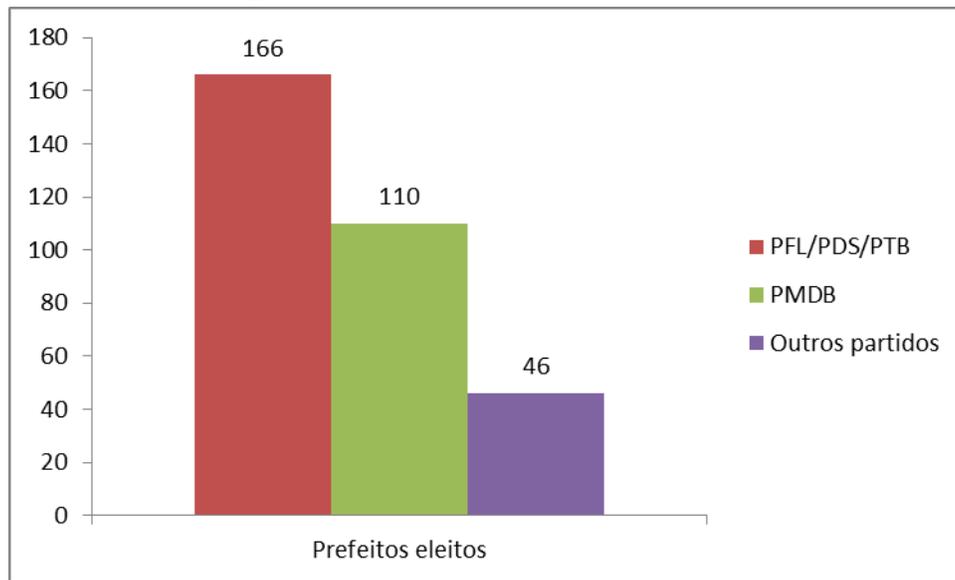
Figura 5 – Câmara dos Deputados, 48º Legislatura (1987 a 1991), Bahia



Fonte: Câmara dos Deputados, 2010

Dessa forma, as eleições de 1986 representam um choque no carlismo e fortalecimento da oposição, em especial na figura do PMDB, dentro do estado baiano. Porém, o bloco partidário carlista (PFL, PTB e PDS) ainda é majoritário no executivo municipal (Figura 6).

Figura 6 – Prefeitos eleitos, 1987, Bahia



Fonte: TSE, 2010

Ainda assim, o PMDB ganha municípios chaves como Feira de Santana, onde ganha o Deputado Federal pemebista Colbert Martins, e Salvador, onde o PMDB também vence na figura do radialista Fernando José. Pela primeira vez desde a ascensão do fenômeno político carlista no estado, a capital soteropolitana tem um prefeito não pertencente ao carlismo.

3.2 CF 88, federalismo estadual e o retorno de ACM ao governo baiano

Em, 1988, a promulgação da Constituição Federal (CF 88) causa um reordenamento nas relações intergovernamentais, refletindo nos padrões institucionais, nas características da política partidária e eleitoral. A CF 88 promove uma significativa descentralização de recursos financeiros e da prestação de serviços sociais, como saúde e educação, para estados e principalmente municípios. Como observa Falleti: “o processo de descentralização pós-desenvolvimentista aumentou ainda mais os recursos financeiros, a responsabilidade pela formulação de políticas públicas e a autoridade política dos governos subnacionais” (2006: 21). Esse processo de reforma política, administrativa e financeira descentralizante repercutiu nas trajetórias políticas, nas estratégias de

sobrevivência partidária e na formação de coalizões em diferentes contextos institucionais (Figuereido, 2006). Ou seja, a redemocratização, e conseguinte ampliação do pacto federativo com aumento da participação dos estados e municípios, modifica a distribuição de poder e bens nos distintos grupos políticos regionais e nacionais.

O conceito utilizado de descentralização está relacionado a como a nova forma de organização do Estado brasileiro afeta o processo de *decision-maker*. Ou seja, como as unidades subnacionais e as representações parlamentares atuam no cenário político nacional e como a descentralização afeta a agenda política subnacional ao modificar a alocação de recursos públicos. Há um crescimento dos rendimentos na esfera subnacional, sem, no entanto, haver uma grande queda nacional em relação ao PIB, visto o forte crescimento econômico deste no período (Celina, 1997). Porém, os entes municipais não possuíam capacidade institucional para gerir autonomamente suas políticas públicas, o que cria um problema de agenda. Os governadores estaduais passam a ser um ator fundamental neste cenário. Os estados assumem a função de assessores dos municípios para que estes criem órgãos e serviços subnacionais que permitam futura autonomia gerencial. O governador de estado passa a controlar as elites políticas regionais, e, por conseguinte, ter importante papel no cenário nacional por sua figura de influência na delegação do Congresso Nacional. Assim, atua como um *vetor player* do Presidente, pois interfere no suporte de aprovação de políticas na esfera legislativa. Ou seja, os governadores tinham a faculdade garantir a estabilidade legislativa, dando ao executivo capacidade de governar. Isso é de especial relevância num país em que a fragilidade e fragmentação partidária era, e é, uma realidade, agravada pelo sistema eleitoral de representação proporcional de lista aberta (Souza, 1997). Como destaca Scott Mainwaring, a redemocratização brasileira representa a “transição de um ‘modelo unionista autoritário’, sob regime militar, para o ‘federalismo estadualista’ à época das eleições de 1982” (1999: 98).

Na Bahia, a elite política prova sua maleabilidade na construção e desconstrução de blocos hegemônicos em torno de um jogo governista e oposição, sem que isso representasse ruptura. Aquilo que Dantas Neto chamou transformismo no sentido gramsciano original: “processo - próprio de revoluções passivas em sentido fraco - de

gradativa consolidação de blocos no poder mediante cooptação molecular de personalidades e grupos de oposição, movimento voltado à neutralização antecipada de conflitos e consequente conservação da ordem, ainda que com traços de mudança derivados da metabolização, pelo bloco no poder, de aspirações pontuais das forças cooptadas” (2006: 22). O jogo baiano era marcado pelo binômio carlismo x anticarlismo. O campo oposicionista se agrupavam na fase oposicionista deste binômio: atores das mais distintas trajetórias e ideologias políticas unificavam seus discursos em torno da crítica ao grupo político liderado por ACM. É neste cenário maniqueísta que o ressurgimento do leão ACM.

O então governador pemedebista Waldir Pires, renuncia, em 1991, ao governo da Bahia para concorrer às primeiras eleições diretas para o executivo nacional após Golpe de 64 como vice da chapa de Ulysses Guimarães. O neopemedebista Nilo Coelho assume o executivo baiano. Neopemedebista, pois Coelho interrompe seu mandato como prefeito de Guanambi pelo PDS para concorrer na chapa anticarlista de Pires. Nilo Coelho concentrou seus dois mandatos como administrador estadual nas cidades interioranas, onde acreditava ser a base de seu colégio eleitoral. Isso não agradou a Grande Salvador e seu Recôncavo, local em que se concentrava grande maioria do eleitorado. ACM ajusta-se ao cenário regional e concentra sua campanha em cima de fortes críticas de cunho moralista em torno da administração de Nilo Coelho em torno de Salvador e adjacências. ACM é eleito governador ainda em primeiro turno. Para vice, Paulo Souto, ex-secretário de governo com perfil técnico típico das administrações carlistas.

A vitória de ACM eleva o fenômeno político carlista a uma atuação quase que monocrática dentro do estado. O carlismo se fortalece tanto no plano regional quanto nacional. Nosso ator assumira um governo estadual com profunda crise fiscal inserido num contexto nacional de sérias dificuldades econômicas e alta inflação, assim não seguiu o script das suas duas administrações anteriores. As majestosas obras não fizeram parte do seu *portifólio* administrativos. Inclusive, foi durante uma administração carlista que o estado baiano aderiu ao ajuste fiscal. Assim, o carlismo modifica a ideia de um estado moderno: não enfoca mais a necessidade de industrializá-lo, e sim, a necessidade de uma administração pública sem débitos fiscais e financeiros (Souza, 2006).

A trajetória de ACM como Ministro das Comunicações o elevava a uma posição privilegiada no estado: a família Magalhães obteve durante sua gestão ministerial a propriedade de retransmissão da programação da emissora Rede Globo. Também era da família o jornal de circulação estadual, *Correio da Bahia*¹¹. Ademais, foi naquele período que ACM construiu sua rede em torno da elite das comunicações brasileira, restringindo, assim, ataques nacionais a sua pessoa, bem como ao seu grupo. A partir disso, seu governo baseou-se em duas ações. A primeira dedicou-se a conferir severos ataques ao grupo antincarlista, o qual teria destruído o legado modernizantes implementados nas administrações anteriores de ACM, sufocando o pluralismo político no estado. A segunda girava em torno construção da ideia da “baianidade”.

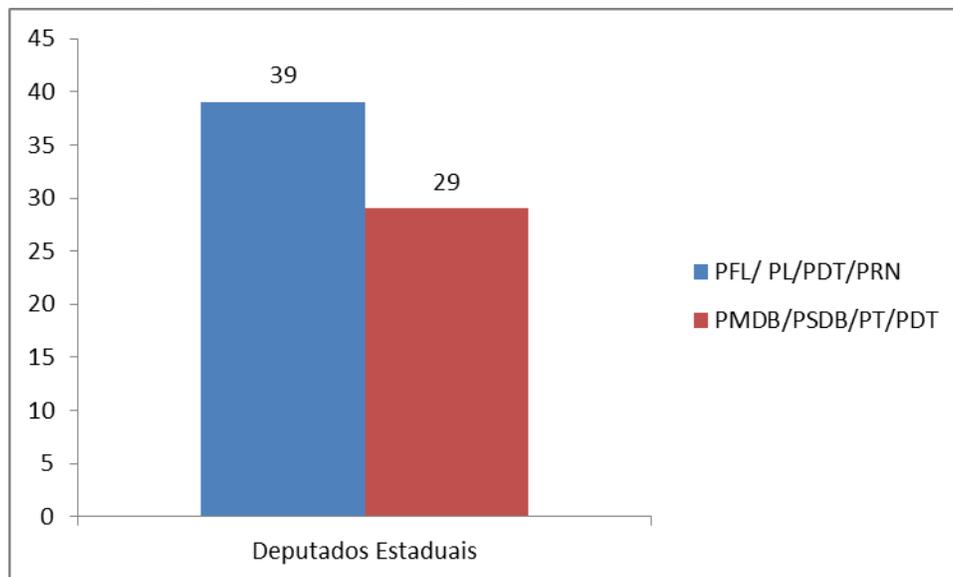
Como forma de esvaziar os canais participativos da sociedade civil, ACM conecta o povo à elite política através da abordagem cultural simbólica de baianidade. A vida cultural baiana é promovida e exaltada em sua administração. O Governo da Bahia revitaliza o bairro tradicional e histórico do Pelourinho, o qual passa a ser imagem da Bahia tradicional. O governador articula junto a órgãos nacionais e internacionais o tombamento e preservação da arte sacra soteropolitana e de seu recôncavo. ACM ilumina e reforma a orla soteropolitana. Integra-se a artistas e intelectuais ao patrocinar músicos, grupos de dança e de teatro. O pano de fundo: a negritude, a mestiçagem, o sincretismo religioso e a cordialidade baiana. A Bahiatursa – Empresa Baiana de Turismo – torna-se o carro chefe do seu terceiro governo. Toninho malvadeza convive com Toninho Ternura. Implacável na retórica com seus inimigos, entre eles o bloco do PMDB baiano: Waldir Pires, Mário Kertz, Nilo Coelho, Pedro Irujo. Já no plano popular, ACM estava sempre presente em eventos populares e datas festivas. Caminha os sete quilômetros da tradicional festa da Lavagem do Bonfim distribuindo saudações e tomando banho de cheiro das mães de santo vestidas tipicamente a lavar a escadaria da igreja de Nosso Senhor do Bonfim. Ia pessoalmente inaugurar obras em bairros populares, onde distribuía abraços e sorrisos. Transitava bem entre as distintas linhas religiosas no estado: era figura constante nas missas elitista da Igreja de Nossa Senhora da Vitória, ao mesmo tempo em

¹¹ Não poderia deixar de citar o confronto entre ACM e o jornal de circulação estadual e expoente de intelectuais baianos, o *Jornal da Bahia*. O jornalista João Carlos Gomes (2001) dedica um livro (*Memórias das Trevas* – uma devassa na vida de Antônio Carlos Magalhães), sobre a severa perseguição que sofreram este veículo e seus colaboradores durante os dois primeiros governos autoritários de ACM.

que prestigiava os festejos do Terreiro do Gantois. Nos casarões, lojas e restaurantes do pelourinho a bandeira da Bahia estava estampada ao lado da foto do líder carlista. ACM fecha esta sua terceira passagem pelo governo estadual com índices alarmante de popularidade.

Ao se analisar o pleito proporcional estadual de 1990, o carlismo também retorna como maioria na ALBA, o que reflete que o fenômeno carlista ainda possuía fortes vínculos com os distritos eleitorais baiano, e também garante alta governabilidade à administração estadual de ACM. Conforme demonstrado pela Figura 7 a seguir, o carlismo agrega 57% dos deputados estaduais. Destes deputados, 27 foram reeleitos. Dos reeleitos, 15 eram carlista, oito pemedebistas e dois petebistas. Cabe ressaltar que dois dos reeleitos pelo bloco carlista pertenciam, em mandato anterior, ao PMDB.

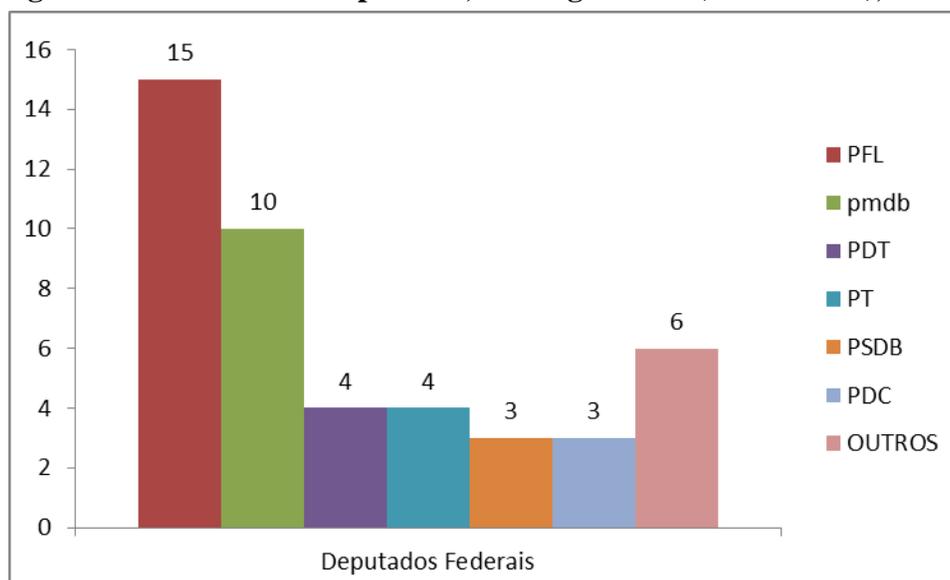
Figura 7 – ALBA, 12ª Legislatura (1992 a 1994), Bahia



Fonte: ALBA, 2010

O pleito proporcional para Deputado Federal também representa a virada carlista: o PFL elege o maior número de deputado ao Congresso Nacional no estado, conforme explícito na Figura 8. Ao se agregarem os deputados por coligação, o bloco carlista obtém 56% dos deputados federais. O filho de ACM, Luís Eduardo Magalhães é reeleito neste pleito.

Figura 8 – Câmara dos Deputados, 49ª Legislatura (1991 a 1994), Bahia



Fonte: Câmara dos Deputados, 2010

No que tange o pleito ao executivo municipal, não o analisarei nesta seção por falta de dados. Ainda que tenha recorrido ao TRE-BA, que não possui tais dados e me indicou o TSE. No TSE, os dados estavam sistematizados a partir de 1994, e é com esta base de dados, que o TRE-BA trabalha. Há dados relativos às eleições a partir de 1945, mas não para os executivos municipais. No IPEAdata há das eleições de 1982. Tampouco encontrei estes dados na ALBA ou no Setor de Gestão da Informação do Congresso Nacional. Numa das idas ao TSE, o estatístico entrou em contato com o arquivo. Consegui as informações das eleições de 1988. Em relação aos demais anos, só para AS capitais. Prometeu-me procurar os dados e me enviar. Só consegui cópia do manuscrito das eleições de 1986. Assim, como até o momento não obtive os dados, farei breve relato sobre o pleito na capital baiana.

Dessa forma, em relação à eleição de 1992 para capital soteropolitana, a ex deputada constituinte do PCdoB e então candidata do PSDB, Lídice da Matta, vence em segundo turno o candidato carlista Manoel Castro. Era a derrota da chapa carlista (PFL, PL e PTB) pela união dos opositoristas (PSDB, PMDB, PT, PDT, PPS, PCdoB, PSB, PDT, PV, PMN, PSC). Porém, o governador ACM sufocou a gestão de Lídice. Os governadores brasileiros interveriam no jogo político municipal por intermédio da

distribuição dos recursos públicos estaduais (Abrúcio, 1998: 164). Assim, os governadores eram os títeres da distribuição de cargos e recursos. Não havia freios nem contrapesos no jogo político estadual. Além do mais, administração de Lídice enfatizou a assistência social, porém não fez maiores exaltações as zonas nobres e turísticas soteropolitana. Assim, ficou fácil ao carlismo criticá-la. E nisso ACM era mestre. O tenocrata da Companhia Baiana de Eletricidade (COELBA), Antônio Imbassay, é exaltado como única solução para uma cidade suja e violenta a qual Lídice tornou a antes bela Salvador.

Nacionalmente, a habilidade política do líder carlista teve influência decisiva no aumento do poder do governador de estado dentro da Federação. Resumidamente, são três os motivos. Primeiro, ACM manteve-se influente em sucessivos governos federais, o que reflete em crescentes repasses de recursos para o estado baiano. Segundo, o ator conquista a liderança na representação da região nordeste. Por fim, conquista o comando do PFL, um dos três maiores partidos brasileiro a época (Abrúcio, 1998: 188).

Os governadores dos estados atuavam como mandões da federação: eram eles os responsáveis por grande parte dos atores que formariam o Congresso Nacional – deputados federais e senadores. Ou seja, eram eles os distribuidores de cargos e recursos, não havendo freios nem contrapesos no jogo político estadual. A sobrevivência dos parlamentares dependia do seu desempenho eleitoral local, o que estava circunscrito as bases locais sobre influência do governador (Ames, 1986). Fernando Abrúcio nos apresenta três motivos para o forte poder de influencia dos governadores no plano nacional durante a redemocratização:

O controle do governador sobre as bases eleitorais dos deputados federais, a eleição para o governo estadual casada com o pleito para a Câmara Federal, o predomínio das lealdades estaduais sobre as lealdades partidárias na ação dos parlamentares no Congresso e o enfraquecimento do presidente, sobretudo diante dos governadores (1998: 186).

A partir deste terceiro governo de ACM, o carlismo não é mais um fenômeno de líder unitário. Enquanto o chefe Antônio Carlos Magalhães manobrava no plano político regional, seu filho, Luís Eduardo atuava no plano regional. No primeiro mandato para

deputado federal constituinte, Luís Eduardo assume a vice-liderança do PFL. Reeleito, logo se torna vice-líder do bloco governista, para, em 1992, assumir a liderança pefelista e, em seguida, ser o líder situacionista do governo Collor e, por conseguinte, líder oposicionista do governo Itamar.

Destarte, o processo de redemocratização não foi uma ruptura político-partidária. Ela incorpora velhos e novos jogadores ao processo de tomada de decisão. Há uma fragmentação política, mas não uma desintegração das antigas coalizões. O fenômeno estudado, por exemplo, sempre teve o contexto liberal como pano de fundo e o terceiro governo de ACM utiliza-se da estrutura eleitoral para conclamar o *seu* projeto baiano modernizante. Seu projeto, pois, o ator assumia-se como único capaz de transformar a Bahia num estado moderno e desenvolvido. Em seu discurso, defendia que quando afastado da arena política o estado sofria golpes de atrasos econômicos. Com destaca Dantas Neto: “no intervenho de um só quadriênio, dois sucessivos governos do PMDB teriam operado o milagre de ter devolvido a Bahia o seu atraso, depois de duas décadas de prosperidade carlista” (2006: 475). Envolvendo o seu discurso de baianidade, referendava esta forma de política aos que amam ou odeiam a Bahia. Afirmava de forma ampla e midiática que só brigava pela Bahia e só com gente poderosa. Segundo o próprio personagem: “Defendo sempre a Bahia e os interesses baianos. Essa é minha luta, é pela Bahia, pelo país. E por isso vou lutar a minha vida inteira” (Magalhães, 2005, 62).

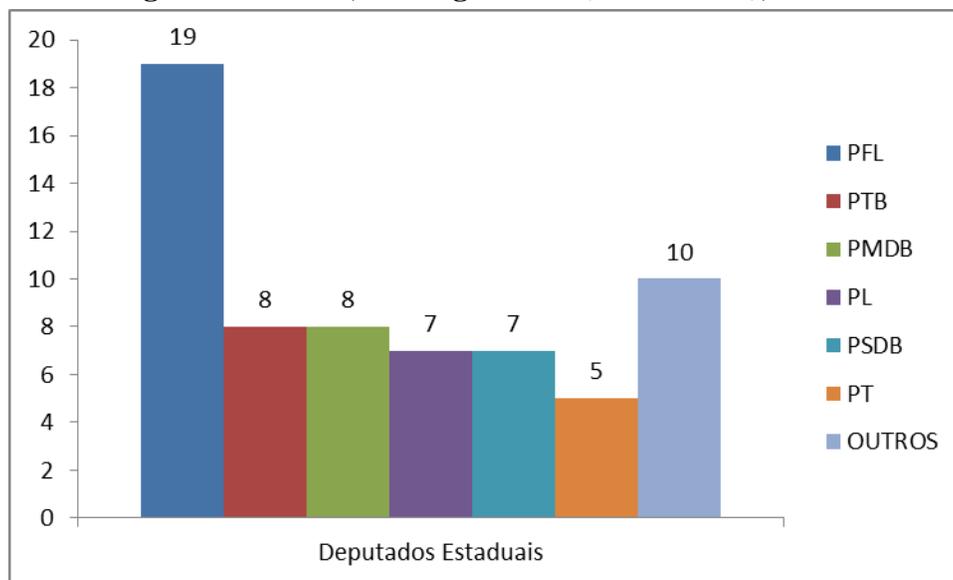
3.3 Conclusão: O ápice nacional e regional do carlismo

A hipertrofia do executivo estadual, principalmente ao tornar fundamental a instituição de distribuição de recursos públicos aos municípios (verbas, empregos e obras) e de monitoramento dos destinos das verbas federais; anexada à isenção de controle fiscal - os órgãos de fiscalização (MP e TCE) não eram autônomos do executivo – eleva o papel do governador estadual a de um verdadeiro príncipe dentro do jogo político regional. Os partidos eram frágeis e a fidelidade partidária era prática inexistente, o que facilitava a cooptação individual dos demais atores políticos dentro do estado. O

chefe do executivo tinha contra si apenas pequena parcela dos partidos, que quase sempre centrada nos então pequenos partidos de esquerda, em especial o PT e o PCdoB. Neste panorama, o bloco carlista explode eleitoralmente nas eleições de 1994 e de 1996.

No pleito proporcional para a ALBA, somente a legenda pefelista agrega 19 deputados estaduais. O bloco governista (PFL, PTB e PDT) encabeça 64 deputados. Destes deputados, 26 haviam sido reeleitos, dos quais, 21 destes reeleitos eram carlistas (Figura 9).

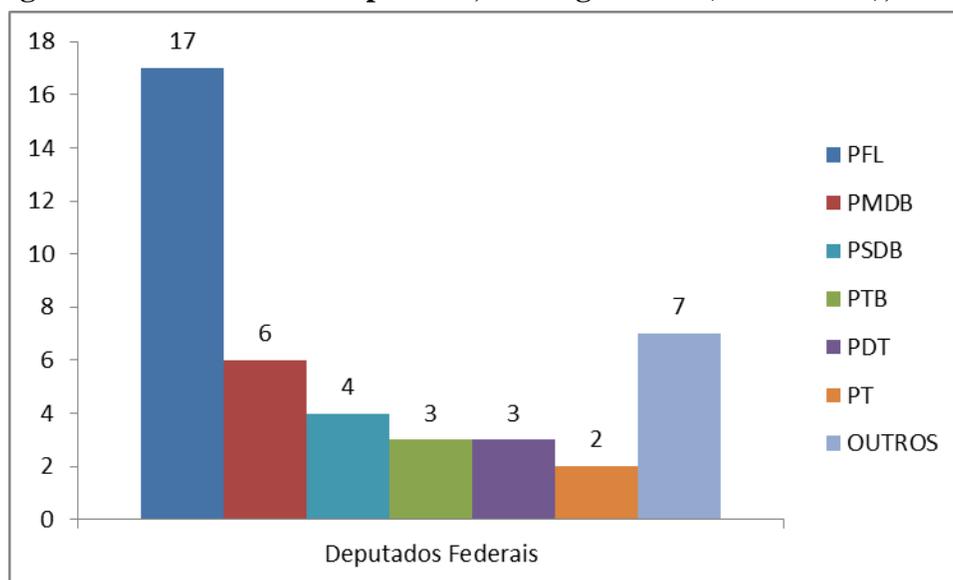
Figura 9 – ALBA, 13º Legislatura (1995 a 1999), Bahia



Fonte: ALBA, 2010

Assim como na ALBA, o bloco carlista saiu vitorioso eleitoralmente as vagas proporcionais ao Congresso Nacional em 1994. Conforme observado na Figura 10, a bancada liderada por ACM é majoritariamente vencedora. Dos 42 deputados eleitos, 22 pertenciam ao bloco carlista. Destaca-se, que 25 deputados foram reeleitos, dentre os quais, 15 carlistas.

Figura 10 – Câmara dos Deputados, 50ª Legislatura (1995 a 1999), Bahia



Fonte: Câmara dos Deputados, 2010

Por fim, em relação ao pleito municipal, o carlismo detinha 68% das prefeituras. A oposição estava enfraquecida e fragmentada, conforme observado na Tabela 3. Nenhum partido fora do eixo carlista obtém mais de 11% da representação ao executivo municipal. Além do mais, o PMDB não agregava mais a oposição maniqueísta baiana: ele dividia-se entre o próprio PMDB, o PPB, o PSDB, o PT, dentre outros.

Tabela 3 – Prefeituras por Partido, Bahia, 1996

Partido	Municípios eleitos	Quantidade de votos recebido (eleito)
PFL	123	1607480
PTB	85	819172
PL	63	359132
PMDB	48	300803
PPB	27	123378
PSDB	22	183715
PSC	10	63185
PDT	8	35877
PSB	6	27825
PRP	5	23589
PSL	4	19909
PMN	4	10264
PT	4	8199
PCdoB	1	36299
PV	1	3650
PPS	1	3124
Total	412	3625601

Fonte: TSE, 2010

Ainda dentro da análise eleitoral do pleito para prefeitos em 1996, destaca-se a eleição soteropolitana. O candidato carlista, Antônio Imbassay, ganha em primeiro turno com 52% dos votos válidos. Nas eleições majoritárias ao senado, o grupo carlista também sai vitorioso: os dois candidatos pefelista – ACM e Josapha Marinho - galgam as duas vagas ao senado.

Os pleitos de 1994 e de 1996 corroboram que na Bahia o líder carlista manteve o controle das coalizões eleitorais. O carlismo afirma-se como fenômeno forte e real dentro do estado baiano, dentro da região nordestina e dentro do plano político nacional. Na Bahia, o bloco carlista não só ocupa o governo estadual, como é maioria nas prefeituras e dentro da ALBA, o que assegura a manutenção dos distritos eleitorais sobre domínio do grupo. Nacionalmente Luís Eduardo Magalhães lidera a bancada nordestina, que junto com a bancada evangélica é uma das mais coesas dentro do Congresso Nacional. Por fim, a dupla Magalhães influencia sobremaneira o governo FHC: o pai, Antônio Carlos Magalhães, era o então presidente do Senado Federal. O filho, Luís Eduardo Magalhães, o líder do bloco governista. O ano 2000, que será abordado no capítulo seguinte, encerra o ápice e inicia o declínio da influência carlista na Bahia.

CAPÍTULO 4: A QUEDA DO IMPÉRIO CARLISTA

O quarto, e último, capítulo tem por objeto provocar algumas conclusões sobre a arena política baiano-nacional nos últimos dez anos. Seu marco temporal é a vitória do Partido dos Trabalhadores ao pleito presidencial, quando o grupo carlista passa de centro governista para oposição, expondo-se a fortes críticas da nova elite governante. Aliado à mudança de posição no jogo político federal, a morte de Luís Eduardo Magalhães, filho de Antônio Carlos Magalhães e provável sucessor político de ACM, desorienta o fenômeno carlista, que se vê obrigado a retornar a lógica de liderança única. Por fim, sucessivos escândalos políticos do líder carlista expõe sua postura anti republicana, o que fissa o mito de PHD político e moral de ACM. Novos atores surgem, outros se fortalecem, alianças vão sendo reconstruídas e o panorama político do estado baiano vai se remodelando. Assim, o capítulo se arquiteta em cima do questionamento se esta nova elite política inova na forma regional de fazer política ou se repaginou antigas práticas, cooptando individualmente lideranças locais através do apoio financeiro do executivo federal.

4.1 Continuidade Local, Reviravolta Nacional

O final dos anos 90 representou o apogeu do grupo carlista. O carlismo tinha seu núcleo no PFL, porém sua política eleitoral agregava chapas e organizava alianças em torno de três outras legendas - PL, PTB e PPB - além de micro legendas como o PTC e o PAN. As bandeiras políticas do grupo girava em torno da performance Administrativa – criação de um quadro institucional burocrático e estável no estado; Competência na gestão de recursos público –com o ajuste fiscal e privatização de empresas estaduais, como a COELBA, a Bahia moderna também tornava-se uma Bahia de finanças saneadas e com alto poder de investimento; e a *Moralidade* política de seu principal líder – aquele que estava acima do bem e do mal na luta pela sua “amada Bahia”.

O pleito proporcional de 1998 representou a continuidade da vitória eleitoral do carlismo, agora sim, centrado fortemente na figura partidária do PFL. Na ALBA, por

exemplo, das 63 vagas, o PFL obtivera 23 cadeiras. O PT e PPB são os partidos oposicionistas que mais receberam votos, porém cada um só obtém seis cadeiras (Tabela 4). Para a Câmara dos Deputados a situação se repete: das 39 vagas, o PFL galga sozinho 20 lugares. O PSDB e o PT é o partido não carlista que mais elege candidatos nacionais, seis e cinco, respectivamente, o que ainda é um número baixo.

Tabela 4 – Eleição Proporcional por Partido, Bahia, 1998

Pleito 1998			
Partido Político	Deputados Estaduais	Partido Político	Deputados Federais
PFL	23	PFL	20
PT	6	PSDB	6
PPB	6	PT	5
PTB	5	PMDB	3
PMDB	4	PCdoB	1
PL	4	PDT	1
PSB	4	PTB	1
PSDB	4	PL	1
Outros	7	PP	1
Total	63	Total	39

Fonte: TSE, 2010

Vale ressaltar que uma coligação partidária nacional não necessariamente se reproduzia regionalmente, ou seja, no Brasil a coligação partidária não era vertical. Exemplo disso, é que nacionalmente o PFL pertence à coligação governista do PSDB, já regionalmente, o PSDB coligava-se com a corrente anticarlista, também representado pelo PMDB e PT. Luís Eduardo Magalhães, por exemplo, regionalmente era pefelista oposição do PSDB, e nacionalmente é o líder governista da gestão de Fernando Henrique Cardoso.

Porém, é quando o carlismo chega ao seu ápice que ele começa a se desconstruir. Uma primeira amostra do ruir do grupo situacionista baiano foi a morte do então deputado federal e filho de ACM, Luís Eduardo Magalhães. Depois de vinte anos de carreira política, líder governista na Câmara dos Deputados e compartilhando a liderança do grupo carlista com o pai, Luís Eduardo estava na lista dos jovens políticos mais promissores do país. Em uma entrevista com um conhecedor do governo FHC, o entrevistado enfatiza a relação deste com Luís Eduardo e seu pai, ACM:

Fernando Henrique estava em um encontro na França. Quando seu assessor soube da morte de Luís Eduardo, já era madrugada. Ele resolveu deixar o presidente dormir um pouco mais, e umas cinco da manhã de lá acordou ele. FHC muito preocupado em não chegar a tempo do enterro exigiu que o piloto viesse em velocidade máxima. O sucata¹², muito velho, sacudia muitíssimo (entrevista realizada em junho de 2009).

Em 1998, Luís Eduardo já havia sido deputado estadual pela ARENA (1979 a 1983) e pelo PDS (1983 a 1987). À arena nacional foi eleito e reeleito três vezes consecutivas: constituinte (1987 a 1991), revisor (1991 a 1995) e, por fim, de 1995 a 1998. Ao iniciar na vida política, o político baiano exerce cargos de lideranças partidárias: quando deputado estadual dividiu a liderança do PDS estadual com seu pai, ACM. Já deputado federal, foi líder nacional do PFL (1992), vice-líder do bloco governista no Congresso (1991 a 1993). Presidente da Câmara dos Deputados, entre 1995 e 1997, e líder do governo FHC, assume constitucionalmente duas vezes a Presidência da República (Câmara dos Deputados, 2010). Diferente do pai, o embate moralista e agressivo com os adversários não era seu forte: “exibia tanta personalidade que se relacionava até com adversários do pai, como o ex-governador da Bahia Waldir Pires” (Revista Veja, 29/04/1998). Seu estilo político liberal, favorável à abertura brasileira ao capital estrangeiro é interrompido, em 21 de abril de 1998, com sua inesperada morte. E agora, quem seria o próximo governador baiano em no pleito de 2002 substituindo o carlista Paulo Souto? Qual carlista iria manter o controle sobre os deputados estaduais e federais da Bahia? Como que ficaria a atuação do PFL baiano dentro do congresso?

Porém, o carlismo era um grupo forte e coeso, e sua continuidade reflete a monocracia ainda existente em torno da figura política de ACM. Com a perda do filho, o nosso ator assume novamente a liderança única dentro do grupo carlista. O senador baiano ainda possuía alta influência nacional e regional. Nas eleições de 1998, impulsionado por Antônio Carlos, o pefelista Cesar Borges elege-se governador baiano com 69,9% dos votos válidos (TSE: 2010). O pleito para o executivo municipal, em 2000, confirmou mais uma vez a superioridade eleitoral do bloco carlista: o PFL vence em 198 municípios e o PL em 196 municípios, o que representa 93% das prefeituras baianas.

¹² Apelido do antigo avião presidencial.

Particularmente, em 1998, ACM é eleito presidente do Senado para o quadriênio 1999 a 2003. Porém, é a partir de 2000 que o fenômeno carlista volta a entrar em crise, quando Antônio Carlos embarca em um conflito com o cacique paraense Jader Barbalho, presidente do PMDB, pela sucessão da presidência ao Senado (ACM defendia a candidatura do petebista mineiro Arlindo Porto). Com formas de enfrentamento parecidas, farpas e insultos de cunho moralistas eram trocados entre ambos os senadores. ACM é derrotado e Barbalho assume a presidência. Antônio Carlos perde o apoio político do então presidente FHC. Descontente com a derrota, o ator baiano leva ao Ministério Público as acusações contra Barbalho, quando conta sobre a violação do painel. Dá-se aqui o “Escândalo do Painel Eletrônico do Senado Federal”: a Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (PRODASEN) violara o painel de votação a pedido de ACM e do então líder de governo do PSDB na casa, Roberto Arruda. Ainda que tenha negado envolvimento, renunciou ao seu mandato de senador temendo futura perda de direitos políticos.

Tal fato não altera de imediato a influência do ator na região: ACM é reeleito ao Senado Federal nas eleições de 2002. A segunda vaga é assumida pelo também carlista César Borges. No pleito ao executivo local, Paulo Souto, que já havia sido governador em 1995 e ocupava no momento a vaga de senador pela Bahia, vence em primeiro turno a disputa com o petista Jacques Wagner (53% dos válidos).

Porém, as eleições de 2002 também representaram uma freada na influência do bloco carlista: o Partido dos Trabalhadores vence o pleito à Presidência da República. Luiz Inácio Lula da Silva elegera-se em segundo turno com 61% dos votos válidos através da “Coligação Lula Presidente” (PT, PL, PCdoB, PMN e PCB). O candidato governista José Serra fora derrotado neste mesmo turno pela “Coligação Grande Aliança” (PSDB e PMDB). O Partido Frente Liberal não se coligou formalmente a nenhum dos partidos políticos concorrentes à vaga de Presidente da República no pleito de 2002, porém apoiava a candidatura do tucano Serra. A derrocada do PSDB e a ascensão do PT ao executivo federal reclassificam o PFL, e concomitante o grupo carlista, na arena política nacional: não era mais centro governista, e sim, um dos partidos da oposição.

Ainda que o grupo carlista tenha se enfraquecido no plano nacional, regionalmente ainda era detentor de grande influência. O carlismo controlava as elites políticas regionais, e, por conseguinte, não perdera papel de veto player no cenário nacional por sua figura de influência, embora diminuída, na delegação baiana do Congresso Nacional. Antônio Imbassay é reeleito logo em primeiro turno com 54% dos votos válidos (TSE: 2010). Aproveitando-se do seu domínio sobre o executivo municipal, bem como seus cabos eleitorais, numericamente o carlismo mantém a continuidade na ALBA e no Congresso Nacional (Tabela 5). O PFL ainda é o partido predominante, embora se observe um crescimento oposicionista na figura partidária do PT.

Tabela 5 – Eleição Proporcional por Partido, Bahia, 2002

Pleito 2002			
Partido Político	Deputados Estaduais	Partido Político	Deputados Federais
PFL	16	PFL	19
PT	10	PT	7
PPB	7	PSDB	3
PST	4	PMDB	3
PL	4	PCdoB	2
PTB	4	PPB	2
PSDB	3	PTB	1
PCdoB	3	PPS	1
PMDB	3	PDT	1
Outros	9		
Total	63	Total	39

Fonte: TSE, 2010

No entanto, em 2003, ACM é pivô novamente de mais um escândalo: é acusado em ter se utilizado da estrutura da Secretaria de Segurança Pública da Bahia para realizar escutas telefônicas ilegais de inimigos políticos dentro do estado, dentre eles os deputados federais pemedebistas Benito Gama e Geddel Vieira Lima; e do líder de governo petista, Nelson Pelegriño. Ainda que o STF tenha optado pelo arquivamento desta denúncia contra ACM, ela repercutiu em sua trajetória política. A repercussão na imprensa regional e nacional foi intenso, o que acabou refletindo na opinião pública baiana. O carlismo como grupo político ligado à figura deste ator e ao partido pefelista sofre um grande desgaste. Os escândalos fissuraram o mito de político experimentado de ACM e expõe o grupo a simples lógica do jogo político. A oposição estadual em torno do então partido governista nacional, o PT, intensifica seu processo de crescimento local.

4.2 PT, que PT?

Em 2006, o petista Luís Inácio Lula da Silva fecha seu primeiro governo com alto nível de popularidade, sendo reeleito Presidente da República. Seu segundo governo legitima mudanças no campo da administração pública, das relações federalistas e das relações partidárias. Na área da gestão, intensificam-se ações que visavam à modernização dos executivos subnacionais, com ênfase na esfera municipal, pelo executivo federal, como, por exemplo, o Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (Promoex). Com os esforços de institucionalização e modernização do executivo local, prosseguiu a implantação de programas descentralizados de renda de cidadania (Programa Bolsa Família) e de disseminação de programas públicos de microcrédito. O primeiro programa, o Programa Bolsa Família (PBF), transfere diretamente o benefício do executivo nacional para o individual participante do programa. Por sua vez, programas de transferência de crédito também atuam na lógica de transferência direta: governo federal para beneficiário. A nova gestão petista enfraquece o ente estadual enquanto primordial veto player regional, apresentando os municípios como também atores presentes nas relações governamentais na busca de recursos federais. Tal ação não só interfere nas relações federativas, como também na estrutura partidária dentro destes municípios e da própria região. O governador de estado não é mais único títere regional no jogo de recursos financeiros.

Ademais, esforços modernizantes intensificados pelo carlismo aproximaram a população de partidos políticos com contornos de centro-esquerda, como o PMDB e o PT. A industrialização do estado, e com isso ascensão de uma classe média urbana, aliados à abertura democrática, e conseqüente liberdades civis e de imprensa, transformam o eleitor médio, o qual passa a acreditar no poder do seu voto e tem forte tendência a se contrapor ao *status quo* local exaltado pela mídia como oligárquico e clientelista (Samuels, 2008). O reflexo desta série de fatores – morte dos líderes políticos carlista; ascensão de um partido opositor ao executivo federal; sucessivos escândalos políticos do líder ACM, expondo sua forma anti-republicana de fazer política; mudanças na administração pública subnacional e nas relações federalistas, transformação do eleitor médio são alguns dos motivos que impulsionam o surgimento de novas forças na Bahia.

É no pleito de 2006 que a cena política baiana sofre as mais intensas de suas modificação: um candidato do Partido dos Trabalhadores vence o pleito ao executivo estadual. Jacques Wagner é eleito governador baiano, encerrando a invencibilidade carlista desde o terceiro governo do próprio chefe ACM, em 1991. Foi o rompimento de um ciclo de 15 anos de vitória consecutivos. O grupo político adversário ao carlismo agora é grupo governista no estado. O carlismo sofre seu mais forte golpe.

Natural do Rio de Janeiro, presidente do Diretório Acadêmico da PUC-Rio, em 1973, Wagner muda-se para Bahia em razão de perseguições políticas da ditadura. Já em Salvador, trabalha como técnico em manutenção no Polo Petroquímico de Camaçari, quando ascende à arena política através da sua atuação sindical junto à Central Única dos Trabalhadores (CUT) baiana. Um dos fundadores do PT nacional junto ao então presidente Lula, Wagner foi o primeiro presidente do PT baiano. Jacques Wagner inicia a carreira política eletiva em 1991, quando é um dos quatro deputados federais petistas eleitos pela Bahia. É reeleito mais duas vezes: em 1995 e 1999. Ainda no primeiro mandato, em 1993 é o vice-líder nacional do PT. De 1995 a 1996 torna-se o líder nacional do partido, e em 1997, o líder nacional da oposição, e, portanto, antagonista político do grupo carlista. Ao final do primeiro governo Lula, Jacques Wagner é nomeado Ministro do Trabalho e Emprego entre 2003 e 2004, quando assume a Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. No ano seguinte, 2005, Wagner é nomeado Ministro das Relações Institucionais do segundo governo Lula. Cargo que ocupa até candidatar-se governador da Bahia. O petista vence em segundo turno o candidato carlista Paulo Souto, com 53% dos votos válidos. Neste pleito é auxiliado por ampla coligação anticarlista: PT, PMDB, PCdoB, PSB, PPS, PV, PTB, PMN e PRB (Câmara, 2010). O carlismo perde a invencibilidade de um ciclo de quatro mandatos estaduais consecutivos. O carlismo está enfraquecido regionalmente e nacionalmente. Porém, o bloco carlista ainda predomina na maioria do executivo municipal e no legislativo estadual e federal: a antiga elite política baiana ainda dominava as lideranças políticas locais.

Particularmente, o PFL manteve a predominância numérica individual na ALBA e na Câmara dos Deputados. Porém, a nova coligação governista saiu vitoriosa no

legislativo estadual. Na ALBA, 25 vagas eram ocupadas por atores governistas e 20 pelos carlistas. Já Câmara dos Deputados, o carlismo possuía predominância de três cadeiras, contra as 14 anticarlistas, conforme observado na Tabela 6. O carlismo baiano perdeu coligados e enfraqueceu. Porém, ainda dominava a maioria dos distritos eleitorais baianos e suas lideranças políticas, já que partidos tradicionais tendem a possuir maior apoio em municípios menores e com padrões de qualidade de vida inferior, a realidade da maioria das cidades baianas (Avelar e Walter, 2008).

Tabela 6 – Eleição Proporcional por Partido, Bahia, 2006

Pleito 2006			
Partidos Políticos	Deputados Estaduais	Partidos Políticos	Deputados Federais
PFL	15	PFL	13
PT	10	PT	8
PTB	5	PP	3
PMDB	5	PDT	3
PL	5	PPS	2
PSDB	3	PCdoB	2
PDT	3	PL	1
PRP	3	PSB	1
PCdoB	2	PSDB	1
PRTB	9	PMDB	1
Total	67	Total	35

Fonte: TSE, 2010

Além da derrota eleitoral estadual e da perda de comando nacional, o líder carlista ACM morre 20 de julho de 2007. E como reflexo de sua política monocrática, ACM não deixa sucessor político. Seu neto, Antônio Carlos Magalhães Neto, popularmente conhecido como ACM Neto, ainda aprendia a caminhar dentro da política partidária. Além do mais, não foi somente no estado baiano que o PFL sofre intensa derrota eleitoral. Em março de 2007, o PFL havia refundado agora como partido Democratas (DEM), uma tentativa de reverter a tendência de contínua queda eleitoral por todo território brasileiro. O novo DEM ambiciona transmitir uma imagem de partido de direita moderno, aproximando-se das camadas médias urbanas através da atuação de jovens dirigentes, afastando-se dos fundadores oligárquicos do PDS/PFL. Porém não havia dúvida, como PFL ou como DEM, este grupo político sofria intensas derrotas eleitorais,

afastando-se gradualmente dos três maiores partidos brasileiros: PT, PMDB e PSDB (Nicolau, 2010).

A arena política baiana seguia a tendência nacional: nos últimos dez anos, o estado assistiu mudança em torno de seus atores e lideranças políticas. Novos nomes ascenderam, principalmente em torno do PMDB e PT. O pleito de 2008 corrobora o crescimento da oposição carlista: o DEM alcança somente 44 prefeituras, enquanto o PT consegue 103 e o PMDB 114, incluindo a capital soteropolitana, onde João Durval do PMDB fora o prefeito eleito. Dois anos depois, as eleições majoritárias de 2010 também representa o fortalecimento partidário em torno do PT no estado: Wagner se reelege governador em primeiro turno, com 66% dos votos; o partido alcança uma vaga ao senado com Walter Pinheiro (a outra fica com Lídice da Matta do PSB, coligação petista). O PT também obtém o maior número de vagas à ALBA e ao Congresso Nacional, ainda que haja uma grande dispersão partidária (Tabela 7).

Tabela 7 – Eleição Proporcional por Partido, Bahia, 2010

Pleito 2006			
Partidos Políticos	Deputados Estaduais	Partidos Políticos	Deputados Federais
PFL	15	PFL	13
PT	10	PT	8
PTB	5	PP	3
PMDB	5	PDT	3
PL	5	PPS	2
PSDB	3	PCdoB	2
PDT	3	PL	1
PRP	3	PSB	1
PCdoB	2	PSDB	1
PRTB	9	PMDB	1
Total	67	Total	35

Fonte: TSE, 2010

Nestas últimas eleições, o Partido dos Trabalhadores entra o ano de 2010 como principal figura partidária baiana. O partido cresce no estado no início da década de 90, de forma lenta e gradual. Diferente das demais lideranças anticarlistas, principalmente os que estavam representados no PMDB, os primeiros petista baianos eleitos no estado iniciaram sua carreira política dentro deste mesmo partido, como também emergiram de

movimentos ligados a sindicatos e associações de profissionais liberais urbanos. Conforme demonstrado na Tabela 8, com exceção de Emiliano José, Guilherme Meneses e Waldir Pires, os principais nomes petistas filiam-se ao partido no início da década de 80, não trocando de legenda desde então.

Tabela 8 – Lideranças Petista, Bahia, 2010

Ator	Filiação Partidária	Atividade Partidária
ALCIDES MODESTO	PT (1981)	Presidente do Diretório Municipal do PT, Paulo Afonso (1983)
EMILIANO JOSÉ	MDB, PSB e PT (2001)	Presidente do Diretório Municipal do PT, Salvador (2001)
GERALDO SIMÕES	PT (1981)	Presidente do Diretório Municipal do PT, Itabuna (1982)
GUILHERME MENEZES	PV, PT (1993)	Presidente do Diretório Municipal do PT, Vitória da Conquista (1994)
JAQUES WAGNER	PT (1980)	Presidente do Diretório Municipal do PT, Salvador (1982)
JOSEPH BANDEIRA	PTB, PT (2000)	Presidente do Diretório Municipal do PT, Vitória da Conquista (2001)
JOSIAS GOMES	PT (1980)	Presidente do Diretório Municipal do PT, Itabuna (1990)
LUIZ ALBERTO	PT (1980)	Presidente do Diretório Municipal do PT, Salvador (1990)
NELSON PELLEGRINO	PT (1980)	Presidente do Diretório Municipal do PT, Salvador (1995)
PAULO RANGEL	PT (1982)	Presidente do Diretório Municipal do PT, Paulo Afonso (2000)
WALDIR PIRES - PT/BA	PTB; PSD; PMDB; PDT; PSDB; PT (1998)	Vice-Líder do PT nacional, 2000-2001
WALTER PINHEIRO	PT (1982)	Presidente do Diretório Municipal do PT, Salvador (1991)
ZEZÉU RIBEIRO	PT (1982)	Presidente do Diretório Municipal do PT, Salvador (1997)

Fonte: TSE, 2010

A elite petista baiana estabelece-se no estado de forma lenta e gradual, estruturando sua base política e demonstrando fidelidade e concisão partidária. São três as principais motivações para a conformação, e continuidade, das bases eleitorais petista. A primeira é interna ao partido: o PT empreendia intensos esforços para recrutar

indivíduos. O segundo é relativo aos indivíduos: eles encontravam neste partido a chance não só de participar da arena partidária, mas também de obter informações restritas. Por fim, estes indivíduos eram atuantes em redes sociais bastante politizadas, a exemplo dos sindicatos. Porém, não podemos afirmar o mesmo dos novos atores políticos recém-eleitos nas arenas locais. Os recordes de popularidade de Lula e sua reeleição à Presidência da República expõem o partido governista nacional no estado, aglutinando, primordialmente, os chefes e cabos eleitorais municipais. Some-se a isso, a implantação de programas descentralizados de renda de cidadania (Programa Bolsa Família) e de disseminação de crédito. Ainda que necessite de confirmação empírica, a arena partidária local rende-se ao fenômeno político do neopetismo. Classifico neopetistas como atores políticos que, embora não possuíssem trajetórias ligadas às bases político partidárias do PT, afiliam-se ao partido em busca de vitória eleitoral. Historicamente possuidor de enormes parcelas de votos brancos e nulos, o eleitor baiano começa busca o candidato da legenda petista. Até mesmo líderes regionais não petista, filiaram-se e coligaram-se ao PT nacional: Geddel Vieira Lima e Waldir Pires, por exemplo, são nomeados ministros de Lula em 2006.

Aqui retomo a pergunta realizada na introdução: o novo cenário baiano apresenta inovações substantivas no padrão de comportamento político ou simplesmente denota uma "repaginação" de velhas práticas regidas agora por um novo maestro oligarca ligado a figura de Jacques Wagner? Se analisarmos o PT baiano sob a ótica de sua liderança política a resposta é negativa. Os principais atores petistas no estado corroboram que o Partido dos Trabalhadores baiano possui políticos fies e estáveis. Não há um único líder local. Ainda que Jacques Wagner seja a principal figura política petista no estado, outros atores políticos possuem forte influência dentro do partido: Nelson Pellegrino, Walter Pinheiro, Waldir Pires. E eles não estão ligados por relações sanguíneas. Porém, a forma arcaica de fazer política cooptando as bancadas e bases locais é reproduzida. O jogo político baiano retoma sua bipolaridade: dos que são petistas e dos que são contra o PT. Atores políticos individuais são cooptados, agora não mais pela centralização política em torno do executivo estadual, mas sim pelo executivo federal.

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Sérgio Henrique H. de. “Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro”. *Dados*, vol 31, n1, Rio de Janeiro, 1988.

ABRUCIO, Fernando Luiz. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. Editora Hucitec, São Paulo, 1998.

_____. ABRUCIO, F. L. . “Descentralização e Coordenação Federativa no Brasil: Lições dos anos FHC”. In: Fernando L. Abrucio; Maria Rita Garcia Loureiro. (Org.). *O Estado numa era de reformas: os anos FHC - parte 2*. Brasília: 2002.

_____. “A formação da Burocracia Brasileira: a trajetória e o significado das reformas administrativas”. ABRUCIO, F. L. (Org.); DURAND, Maria Rita Loureiro (Org.); PACHECO, Regina (Org.). *Burocracia e Política no Brasil : desafios para a ordem democrática no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2010.

ALMEIDA, Fernanda D. M. *Competência na Constituição de 1998*. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1984.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. São Paulo: Edusc, 2005.

AMES, Barry. “O Congresso e a política orçamentária no Brasil durante o período plutipartidário”. *Dados*, vol 29, n2, Rio de Janeiro, 1986.

AVELAR, Lúcia e WALTER, Maria Inez M. T.. *Opinião Pública, Campinas, vol. 14, nº 1, Maio, 2008, p. 96-122*

BRANDÃO, Maria de Azevedo. *Falar de ACM*. Salvador: [s.n.], 2001.

BRECIANI, Stella. “Forjar a Identidade Brasileira nos anos 1920 – 1940”. in: F. Hardman (org), *Morte e Progresso: Cultura Brasileira como Apagamento de Rastros*, São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. A Experiência Republicana. *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol. 2. São Paulo: 1964

CAMARGO, Aspásia. *A Federação Acorrentada: Nacionalismo Desenvolvimentista e Instabilidade Democrática*. Caxambu, XVI Encontro Anual da ANPOCS, 1992.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. *Estado e Partidos Políticos no Brasil, 1930 a 1964*, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

_____. "Barbacena: A Família, a Política e uma Hipótese". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 20, 1996.

_____. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Cionceitual. *DADOS, RIO DE JANEIRO*, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.

CINTRA, Antônio Octávio. "A política tradicional brasileira: uma interpretação de Centro e \Periferia". In: BALAN, Jorge (org). *Centro e Periferia no desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

DANTAS NETO, P. F. . *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

DINIZ, Eli. *Voto e Máquina Política – Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

DINIZ, Eli. *Voto e Máquina Política. Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfose*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

DUARTE, Nestor. (1939), *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.

DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1958.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1970.

FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista brasileira de história*. Dossiê Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). Vol. 24, n. 47, jan.-jul. 2004

FLEISHER, David. “Governabilidade e Abertura Política: as desventuras da engenharia política no Brasil – 1964/84”. *Revista de Ciência Política*, vol. 29, Brasília, 1986.

GORENDER, Jacob. “Era o golpe de 64 inevitável?” In: Toledo, Caio Navarro de (org). *Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. “Estruturas e formação das classes sociais na Bahia”. *Cadreno CRH*, No 2, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro, Forense 1936.

KINZO, Maria Dalva. “A democracia brasileira: um balanço do processo político desde a transição”. *São Paulo em perspectiva*, vol. 15, n.4, dezembro de 2001, pp 3-12.

KUSCHNIR, Karina ; VELHO, Gilberto . *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LAFER, Betty Midlin. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um pensamento política autoritário na Primeira República. Uma Interpretação”. In: *História geral da civilização brasileira*. Tomo 3 (O Brasil Republicano), Vol.2 (Sociedade e Instituições (1889-1930)). RJ, Bertrand Brasil, 1997.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEVINE, Robert. O poder dos Estados. In: *História geral da civilização brasileira*. Tomo 3 (O Brasil Republicano), Vol.1 Estrutura de poder e economia(1889-1930). RJ, Bertrand Brasil, 1997.

Levine, Robert. O poder dos Estados. In: *História geral da civilização brasileira*. Tomo 3 (O Brasil Republicano), Vol.1 (Estrutura de poder e economia(1889-1930)). RJ, Bertrand Brasil, 1997.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.

- NICOLAU, Jairo. *O Declínio Inequívoco do PFL. Papo Político*. 13 de agosto de 2010.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco. (1949), *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco. (1949), *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- ONU. *Revision of World Urbanization Prospects*. Perspectiva Mundial de Urbanização, dados de 2005.
- PANG, Eul-Soo. (1979), *Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943. A Bahia na Primeira República*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- PRADO JR., Caio. (1966), *A Revolução Brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- QUEIRÓS, Maria Isaura. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: *História geral da civilização brasileira*. Tomo 3 (O Brasil Republicano), Vol.1 (Estrutura de poder e economia(1889-1930)). RJ, Bertrand Brasil, 1997.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira". *Anhembi*, 1956.
- REIS, Elisa M. Pereira. "Elites Agrárias , *state-building* e autoritarismo". Dados – Revista de Ciências Sociais. Vol.25, n.3, 1982.
- SALLUM JR, B. *Labirintos. Dos Generais à Nova República no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- SAMUELS, David. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p.302-318.
- SANTOS, W. G. . Poliarquia Em 3-D - Notas Para Uma Revisão Teórica.. Dados (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, 1998.
- SCHWARTZMAN, Simon. *As bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- SCHWARTZMAN, Simon. *As bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- SCOTT, Mainwaring. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

SKOCPOL, Theda. "Bringing the State back in: strategies of analysis in current research", in P. Evans, D. Rueschmeyer e T. Skocpol (orgs.), *Bringing the State back in*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

SOARES, Gláucio Ary Odilon. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973

SOUZA, Celina. *Constitutional Engineering in Brazil; The Politics of Federalism and Decentralization*. 1. ed. Houndmills, Londres, New York: Macmillan e St. Martin's Press, 1997.

_____. *Federalismo e Conflitos Distributivos: Disputa dos Estados por Recursos Orçamentários Federais. Dados* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 345-384, 2003.

_____ ; DANTAS NETO, Paulo Fábio (Org.) . *Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006. STEFAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1975.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10ª ed. São Paulo: Ed.UNESP / Salvador: EDUFBA, 2001.

TORRES, João C. de Oliveira de. *A formação do federalismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

VIANNA FILHO, Luiz. *Petroquímica e Industrialização da Bahia (1967-1971)*. Brasília: Editora Brasília, 1984.

LOCALIZAÇÃO DAS FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo Municipal da Cidade do Salvador (Fundação Gregório de Matos)

Arquivo Público do Estado da Bahia

Assembléia Legislativa do Estado da Bahia

Câmara dos Deputados

Senado Federal

Jornal *A Tarde*

Tribunal Regional do Estado da Bahia

Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO 1 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

- 1- Qual o papel do período ditatorial brasileiro na ascensão política do tradicional grupo baiano personificado na figura de ACM?
- 2- Qual o papel do bloco carlista no congresso e executivo nacional com o retorno da democracia?
- 3- Como funciona o jogo do bloco carlista no isolamento político de Sarney? E na relação entre Collor e Itamar? Ele atinge seu ápice de influência no governo FHC?
- 4- Como o carlismo renova seus quadros dirigentes? Qual o papel de jovens dirigentes de perfil técnico? Qual a relação entre o bloco carlista e as sublegendas na política municipal?
- 5- A morte de Luís Eduardo influencia na lógica política do grupo carlista?
- 6- O que acontece ao líder do grupo depois de dois consecutivos envolvimento em escândalos políticos? Como reage a elite política municipal, regional e nacional? Qual a reação eleitoral?
- 7- A morte de ACM finaliza a política carlista? Qual a influência de líderes carlista como Aleluia e ACM Neto dentro do novo DEM? Ascende um novo discurso carlista?
- 8- Qual a razão da ascensão petista no Estado? Há um desgaste da tradicional oposição? Há incapacidade eleitoral desta oposição? E o decréscimo dos votos em branco? Lula é um novo aglutinador político no estado? Qual o papel de Jacques Wagner na política baiana?
- 9- O carlismo tradicional é derrotado pela força oposicionista ou há um esvaziamento interno do meta-partido baiano?
- 10- Teria o carlismo terminado ou houve uma continuidade deste fenômeno político, agora encabeçado por outras legendas políticas?

ANEXO 2 – TABELAS DE PARTIDOS, CANDIDATOS E ELEIÇÕES

ALBA, 10º Legislatura (1983 a 1987), Bahia

Deputado Estadual	Partido	Região	Profissão
Dep. Abigail Feitosa	PMDB	Salvador	Médica
Dep. Almir Araújo (1)	PMDB	Salvador	Advogado e professor
Dep. Almir Miranda	PDS	Ipirá	Pecuarista
Dep. Almir Nobre	PMDB	Salvador	Advogado
Dep. Antonio Honorato	PDS	Salvador	Contador
Dep. Antônio Olímpio	PMDB	Ilhéus	Advogado
Dep. Archimedes Pedreira Franco	PMDB	Salvador	Advogado
Dep. Augusto Mathias (2)	PDS	Feira de Santana	Pecuarista
Dep. Barbosa Romeo	PDS	Salvador	Advogado
Dep. Carlos Araújo (3)	PDS	Salvador	Agricultor e advogado
Dep. Carlos Marighella	PMDB	Salvador	Advogado
Dep. Clemenceau Teixeira (4)	PDS	Salvador	Médico
Dep. Cleraldo Andrade	PDS	Ipiaú	Advogado, professor e jornalista
Dep. Colbert Martins	PMDB	Salvador	Dentista
Dep. Coriolano Sales	PMDB	Vitória da Conquista	Advogado
Dep. Daniel Gomes	PMDB	Itabuna	Radialista e agricultor
Dep. Edigar Dourado (5)	PDS	Morro do chapéu	Pecuarista e médico
Dep. Edivaldo Lopes (6)	PDS	Morro do chapéu	Pecuarista e professor
Dep. Edson Quinteiro	PDS	Salvador	Médico e advogado
Dep. Eliel Martins	PDS	Riachão do Jacuípe	Advogado
Dep. Ernani Rocha	PDS	São Sebastião do Passé	Empresário
Dep. Eujácio Simões	PDS	x'	Pecuarista
Dep. Faustino Lima	PDS	Feira de Santana	Funcionário Público
Dep. Fernando Daltro	PMDB	Jacobina	Advogado
Dep. Filadelfo Neto	PDS	Alagoinhas	Empresário e engenheiro civil
Dep. Filemon Matos	PMDS	Salvador	Professor e Economista
Dep. Florisvaldo Carneiro	PDS	Valente	Pecuarista e industrial
Dep. Galdino Leite	PMDB	Salvador	Professor e advogado
Dep. Geraldo Ramos	PDS	Eunápolis	Advogado
Dep. Gilberto Miranda (7)	PDS	Jacobina	Farmacêutico
Dep. Guttemberg Amazonas	PMDB	Itabuna	Engenheiro Civil
Dep. Hugo Navarro (8)	PDS	Feira de Santana	Advogado
Dep. Iran Gusmão	PMDB	Vitória da Conquista	Pecuarista
Dep. Jayme Mascarenhas	PMDB	Itabuna	Funcionário Público
Dep. Jayme Vieira Lima	PDS	Salvador	Advogado
Dep. Jayro Sento Sé	PDS	Juazeiro	Advogado

Dep. João Alfredo (9)	PDS	Ilhéus	Empresário
Dep. João Carlos Bacelar	PDS	Salvador	Industrial e advogado
Dep. João Emílio (10)	PDS	Feira de Santana	Pecuarista, empresário e médico
Dep. Jonival Lucas (11)	PDS	Salvador	Administrador
Dep. Jorge Hage	PMDB	Salvador	Juiz de direito
Dep. José Amando	PMDB	Itaberaba	Pecuarista e advogado
Dep. José Rocha	PDS	Salvador	Médico
Dep. Jurandy Oliveira	PDS	Ipirá	Pecuarista e advogado
Dep. Leônidas Cardoso	PDS	Vitória da Conquista	Industrial, Agricultor, Pecuarista e
Dep. Luís Cabral	PDS	Itabuna	Cacaucultor
Dep. Luís Eduardo Magalhães	PDS	Salvador	Empresário e Advogado
Dep. Luiz Nova (12)	PMDB	Salvador	Jornalista
Dep. Luiz Umberto	PMDB	Salvador	Médico
Dep. Manoel Passos (13)	PDS	Salvador	Bancário, Agricultor e Empresário
Dep. Murilo Cavalcanti	PDS	Salvador	Advogado
Dep. Murilo Leite	PMDB	Salvador	Administrador
Dep. Natálio Dantas (14)	PMDB	Salvador	Professor
Dep. Nestor Duarte	PMDB	Salvador	Advogado e Agropecuarista.
Dep. Nivaldo Fernandes	PDS	Itaberaba	Pecuarista e advogado
Dep. Nobelino Dourado	PDS	Irecê	Advogado
Dep. Oscar Marback	PMDB	Salvador	Arquiteto
Dep. Paulo Maracajá	PDS	Salvador	Empresário e Advogado
Dep. Plínio Carneiro (15)	PDS	Serrinha	Advogado e Professor
Dep. Raimundo Caires	PMDB	Salvador	Sociólogo
Dep. Raimundo Ribeiro	PDS	Irecê	Pecuarista e advogado
Dep. Raimundo Sobreira	PMDB	Salvador	Comerciante
Dep. Raulino Queiroz (16)	PDS	Salvador	Oficial da Polícia Militar
Dep. Reinaldo Braga	PDS	Xique-xique	Agropecuária e Empresário
Dep. Ribeiro Tavares	PDS	Feira de Santana	Pecuarista
Dep. Robério Wanderley	PDS	Jacobina	Agropecuária
Dep. Roberto Cunha	PDS	Itaparica	Engenheiro Civil
Dep. Sebastião Ferreira	PDS	Barreiras	Agricultor e pecuarista
Dep. Sérgio Santana	PMDB	Salvador	Economista
Dep. Vandilson Costa (17)	PMDB	Salvador	Advogado
Dep. Vilobaldo Freitas (18)	PDS	Caetité	Professor
Dep. Walter Sampaio	PDS	Jequié	Pecuarista e Agricultor

Fonte: ALBA, 2010

Câmara dos Deputados, 47º Legislatura (1983 a 1987), Bahia

Deputado	Partido	Partido Anterior	Região	Atuação
CARLOS SANT'ANNA	PMDB	ARENA	Salvador	Médico e Professor
DOMINGOS LEONELLI	PMDB	MDB	Salvador	Publicitário
FERNANDO GOMES	PMDB	MDB	Itabuna	Agropecuário e Empresário
FERNANDO SANTANNA	PMDB	MDB	Salvador	Engenheiro e Construtor
FRANÇA TEIXEIRA	PDS	-	Salvador	Radialista e empresário
MARCELO CORDEIRO	PMDB	MDB	Salvador	Professor
RAUL FERRAZ	PMDB	MDB	Vitória da Conquista	Advogado
AFRÍSIO VIEIRA LIMA	PDS	ARENA	Itaquara	Pecuarista
ÂNGELO MAGALHÃES	PDS	ARENA	Salvador	Administrador
ANTÔNIO OSÓRIO	PDS	ARENA	Porto Seguro	Administrador
DJALMA BESSA	PDS	ARENA	Xique-xique	Promotor de Justiça
ERALDO TINOCO	PDS	-	Salvador	Professor
FÉLIX MENDONÇA	PDS	ARENA	Itabuna	Construtor
FRANCISCO BENJAMIM	PDS	ARENA	Salvador	Promotor de Justiça
GORGONIO NETO	PDS	-	Santo Antônio de Jesus	Advogado e Comerciante
HELIO CORREIA	PDS	ARENA	Vitória da Conquista	Pecuarista
HORÁCIO MATOS	PDS	ARENA	Lençóis	Escrivão Coletor
JAIRO AZI	PDS	ARENA	Alagoinhas	Médico
JOÃO ALVES	PDS	ARENA	Salvador	Delegado
JOSÉ LOURENÇO	PDS	ARENA	Salvador	Empresário
JOSÉ PENEDO	PDS	ARENA	Salvador	Advogado
JUTAHY JUNIOR	PDS	-	Salvador	Advogado e empresário
LEUR LOMANTO	PDS	ARENA	Jequié	Pecuarista
NEY FERREIRA	PDS	MDB	Salvador	Militar e procurador
PRISCO VIANA	PDS	ARENA	Ilheus	Jornalista
RÔMULO GALVÃO	PDS	ARENA	Salvador	Bancário
RUY BACELAR	PDS	ARENA	Entre Rios	Agropecuário
VASCO NETO	PDS	ARENA	Salvador	Engenheiro Civil
WILSON FALCÃO	PDS	ARENA	Feira de Santana	Fazendeiro
ELQUISSON SOARES	PMDB	MDB	Vitória da Conquista	Advogado
FRANCISCO PINTO	PMDB	MDB	Feira de Santana	Jornalista
GENEBALDO CORREIA	PMDB	ARENA	Santo Amaro	Economista, Jornalista e Professor
HAROLDO LIMA	PMDB	PCdoB	Salvador	Engenheiro
JORGE MEDAUAR	PMDB	Arena	Ilheus	Advogado
JORGE VIANNA	PMDB	MDB	Ilheus	Agricultor e médico

RAYMUNDO URBANO	PMDB	MDB	Salvador	Advogado e Professor
VIRGILDÁSIO SENNA	PMDB	PTB	Salvador	Engenheiro

Fonte: Câmara dos Deputados, 2010

Prefeitos eleitos, 1983, Bahia

Município	Partido do Prefeito	Município	Partido do Prefeito
Abaíra	PDS	Caetité	PDS
Abaré	PDS	Cafarnaum	PDS
Acajutiba	PDS	Cairu	PDS
Adustina	PDS	Caldeirão Grande	PDS
Água Fria	PDS	Camacan	PDS
Aiquara	PMDB	Camamu	PDS
Alagoinhas	PMDB	Campo Alegre de Lourdes	PDS
Alcobaça	PMDB	Campo Formoso	PDS
Almadina	PDS	Canápolis	PDS
Amargosa	PDS	Canarana	PDS
Amélia Rodrigues	PDS	Canavieiras	PDS
Anagé	PMDB	Candeal	PDS
Andaraí	PDS	Candiba	PDS
Angical	PDS	Cândido Sales	PDS
Anguera	PDS	Cansanção	PDS
Antas	PDS	Caravelas	PDS
Antônio Cardoso	PDS	Cardeal da Silva	PDS
Antônio Gonçalves	PDS	Carinhanha	PDS
Aporá	PDS	Castro Alves	PDS
Aracatu	PDS	Catolândia	PDS
Araci	PDS	Catu	PDS
Aramari	PDS	Central	PDS
Aratuípe	PDS	Chorrochó	PDS
Aurelino Leal	PDS	Cícero Dantas	PDS
Baianópolis	PDS	Coaraci	PMDB
Baixa Grande	PDS	Cocos	PDS
Barra	PDS	Conceição da Feira	PDS
Barra da Estiva	PDS	Conceição do Almeida	PDS
Barra do Choça	PMDB	Conceição do Coité	PDS
Barra do Mendes	PDS	Conceição do Jacuípe	PMDB
Barra do Rocha	PDS	Conde	PDS
Belmonte	PMDB	Condeúba	PDS
Belo Campo	PDS	Contendas do Sincorá	PDS
Biritinga	PDS	Coração de Maria	PDS
Boa Nova	PDS	Cordeiros	PDS
Boa Vista do Tupim	PDS	Coribe	PDS
Bom Jesus da Lapa	PDS	Coronel João Sá	PDS
Boninal	PDS	Correntina	PDS
Boquira	PDS	Cotegipe	PDS
Botuporã	PDS	Cravolândia	PDS
Brejões	PDS	Crisópolis	PDS

Brejolândia	PDS	Cristópolis	PDS
Brotas de Macaúbas	PDS	Cruz das Almas	PMDB
Brumado	PDS	Curaçá	PDS
Buerarema	PMDB	Dário Meira	PDS
Caatiba	PDS	Dom Basílio	PDS
Cachoeira	PDS	Dom Macedo Costa	PDS
Caculé	PDS	Elísio Medrado	PDS
Esplanada	PDS	Encruzilhada	PDS
Euclides da Cunha	PDS	Entre Rios	PDS
Feira de Santana	PDS	Itajuípe	PDS
Firmino Alves	PDS	Itamaraju	PMDB
Floresta Azul	PMDB	Itamari	PDS
Formosa do Rio Preto	PDS	Itambé	PDS
Gandu	PDS	Itanagra	PDS
Gentio do Ouro	PDS	Itanhém	PDS
Glória	PDS	Itapé	PDS
Gongogi	PMDB	Itapebi	PMDB
Governador Lomanto Júnior	PDS	Itapetinga	PMDB
Governador Mangabeira	PDS	Itapicuru	PDS
Guanambi	PDS	Itapitanga	PDS
Guaratinga	PDS	Itaquara	PDS
Iaçu	PMDB	Itarantim	PDS
Ibiassucê	PDS	Itiruçu	PDS
Ibicaraí	PDS	Itiúba	PDS
Ibicoara	PMDB	Itororó	PDS
Ibicuí	PDS	Ituaçu	PDS
Ibipeba	PDS	Ituberá	PMDB
Ibipitanga	PDS	Jacaraci	PDS
Ibiquera	PDS	Jacobina	PMDB
Ibirapitanga	PDS	Jaguaquara	PDS
Ibirapuã	PDS	Jaguarari	PDS
Ibirataia	PDS	Jaguaripe	PDS
Ibitiara	PDS	Jandaíra	PDS
Ibititá	PDS	Jequié	PDS
Ibotirama	PDS	Jeremoabo	PDS
Ichu	PDS	Jiquiriçá	PDS
Igaporã	PMDB	Jitaúna	PMDB
Iguaí	PDS	Juazeiro	PDS
Ilhéus	PMDB	Jussara	PDS
Inhambupe	PDS	Jussiape	PDS
Ipecaetá	PDS	Lafaiete Coutinho	PDS
Ipiaú	PMDB	Laje	PDS
Ipirá	PDS	Lajedão	PDS
Ipupiara	PDS	Lajedinho	PDS
Irajuba	PDS	Lamarão	PDS
Iramaia	PDS	Lençóis	PMDB
Iraquara	PDS	Licínio de Almeida	PDS
Irará	PDS	Livramento de Nossa Senhora	PDS

Irecê	PDS	Macajuba	PMDB
Itaberaba	PMDB	Macarani	PDS
Itabuna	PMDB	Macaúbas	PDS
Itacaré	PDS	Macururé	PDS
Itaeté	PDS	Maiquinique	PDS
Itagi	PDS	Malhada	PDS
Itagibá	PDS	Malhada de Pedras	PDS
Itagimirim	PDS	Manoel Vitorino	PDS
Itaju do Colônia	PDS	Maracás	PDS
Marcionílio Souza	PDS	Maragogipe	PDS
Mascote	PDS	Marau	PDS
Mata de São João	PDS	Riachão das Neves	PDS
Medeiros Neto	PDS	Riachão do Jacuípe	PDS
Miguel Calmon	PDS	Riacho de Santana	PDS
Milagres	PDS	Ribeira do Amparo	PDS
Mirangaba	PDS	Ribeira do Pombal	PDS
Monte Santo	PDS	Rio de Contas	PDS
Morpará	PDS	Rio do Antônio	PDS
Morro do Chapéu	PDS	Rio do Pires	PDS
Mortugaba	PDS	Rio Real	PDS
Mucugê	PDS	Rodelas	PDS
Mucuri	PDS	Ruy Barbosa	PDS
Mundo Novo	PMDB	Salinas da Margarida	PDS
Muniz Ferreira	PDS	Santa Bárbara	PDS
Muritiba	PMDB	Santa Brígida	PDS
Mutuípe	PDS	Santa Cruz Cabrália	PMDB
Nazaré	PDS	Santa Cruz da Vitória	PDS
Nilo Peçanha	PDS	Santa Inês	PDS
Nova Canaã	PDS	Santa Maria da Vitória	PDS
Nova Itarana	PDS	Santa Rita de Cássia	PDS
Nova Soure	PDS	Santa Teresinha	PDS
Nova Viçosa	PDS	Santaluz	PDS
Olindina	PDS	Santana	PDS
Oliveira dos Brejinhos	PDS	Santanópolis	PMDB
Ouriçangas	PDS	Santo Amaro	PMDB
Palmas de Monte Alto	PDS	Santo Antônio de Jesus	PDS
Palmeiras	PDS	Santo Estêvão	PDS
Paramirim	PDS	São Desidério	PDS
Paratinga	PDS	São Felipe	PDS
Paripiranga	PDS	São Félix	PDS
Pau Brasil	PMDB	São Gonçalo dos Campos	PMDB
Pedrao	PDS	São Miguel das Matas	PDS
Pedro Alexandre	PDS	São Sebastião do Passé	PMDB
Piatã	PDS	Sapeaçu	PDS
Pindobaçu	PDS	Sátiro Dias	PDS
Piripá	PDS	Saúde	PDS
Piritiba	PDS	Seabra	PDS
Planaltino	PDS	Sebastião Laranjeiras	PDS
Planalto	PDS	Senhor do Bonfim	PDS
Poções	PDS	Serra Dourada	PDS

Pojuca	PDS	Serra Preta	PDS
Porto Seguro	PMDB	Serrinha	PDS
Potiraguá	PDS	Serrolândia	PDS
Prado	PDS	Souto Soares	PDS
Presidente Dutra	PDS	Tabocas do Brejo Velho	PDS
Presidente Jânio Quadros	PDS	Tanhaçu	PDS
Queimadas	PDS	Tanquinho	PDS
Quijingue	PDS	Taperoá	PDS
Retirolândia	PDS	Tapiramutá	PDS
Teolândia	PDS	Teodoro Sampaio	PMDB
Terra Nova	PDS	Teofilândia	PDS
Tremedal	PDS	Uruçuca	PMDB
Tucano	PDS	Utinga	PDS
Uauá	PDS	Valença	PDS
Ubaíra	PDS	Valente	PDS
Ubaitaba	PDS	Várzea do Poço	PDS
Ubatã	PMDB	Vera Cruz	PDS
Uibaí	PDS	Vitória da Conquista	PMDB
Una	PDS	Wagner	PDS
Urandi	PDS	Wenceslau Guimarães	PDS
Xique-Xique	PDS		

Fonte: TSE, 2010

ALBA, 11º Legislatura (1987 a 1991), Bahia

Deputado Estadual	Partido	Partido Anterior	Região
Dep. Alcides Modesto	PT	-	Paulo Afonso
Dep. Alcindo da Anunciação	PMDB	PDS	Salvador
Dep. Almir Araújo	PMDB	PMDB	Salvador
Dep. Antonio Honorato	PMDB	PDS	Salvador
Dep. Antônio Menezes	PFL	PDS	Itabuna
Dep. Carlos Alberto Simões	PFL	-	Jequié
Dep. Clodoaldo Campos	PMDB	PMDB	Canavieiras
Dep. Colbert Martins	PMDB	PMDB	Feira de Santana
Dep. Coriolano Sales	PMDB	-	Vitória da Conquista
Dep. Cristóvão Ferreira	PMDB	PDS	Salvador
Dep. Daniel Gomes	PMDB	PMDB	Itabuna
Dep. Edigar Dourado	PFL	PDS	Morro do Chapéu
Dep. Edson Quinteiro	PFL	PDS	Ibotirama
Dep. Edval Lucas	PFL	-	Itacuípe
Dep. Eliel Martins	PFL	PMDB	Jacuípe
Dep. Emiliano José	PMDB	PMDB	Salvador
Dep. Ernani Rocha	PMDB	PDS	São Sebastião do Passsé
Dep. Eujácio Simões.	PFL	-	Salvador
Dep. Euvaldo Maia	PMDB	PMDB	Camacã
Dep. Ewerton Almeida	PMDB	PDS	Itabuna

Dep. Fernando Bastos	PFL	-	Caetité
Dep. Fernando Daltro	PMDB	PDS	Salvador
Dep. Filadelfo Neto	PMDB	PDS	Alagoinhas
Dep. Filemon Matos	PMDB	PMDB	Vitória da Conquista
Dep. Florisvaldo Carneiro	PFL	PDS	Valente
Dep. Galdino Leite	PMDB	PMDB	Salvador
Dep. Galvão Filho	PMDB	-	Eunápolis
Dep. Gastão Pedreira	PMDB	PDT	Salvador
Dep. Gerbaldo Avena	PMDB	PDT	Salvador
Dep. Gerson Gomes	PFL	PMDB	Feira de Santana
Dep. Henrique Sampaio	PMDB	PMDB	Xique-xique
Dep. Horácio Matos Neto	PFL	-	Lençóis
Dep. Jayme Mascarenhas	PMDB	PDS	Prado
Dep. Jayme Vieira Lima	PFL	PDS	Salvador
Dep. Jayro Sento Sé	PMDB	PDS	Juazeiro
Dep. João Almeida	PMDB	PMDB	Salvador
Dep. João Lyrio	PMDB	PMDB	Ibiciuí
Dep. José Amando	PMDB	PMDB	Itaberaba
Dep. José Ramos	PDT	-	Eunápolis
Dep. José Rocha	PFL	PDS	Coribe
Dep. José Ronaldo	PFL	PDS	Feira de Santana
Dep. Jurandy Oliveira	PFL	PDS	Paratinga
Dep. Leônidas Cardoso	PFL	PDS	Vitória da Conquista
Dep. Luciano Santana	PFL	PDS	Camacã
Dep. Luciano Simões	PFL	-	Salvador
Dep. Luís Cabral	PFL	PDS	Salvador
Dep. Luiz Braga	PFL	-	Salvador
Dep. Luiz Leal	PMDB	PDT	Salvador
Dep. Luiz Nova	PCdoB	PMDB	Salvador
Dep. Luiz Umberto	PMDB	PMDB	Salvador
Dep. Marcos Medrado	PMDB	PDT	Salvador
Dep. Maurício Cotrim	PMDB	-	Teixeira de Freitas
Dep. Miguel Abrão	PTB	PDS	Senhor do Bonfim
Dep. Misael Ferreira	PMDB	PDS	Conceição do Coité
Dep. Nobelino Dourado	PFL	PDS	Irecê
Dep. Osvaldo Souza	PFL	PDS	Itiruçu
Dep. Otto Alencar	PTB	-	Salvador
Dep. Paulo Maracajá	PTB	PDS	Salvador
Dep. Paulo Renato	PMDB	-	Irecê
Dep. Pedro Alcântara	PMDB	PDS	Juazeiro
Dep. Pedro Irujo	PMDB	-	Salvador

Dep. Raimundo Caires	PMDB	PMDB	Salvador
Dep. Raimundo Sobreira	PMDB	PDS	Barreiras
Dep. Reinaldo Braga	PMDB	PDS	Xique-xique
Dep. Ribeiro Tavares	PFL	PDS	Candeal
Dep. Roberto Cunha	pfl	pds	Itapicura
Dep. Rubem Carneiro	PMDB	-	SERRINHA
Dep. Sebastião Castro	pdt	-	Vitória da Conquista
Dep. Sérgio Gaudenzi	PMDB	PDT	Salvador
Dep. Vandilson Costa	PMDB	PMDB	Guanambi

Fonte: ALBA, 2010

Câmara dos Deputados, 48^o Legislatura (1987 a 1991), Bahia

Deputado	Partido	Partido Anterior	Região	Reeleito
ÂNGELO MAGALHÃES	PFL	PDS	Salvador	Sim
BENITO GAMA	PFL	PDS	Salvador	Não
CARLOS SANT'ANNA	PMDB	PMDB	Salvador	Sim
DOMINGOS LEONELLI	PMDB	PMDB	Salvador	Sim
ERALDO TINOCO	PFL	PDS	Salvador	Não
FERNANDO GOMES	PMDB	PMDB	Itabuna	Sim
GENEBALDO CORREIA	PMDB	PMDB	Santo Amaro	Sim
HAROLDO LIMA	PCdoB	PMDB	Salvador	Sim
JAIRO AZI	PFL	PDS	Alagoinhas	Sim
JAIRO CARNEIRO	PFL	-	Feira de Santana	Não
JOÃO CARLOS BACELAR	PMDB	PFL	Entre Rios	Não
JONIVAL LUCAS	PFL	-	Salvador	Não
JOSÉ LOURENÇO	PFL	PDS	Salvador	Sim
JUTAHY JUNIOR	PFL	PDS	Salvador	Sim
LUÍS EDUARDO	PFL	PDS	Salvador	Não
MANOEL CASTRO	PFL	PDS	Salvador	Não
MILTON BARBOSA	PMDB	PMDB	Itaberaba	não
NESTOR DUARTE	PMDB	PMDB	Salvador	Não
SÉRGIO BRITO	PFL	-	Vitória da Conquista	Não
ULDURICO PINTO	PMDB	-	Porto Seguro	Não
WALDECK ORNÉLAS	PFL	PDS	Ipiau	Não
FERNANDO SANTANNA	PCB	PMDB	Salvador	Sim
LÍDICE DA MATA	PCdoB	PMDB	Salvador	Não
MIRALDO GOMES	PDC	PMDB	Feira de Santana	Não
JORGE HAGE	PDT	PMDB	Salvador	Não
FRANCISCO BENJAMIM	PFL	PDS	Salvador	Não

JOÃO ALVES	PFL	PDS	Salvador	Sim
LEUR LOMANTO	PFL	PDS	Jequié	Sim
VASCO NETO	PFL	PDS	Salvador	Sim
AFRÍSIO VIEIRA LIMA	PMDB	PDS	Salvador	Não
CELSO DOURADO	PMDB	PMDB	Irecê	Não
FRANÇA TEIXEIRA	PMDB	PDS	Salvador	sim
FRANCISCO PINTO	PMDB	PMDB	Feira de Santana	Sim
JOACI GÓES	PMDB	PMDB	Salvador	Não
JORGE MEDAUAR	PMDB	PMDB	Ilhéus	Sim
JORGE VIANNA	PMDB	PMDB	Ilhéus	Sim
LUIZ VIANA NETO	PMDB	PDS	Salvador	Não
MARCELO CORDEIRO	PMDB	PMDB	Salvador	Sim
MÁRIO LIMA	PMDB	PMDB	Salvador	Não
MURILO LEITE	PMDB	PMDB		não
PRISCO VIANA	PMDB	PMDB		não
RAUL FERRAZ	PMDB	PMDB		não
ABIGAIL FEITOSA	PMDB	PMDB		não
VIRGILDÁSIO DE SENNA	PMDB	PMDB		não

Fonte: Câmara dos Deputados, 2010

ALBA, 12º Legislatura (1992 a 1994), Bahia

Deputado Estadual	Partido	Partido Anterior	Região	Reeleito
Dep. Aloísio Andrade	PFL	PFL	ELÍSIO MEDRADO	NÃO
Dep. Álvaro Pinheiro	PRN	-	EUNÁPOLIS	NÃO
Dep. Antonio Honorato	PMDB	PMDB	SALVADOR	SIM
Dep. Antônio Imbassahy	PFL	-	SALVADOR	NÃO
Dep. Antônio Menezes	PFL	PFL	SALVADOR	SIM
Dep. Ariston Andrade	PFL	PFL	MONTE SANTO	NÃO
Dep. Arnaldo Guerrieri	PFL	PFL	EUNÁPOLIS	NÃO
Dep. Arthur Maia	PMDB	PDC	GUANAMBI	NÃO
Dep. Calmito Fagundes	PMDB	PMDB	IGUAPORÃ	NÃO

Dep. Carlos Alberto Simões	PTB	PFL	JEQUIÉ	SIM
Dep. Carlos Daltro	PMDB	PMDB	JACOBINA	NÃO
Dep. César Borges	PFL	PFL	JEQUIÉ	SIM
Dep. Colbert Martins.	PMDB	PMDB	FEIRA DE SANTANA	SIM
Dep. Coriolano Sales	PMDB	PSB	VITÓRIA DA CONQUISTA	SIM
Dep. Cristóvão Ferreira	PMDB	PMDB	SALVADOR	SIM
Dep. Edival Passos	PT	PT	SALVADOR	NÃO
Dep. Eliel Martins	PFL	PDS	JACUÍPE	SIM
Dep. Emério Resedá	PFL	PFL	Conceição do Coité	NÃO
Dep. Eujácio Simões.	PL	PFL	SALVADOR	SIM
Dep. Ewerton Almeida	PMDB	PMDB	ITABUNA	SIM
Dep. Galdino Leite	PMDB	PMDB	SALVADOR	SIM
Dep. Gastão Pedreira	PDT	PMDB	SALVADOR	SIM
Dep. Geraldo Simões	PT	PT	ITABUNA	NÃO
Dep. Gildásio Penedo	PFL	PFL	TUCANO	NÃO
Dep. Henrique Sampaio	PSDB	PMDB	XIQUE-XIQUE	SIM
Dep. Heraldo Rocha	PFL	-	SALVADOR	NÃO
Dep. Horácio Matos Neto	PL	PFL	LENÇÓIS	SIM
Dep. Isaac Marambaia	PFL	PMDB	CAMAÇARI	NÃO
Dep. Jailton França	PFL	PMDB	IRECÊ	NÃO
Dep. Jânio Natal	PL	PDT	SALVADOR	NÃO
Dep. Jayme Vieira Lima	PRN	PFL	SALVADOR	SIM
Dep. Joel Neiva	PFL	PFL	CONCEIÇÃO DO ALMEIDA	NÃO
Dep. Jonas Alves	PRN	PDC	SALVADOR	NÃO
Dep. José Carlos Araújo	PFL	-	SALVADOR	NÃO

Dep. José Emídio	PMDB	PMDB	ESTÂNCIA	NÃO
Dep. José Rocha	PFL	PFL	CORIBE	SIM
Dep. José Ronaldo	PFL	PFL	FEIRA DE SANTANA	SIM
Dep. José Santana	PFL	PFL	CAMPO FORMOSO	NÃO
Dep. Luciano Simões	PL	PFL	SALVADOR	SIM
Dep. Luiz Braga	PFL	PFL	SALVADOR	SIM
Dep. Marcelo Guimarães	PRN	-	SALVADOR	NÃO
Dep. Marcelo Nilo	PSDB	-	SENHOR DO BONFIM	NÃO
Dep. Margarida Oliveira	PFL	-	VITÓRIA DA CONQUISTA	NÃO
Dep. Maria José Rocha	PCdoB	-	SALVADOR	NÃO
Dep. Murilo Leite	PMDB	PMDB	SALVADOR	NÃO
Dep. Nelson Pellegrino	PT	-	SALVADOR	NÃO
Dep. Osmar Torres	PRN	-	FEIRA DE SANTANA	NÃO
Dep. Osvaldo Souza	PFL	PFL	FEIRA DE SANTANA	SIM
Dep. Otto Alencar	PL	PTB	SALVADOR	NÃO
Dep. Paulo Jackson	PT	-	SALVADOR	NÃO
Dep. Paulo Magalhães	PFL	-	SALVADOR	NÃO
Dep. Paulo Maracajá	PTB	PTB	SALVADOR	SIM
Dep. Pedro Alcântara	PMDB	PMDB	JUAZEIRO	SIM
Dep. Raimundo Caires	PMDB	PMDB	SALVADOR	SIM
Dep. Raimundo Pimenta	PSDB	PMDB	SANTO AMARO	NÃO
Dep. Raimundo Sobreira	PMDB	PMDB	BARREIRAS	SIM
Dep. Reinaldo Braga	PFL	PMDB	XIQUE-XIQUE	SIM
Dep. Renato Machado	PDS	PDS	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	NÃO
Dep. Robério Nunes	PFL	-	MACAÚBAS	NÃO
Dep. Roland Lavigne	PL	PMDB	ILHÉUS	NÃO
Dep. Rubem Carneiro	PL	PMDB	SERRINHA	SIM
Dep. Rui Rosal	PSDB	-	DIÁS D'ÁVILA	NÃO

Dep. Saulo Pedrosa	PSDB	-	BARREIRAS	NÃO
Dep. Sebastião Castro	PMDB	PDT	VITÓRIA DA CONQUISTA	SIM
Dep. Sérgio Carneiro	PFL	-	FEIRA DE SANTANA	NÃO
Dep. Temóteo Brito	PRN	PFL	TEIXEIRA DE FREITAS	NÃO
Dep. Ubaldino Júnior	PFL	-	PORTO SEGURO	NÃO
Dep. Vá Boa Sorte	PMDB	PMDB	GUANAMBI	NÃO
Dep. Zelinda Novaes	PFL	-	CAMAÇARI	NÃO

Fonte: Alba, 2010

Câmara dos Deputados, 49º Legislatura (1991 a 1994), Bahia

Deputado	Partido	Partido Anterior	Região	Reeleito
ALCIDES MODESTO	PT	PT	PAULO AFONSO	NÃO
AROLDO CEDRAZ	PRN	PMDB	SALVADOR	NÃO
BENITO GAMA	PFL	PFL	SALVADOR	SIM
ERALDO TINOCO	PFL	PFL	SALVADOR	SIM
HAROLDO LIMA	PCdoB	PCdoB	SALVADOR	SIM
JAIRO AZI	PDC	PFL	ALAGOINHAS	SIM
JAIRO CARNEIRO	PFL	PFL	FEIRA DE SANTANA	SIM
JAQUES WAGNER	PT	PT	SALVADOR	NÃO
JOÃO ALMEIDA	PMDB	PMDB	SALVADOR	NÃO
JOÃO CARLOS BACELAR	PMDB	PMDB	ENTRE RIOS	SIM
JONIVAL LUCAS	PDC	PFL	SALVADOR	SIM
JORGE KHOURY	PFL	PFL	JUAZEIRO	NÃO
JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	PFL	SALVADOR	NÃO
JOSÉ LOURENÇO	PFL	PFL	SALVADOR	SIM
JOSÉ PENEDO	PFL	PFL	FEIRA DE SANTANA	NÃO
JUTAHY JUNIOR	PSDB	PFL	SALVADOR	SIM
LUÍS EDUARDO	PFL	PFL	SALVADOR	SIM
LUIZ MOREIRA	PTB	-	SALVADOR	NÃO
MANOEL CASTRO	PFL	PFL	SALVADOR	SIM
MARCOS MEDRADO	PRN	-	SALVADOR	NÃO
MILTON BARBOSA	PFL	PMDB	ITABERABA	NÃO
NESTOR DUARTE	PMDB	PMDB	SALVADOR	SIM
ULDURICO PINTO	PSB	PMDB	PORTO SEGURO	SIM
WALDIR PIRES	PDT	PMDB	SALVADOR	NÃO
ÂNGELO MAGALHÃES	PFL	PFL	SALVADOR	SIM

JOSÉ FALCÃO	PFL	PFL	SALVADOR	NÃO
LEUR LOMANTO	PFL	PFL	JEQUIÉ	SIM
LUIZ VIANA NETO	PMDB	PMDB	SALVADOR	SIM
WALDECK ORNÉLAS	PFL	PFL	IPIAU	SIM
RIBEIRO TAVARES	PL	PFL	FEIRA DE SANTANA	NÃO
GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	PMDB	SALVADOR	NÃO
GENEBALDO CORREIA	PMDB	PMDB	SANTO AMARO	SIM
PRISCO VIANA	PMDB	PMDB	CAETITÉ	SIM
SEBASTIÃO FERREIRA	PMDB	PMDB	BARREIRAS	NÃO
CARLOS SANT'ANNA	PMDB	PMDB	SALVADOR	SIM
JOÃO ALVES	PFL	PFL	SALVADOR	SIM
PEDRO IRUJO	PMDB	PMDB	SALVADOR	NÃO
SÉRGIO BRITO	PDC	PFL	VITÓRIA DA CONQUISTA	SIM
BERALDO BOAVENTURA	PDT	PDT	SALVADOR	NÃO
CLOVIS ASSIS	PDT	PMDB	VITÓRIA DA CONQUISTA	NÃO
JABES RIBEIRO	PSDB	PMDB	ITABUNA	NÃO
SERGIO GAUDENZI	PDT	PMDB	SALVADOR	NÃO
UBALDO DANTAS	PSDB	PDT	ITABUNA	NÃO
FÉLIX MENDONÇA	PTB	PTB	ITABUNA	NÃO

Fonte: Câmara dos Deputados, 2010

ALBA, 13^o Legislatura (1995 a 1999), Bahia

DEPUTADO	PARTIDO	PART ANTERIOR	Região	Reeleito
Dep. Alice Portugal	PCdoB	PCdoB	SALVADOR	NÃO
Dep. Ângelo Coronel	PSDB	PMDB	CORAÇÃO DE MARIA	NÃO
Dep. Antonio Honorato	PTB	PMDB	SALVADOR	SIM
Dep. Arnaldo Teixeira	PSB	PSB	ITAPETINGA	NÃO
Dep. Arnando Lessa	PSDB	PMDB	SALVADOR	NÃO
Dep. Artur Napoleão	PTB	PTB	SALVADOR	NÃO
Dep. Baltazarino Andrade	PTB	PDS	COTEGIPE	NÃO
Dep. Clóvis Ferraz	PFL	-	SALVADOR	NÃO

Dep. Clóvis Flôres	PSB	PMDB	VITÓRIA DA CONQUISTA	NÃO
Dep. Cristóvão Ferreira	PMDB	PMDB	SALVADOR	SIM
Dep. Dilson Santiago	PT	PT	ITAMARAJU	NÃO
Dep. Edmon Lucas	PFL	-	ITABUNA	NÃO
Dep. Edmundo Pereira	PMDB	PMDB	BRUMADO	NÃO
Dep. Emério Resedá	PFL	PFL	Conceição do Coité	SIM
Dep. Gaban	PFL	-	SALVADOR	NÃO
Dep. Guilherme Menezes	PT	PT	VITÓRIA DA CONQUISTA	NÃO
Dep. Heraldo Rocha	PFL	PFL	SALVADOR	SIM
Dep. Horácio Matos Neto	PL	PL	LENÇÓIS	SIM
Dep. Isaac Marambaia	PFL	PFL	CAMAÇARI	SIM
Dep. Jailton França	PFL	PFL	IRECÊ	SIM
Dep. João Bonfim	PTB	-	GUANAMBI	NÃO
Dep. João Henrique	PDT	PFL	FEIRA DE SANTANA	NÃO
Dep. Joel Neiva	PFL	PFL	CONCEIÇÃO DO ALMEIDA	SIM
Dep. José Carlos Araújo	PFL	PFL	SALVADOR	SIM
Dep. José Carlos Marques	PTB	PMDB	BOTUPORÃ	NÃO
Dep. José Magalhães	PTB	-	SALVADOR	NÃO
Dep. José Maia	PTB	PTB	JQUIRIÇA	NÃO
Dep. José Nunes	PFL	PFL	EUCLIDES DA CUNHA	NÃO
Dep. José Ramos	PMDB	PDT	EUNÁPOLIS	NÃO
Dep. José Ronaldo	PFL	PFL	FEIRA DE SANTANA	SIM
Dep. José Santana	PFL	PFL	CAMPO FORMOSO	SIM
Dep. Jurandy Oliveira	PP	PFL	IPIRÁ	SIM

Dep. Luciano Simões	PL	PL	SALVADOR	SIM
Dep. Luís Amaral	PMDB	PMDB	JEQUIÉ	NÃO
Dep. Luiz de Deus	PFL	PFL	PAULO AFONSO	NÃO
Dep. Luiz Sobral	PL	PL	IRECÊ	NÃO
Dep. Marcelo Guimarães	PL	PRN	SALVADOR	SIM
Dep. Marcelo Nilo	PSDB	PSDB	SENHOR DO BONFIM	SIM
Dep. Márcio Oliveira	PPR	PSD	IRECÊ	NÃO
Dep. Maria Del Carmen	PSDB	-	SALVADOR	NÃO
Dep. Maria José Rocha	PT	PCdoB	SALVADOR	NÃO
Dep. Maria Luiza Laudano	PTB	PTB	POJUCA	SIM
Dep. Nelson Pellegrino	PT	PT	SALVADOR	SIM
Dep. Osmar Ramos	PMDB	PMDB	SÃO FRANCISCO DO CONDE	NÃO
Dep. Osvaldo Souza	PFL	PFL	FEIRA DE SANTANA	SIM
Dep. Otoniel Saraiva	PSDB	-	ALAGOINHAS	NÃO
Dep. Otto Alencar	PL	PL	SALVADOR	SIM
Dep. Paulo Braga	PDT	-	SENHOR DO BONFIM	NÃO
Dep. Paulo Câmera	PFL	PFL	ITABUNA	NÃO
Dep. Paulo Carneiro	PP	PDC	SALVADOR	NÃO
Dep. Paulo Dapé	PMDB	-	EUNÁPOLIS	NÃO
Dep. Paulo Jackson	PT	PT	SALVADOR	SIM
Dep. Paulo Magalhães	PFL	PFL	SALVADOR	SIM
Dep. Pedro Alcântara	PL	PMDB	JUAZEIRO	SIM

Dep. Raimundo Nonato	PPR	-	JEQUIÉ	NÃO
Dep. Reinaldo Braga	PFL	PMDB	XIQUE-XIQUE	SIM
Dep. Renato Costa	PSDB	PSDB	ITABUNA	NÃO
Dep. Robério Nunes	PFL	PFL	MACAÚBAS	SIM
Dep. Rubem Carneiro	PL	PMDB	SERRINHA	SIM
Dep. Tarcízio Pimenta	PSB	PMDB	FEIRA DE SANTANA	NÃO
Dep. Targino Machado	PDT	PDT	São Gonçalo dos Campos	NÃO
Dep. Walguimar Cotrim	PMDB	-	GUANAMBI	NÃO
Dep. Yvonilton Gonçalves	PMDB	PSDB	VITÓRIA DA CONQUISTA	NÃO
Dep. Zelinda Novaes	PFL	PFL	CAMAÇARI	SIM
Dep. Zezito Pena	PSDB	-	São Sebastião do Passé	NÃO

Fonte: ALBA, 2010

Câmara dos Deputados, 49º Legislatura (1995 a 1999), Bahia

Deputado	Partido	Partido Anterior	Reeleito
AROLDO CEDRAZ	PFL	PRN	SIM
BENITO GAMA	PFL	PFL	SIM
CORIOLANO SALES	PDT	PMDB	NÃO
ERALDO TINOCO	PFL	PFL	SIM
EUJÁCIO SIMÕES	PFL	PFL	NÃO
HAROLDO LIMA	PCdoB	PCdoB	SIM
JAIRO AZI	PFL	PFL	SIM
JAIRO CARNEIRO	PFL	PFL	SIM
JAQUES WAGNER	PT	PT	SIM
JOÃO ALMEIDA	PMDB	PMDB	SIM
JOÃO LEÃO	PSDB	PMDB	NÃO
JORGE KHOURY	PFL	PFL	SIM
JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	PFL	SIM
JOSÉ LOURENÇO	PPR	PFL	SIM
JOSÉ ROCHA	PFL	PFL	NÃO
LUIZ MOREIRA	PTB	PTB	SIM

MANOEL CASTRO	PFL	PFL	SIM
MÁRIO NEGROMONTE	PSDB	PMDB	NÃO
MILTON BARBOSA	PFL	PFL	SIM
ROLAND LAVIGNE	PL	PMDB	NÃO
URSICINO QUEIROZ	PFL	PDS	NÃO
SÉRGIO CARNEIRO	PDT	PDT	NÃO
SEVERIANO ALVES	PDT	PSDB	NÃO
CLAUDIO CAJADO	PFL	PFL	NÃO
LEUR LOMANTO	PFL	PFL	SIM
LUÍS EDUARDO	PFL	PFL	SIM
LUIZ BRAGA	PFL	PFL	SIM
GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	PMDB	SIM
JONIVAL LUCAS	PFL	PDC	SIM
PEDRO IRUJO	PMDB	PMDB	SIM
SIMARA ELLERY	PMDB	PL	NÃO
MARCOS MEDRADO	PRN	PP	SIM
PRISCO VIANA	PPR	PMDB	SIM
BETO LÉLIS	PSB	PSB	NÃO
DOMINGOS LEONELLI	PSDB	PMDB	NÃO
UBALDINO JÚNIOR	PSB	PSB	NÃO
NESTOR DUARTE	PMDB	PMDB	SIM
ROBERTO SANTOS	PSDB	PMDB	NÃO
ALCIDES MODESTO	PT	PT	SIM
FÉLIX MENDONÇA	PTB	PTB	SIM
FERNANDO GOMES	PMDB	PMDB	NÃO
JOSÉ TUDE	PTB	PTB	NÃO

Fonte: Câmara dos Deputados

ALBA, 10ª Legislatura (2011 a 2015), Bahia

Candidato	Partido	VotaçãoNominal
ANDRÉ ROGÉRIO DE ARAÚJO ANDRADE	DEM	60.292
WELLINGTON PASSOS DE ARAÚJO	DEM	62.391
GILDÁSIO PENEDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE FILHO	DEM	57.900
HERBERT DE SOUZA BARBOSA	DEM	46.723
PAULO VELLOSO DANTAS AZI	DEM	40.992
JEAN FABRICIO FALCÃO	PC DO B	52.057
KELLY ADRIANA MAGALHÃES	PC DO B	36.141
JOSE ALVARO FONSECA GOMES	PC DO B	38.463
ROBERTO CARLOS ALMEIDA LEAL	PDT	75.873
JOSE MARCELO DO NASCIMENTO NILO	PDT	139.794

JOAO EVILASIO VASCONCELOS BONFIM	PDT	47.083
EUCLIDES NUNES FERNANDES	PDT	63.013
PAULO FRANCISCO DE CARVALHO CAMERA	PDT	40.666
LEUR ANTONIO DE BRITTO LOMANTO JUNIOR	PMDB	50.469
PEDRO PAULO TAVARES BATISTA DE MELLO E SILVA	PMDB	43.202
ALAN EDUARDO SANCHES DOS SANTOS	PMDB	47.298
IVANA TEIXEIRA BASTOS	PMDB	46.401
LUCIANO SIMÕES DE CASTRO BARBOSA	PMDB	46.296
TEMÓTEO ALVES BRITO	PMDB	42.927
MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE JÚNIOR	PP	113.398
CARLOS FELIPE VAZQUEZ DE SOUZA LEÃO	PP	79.137
RONALDO CARLETTO	PP	101.816
LUIZ AUGUSTO GORDIANO DE MORAES	PP	45.505
ANGELO MARIO CORONEL DE AZEVEDO MARTINS	PP	41.346
ADERBAL FULCO CALDAS	PP	53.224
SANDRO DE OLIVEIRA RÉGIS	PR	46.783
ELMAR JOSÉ VIEIRA NASCIMENTO	PR	38.406
MARIA DAS GRACAS PESSOA PEREIRA PIMENTA	PR	64.935
REINALDO TEIXEIRA BRAGA	PR	49.854
SIDELVAN DE ALMEIDA NÓBREGA	PRB	62.386
JOSÉ DE ARIMATEIA CORIOLANO DE PAIVA	PRB	56.896
BRUNO SOARES REIS	PRP	55.267
ADOLFO EMANUEL MONTEIRO DE MENEZES	PRP	52.255
MANOEL ISIDORIO DE SANTANA JUNIOR	PSB	46.963
MARIA LUIZA ORGE BARRADAS E CARNEIRO	PSC	65.930
EDIVAN FERNANDES DE ALMEIDA	PSC	39.738
ANGELA MARIA CORREA DE SOUSA	PSC	43.588
TARGINO MACHADO PEDREIRA FILHO	PSC	45.265
CARLOS UBALDINO DE SANTANA	PSC	46.796
ADOLFO VIANA DE CASTRO NETO	PSDB	32.625
AUGUSTO NARCISO CASTRO	PSDB	31.062
NELSON SOUZA LEAL	PSL	58.817
DERALDO DE JESUS DAMASCENO	PSL	65.297
YULO OITICICA PEREIRA	PT	38.967
JOSÉ CERQUEIRA DE SANTANA NETO	PT	81.223
PAULO FERNANDO RANGEL DE LIMA	PT	55.761
CARLOS ALBERTO LOPES BRASILEIRO	PT	38.825
UBIRAJARA DA SILVA RAMOS CORÔA	PT	39.254
JOSEILDO RIBEIRO RAMOS	PT	55.721
MARCELINO ANTONIO MARTINS GALO	PT	59.456
ROSEMBERG EVANGELISTA PINTO	PT	70.122
NEUSA CADORE	PT	58.059
MARIA DE FÁTIMA NUNES DO CARMO	PT	57.843

LUIZA COSTA MAIA	PT	79.858
JOSÉ CARLOS DA SILVA	PT	40.850
JOSÉ RAIMUNDO FONTES	PT	70.322
MARIA DEL CARMEM FIDALGO SANCHEZ PUGA	PT	53.792
CLAUDIA SILVA SANTOS OLIVEIRA	PT DO B	58.034
MARIA LUIZA DIAS LAUDANO	PT DO B	43.937
CARLOS GEILSON DOS SANTOS SILVA	PTN	37.205
JOAO CARLOS BACELAR BATISTA	PTN	46.990
GILBERTO CUNHA SANTANA FILHO	PTN	28.732
EURES RIBEIRO PEREIRA	PV	25.932

Fonte: ALBA, 2010

Lideranças Petista, Bahia, 2010

Ator Político	Filiação Partidária	Atividade Partidária
ALCIDES		Presidente do Diretório Municipal do PT, Paulo Afonso (1983)
MODESTO	PT (1981)	
EMILIANO		Presidente do Diretório Municipal do PT, Salvador (2001)
JOSÉ	MDB, PSB e PT (2001)	
GERALDO		Presidente do Diretório Municipal do PT, Itabuna (1982)
SIMÕES	PT (1981)	
GUILHERME		Presidente do Diretório Municipal do PT, Vitória da Conquista (1994)
MENEZES	PV, PT (1993)	
JAQUES		Presidente do Diretório Municipal do PT, Salvador (1982)
WAGNER	PT (1980)	
JOSEPH		Presidente do Diretório Municipal do PT, Vitória da Conquista (2001)
BANDEIRA	PTB, PT (2000)	
JOSIAS GOMES	PT (1980)	Presidente do Diretório Municipal do PT, Itabuna (1990)
LUIZ ALBERTO	PT (1980)	Presidente do Diretório Municipal do PT, Salvador (1990)
NELSON		Presidente do Diretório Municipal do PT, Salvador (1995)
PELLEGRINO	PT (1980)	
PAULO		Presidente do Diretório Municipal do PT, Paulo Afonso (2000)
RANGEL	PT (1982)	
WALDIR PIRES	PTB; PSD; PMDB; PDT; PSDB; PT (1998)	Vice-Líder do PT nacional, 2000-2001
WALTER		Presidente do Diretório Municipal do PT, Salvador (1991)
PINHEIRO	PT (1982)	
ZEZÉU		Presidente do Diretório Municipal do PT, Salvador (1997)
RIBEIRO	PT (1982)	

Fonte: Câmara dos Deputados, 2010